



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0151/10	DATA: 16/03/2010
INÍCIO: 09h46min	TÉRMINO: 15h42min	DURAÇÃO: 05h56min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 05h56min	PÁGINAS: 120	QUARTOS: 71

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DOMINGOS JUVENIL – Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
INETE SOTELO – Representante do Comissariado da Infância e da Juventude da 1ª Vara da Infância e da Juventude.
JOSÉ FERREIRA SALES – Secretário-Adjunto de Segurança Pública do Estado do Pará.
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARATA DO AMARALMACIEL – Delegada e Diretora da Divisão de Atendimento ao Adolescente – DATA e do Serviço de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes – SILCADE.
MAURÍCIO GUERREIRO – Promotor de Justiça da Infância e da Juventude.
MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO – Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude do Estado do Pará.
JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Delegado de Polícia, Superintendente Regional da Polícia Civil do Sudeste do Pará.
RITA DE JESUS PEREIRA CHAGAS – Mãe de adolescente desaparecida.
MARIA DE NAZARÉ SÁ DE OLIVEIRA – Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Pará.
MARCELO BASTOS – Presidente em exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ininteligíveis.
Há falhas na gravação.



O SR. APRESENTADOR (Adenirson Lage) - Senhoras e Senhores, bom dia.

Será instalada, neste momento, aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, a CPI destinada a investigar as causas, as consequências e os responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, CPI da Câmara dos Deputados presidida pela Deputada Bel Mesquita.

O Cerimonial solicita a S.Exa., o Deputado Domingos Juvenil, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que ocupe o seu lugar na Presidência da Mesa. Compõem a Mesa S.Exas. a Deputada Bel Mesquita, Presidenta da CPI; a Deputada Andreia Zito, Relatora da CPI; a Sra. Deputada Nilmar Ruiz; o Sr. Deputado Antônio Carlos Chamariz; o Sr. Deputado Geraldo Pudim, e a Sra. Deputada Elcione Barbalho.

Transfiro a palavra a S.Exa. o Deputado Domingos Juvenil.

O SR. DOMINGOS JUVENIL - Agradecendo a deferência, passo a presidência dos trabalhos à Presidenta da Comissão, Deputada Bel Mesquita. Depois, voltarei a falar alguma coisa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Quero agradecer muitíssimo ao Presidente da Assembleia, Deputado Domingos Juvenil, e a todos os demais Deputados Estaduais do Pará, o privilégio, a deferência e o carinho de nos terem recebido tão amavelmente aqui nesta Casa de leis.

Perguntaram-me há pouco, e me perguntam sempre: o que nós estamos fazendo aqui neste momento no Pará ou em cada um dos Estados? O que estamos fazendo é realmente um inquérito, mas um inquérito no sentido de entendermos quais são as causas, quais são as consequências e quais são os responsáveis pelos desaparecimentos de crianças e adolescentes no Brasil.

O que nós temos de entender é que, primeiro de tudo — e estão aqui os nossos advogados, os nossos juízes, os nossos desembargadores e promotores —, o desaparecimento não é um crime tipificado como tal. E isso também é uma dificuldade. E, quando nós falamos de políticas públicas de proteção à criança e ao adolescente, também temos dificuldade, porque, apesar de termos o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, um dos documentos mais perfeitos que há no mundo, ele ainda não está completamente sendo viabilizado para chegar mais perto das crianças, dos adolescentes e de suas famílias.



Então, o nosso trabalho aqui é investigativo, mas o que esta CPI propõe é que possamos ter não só o levantamento do que pode ser melhorado, mas também propostas que podemos fazer enquanto CPI, enquanto Deputados Federais, uma proposta de Governo, que abranja mais e melhor a proteção da criança e do adolescente.

Então, agradeço a todos a presença e volto a palavra para o Presidente da Casa, Deputado Domingos Juvenil.

O SR. DOMINGOS JUVENIL - Muito bem. A minha participação nesta reunião, nesta CPI que estuda as questões do desaparecimentos dos menores, é apenas para dar as boas-vindas aos nossos colegas Deputados, falar da satisfação que a Assembleia tem em poder realizar esta audiência pública aqui no seu prédio, neste auditório. Quero dizer que tivemos de fazer uma adaptação regimental, porque, durante as sessões plenárias — e a sessão plenária está transcorrendo —, não temos movimento na Casa, nem nas Comissões, principalmente quando as votações começam. Mas, por se tratar de um assunto importantíssimo como é esse de que a Presidenta, a Deputada Bel Mesquita, paraense, está tratando, um assunto importantíssimo, não tínhamos por que não abrimos as nossas portas para poder facilitar o desempenho desta Comissão importante.

Portanto, quero dar as boas-vindas a todos os membros da Comissão, especialmente à sua Presidenta, Deputada Bel Mesquita, conterrânea, que nós admiramos bastante, pelo seu trabalho, pela sua dinâmica e pela devoção com que vem tratando esse assunto das crianças desaparecidas.

Quero cumprimentar a Deputada Andreia Zito, Relatora da CPI, e dizer da nossa alegria em tê-la conosco — nós não a nominamos aqui pela região do País, mas S.Exa. é do Rio de Janeiro, essa maravilhosa cidade; o Deputado Antônio Carlos Chamariz, de Alagoas, um Estado espetacular do Nordeste; o Deputado Geraldo Pudim, que, pelo nome, deve ser muito conhecido, na Câmara dos Deputados, entre os 513 Deputados, também do Rio de Janeiro; a Deputada Elcione Barbalho, uma das campeãs de voto no Estado do Pará. E desejamos que, nesta eleição... S.Exa. já me disse que está ... Nós estamos começando a eleição, mas a Deputada está quase no fim, está no meio, trabalhando aí. Quero cumprimentá-la e dizer da nossa alegria em recebê-la aqui nesta Casa.



A Deputada Elcione Barbalho já assumiu todos os postos. Só não se elegeu Deputada Estadual, não quis passar por esta Casa, a Assembleia Legislativa do Estado. Deputada Federal, foi por muito tempo Chefe da Ação Social do Palácio do Governo. Foi também candidata a Senadora da República, candidata a Prefeita de Belém e Vereadora desta capital. Enfim, tem um currículo que faz com que nem precise sair de Brasília para ser reeleita Deputada Federal.

E, por fim, quero cumprimentar a Deputada Nilmar Ruiz, do Tocantins. Tocantins é uma experiência de que tive oportunidade de participar. Foi criado — o Estado de Tocantins — pela Constituição de 1988, e eu tive o privilégio de ser Constituinte à época e ter votado, defendido a questão do desmembramento de Goiás e a criação do Estado de Tocantins.

Aqui, há um movimento muito grande — e até o Deputado Geraldo Pudim estava se referindo a isso há pouco — pela criação de novos Estados no Estado do Pará, pela sua dimensão e pelas suas características. Mas isso ainda está em plena discussão. Diferentemente lá do Tocantins, porque em Goiás não havia mais reação alguma, mas levou mais de uma década de discussão. Não é isso, Deputada?

A SRA. DEPUTADA NILMAR RUIZ - Até greve de fome.

O SR. DOMINGOS JUVENIL - Até greve de fome. Eu me lembro do Deputado Siqueira Campos e também me lembro do seu filho, Eduardo Campos, que fez, na escadaria do Congresso, da Câmara dos Deputados, greve de fome. Aqui, não vai demorar muito tempo, nós vamos ter também greve de fome, já que já vamos iniciar greve de fome pelo arrasto de Belo Monte, segundo os noticiários nos dão conta. Mas isso faz parte de todo um processo democrático. Tinha um Senador americano que dizia que queria ver democracia sem voto. Então, enquanto houver voto, choque de opiniões, discussões etc. nós vamos ter essa situação toda.

Para nós, então, é uma satisfação muito grande poder tê-los aqui. Damos as boas-vindas; desejamos que esta audiência pública seja produtiva, que daqui se leve algum resultado em favor do Brasil, em favor do Pará, porque essa questão das crianças desaparecidas é uma questão muito séria e a cada dia aumentam os índices que representam essa situação.



Deputada Bel Mesquita, V.Exa. tem uma tarefa muito importante à frente ao presidir uma Comissão como esta. Da mesma forma, a Deputada Andreia Zito, ao fazer o relatório desta Comissão.

Portanto, sucesso absoluto.

Eu não sei qual é a sistemática, quem falará depois da Presidenta ou se a Presidenta vai expor. *(Pausa.)*

Nós aqui recebemos, Deputada Bel Mesquita, uma Comissão do Senado da República, que discutia sobre a questão do agronegócio, principalmente. O rito usado foi o rito do Regimento Interno do Senado.

Portanto, eu creio que aqui o rito será o do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nesta situação.

Eu dou as boas-vindas a todos os Srs. Deputados, à Comissão.

Passo a Presidência à Presidenta da Comissão e peço licença para me retirar. Vou para a sessão da Assembleia Legislativa, que desde às 9 horas está em curso.

Prazer muito grande de poder recebê-los.

Se os senhores me permitirem, voltaremos a nos encontrar numa das horas mais importantes, que é a hora de levarmos ao "céu" uma das coisas mais agradáveis: a refeição — céu da boca, é claro. *(Risos.) (Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Por se tratar de uma audiência pública de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, onde todos os depoimentos serão considerados para que, ao apresentar o relatório, nós possamos ter dados registrados, inclusive, nós seguimos absolutamente a forma definida pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Na verdade, quando nós fazemos esse ritual, nós estamos instalando aqui no prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Pará uma parte, digamos assim, um tentáculo do Congresso Nacional, aqui representado pela Câmara dos Deputados, pelos Deputados aqui presentes. Então, nós estamos aqui sob a ordem, digamos assim, estabelecida pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Antes de começar, eu quero nominar as pessoas que foram convidadas para esta audiência pública: Dr. Geraldo José de Araújo, Secretário de Estado de Segurança Pública, do Pará, que está sendo representado pelo Dr. José Ferreira



Sales, Secretário-Adjunto de Segurança Pública do Estado do Pará; Dra. Maria Nazaré Sá de Oliveira, Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, cuja presença ainda guardamos; Dr. Marcelo Bastos, Presidente substituto do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a Dra. Cléia Clívia Lobato da Silva, Presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que ainda não registrou presença; Dra. Maria do Perpétuo Socorro Barata do Amaral Maciel, Delegada e Diretoria da Divisão de Atendimento ao Adolescente — DATA e do Serviço de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes — SILCADE — muito obrigada pela presença; Dra. Inete Sotelo, Comissariado da Infância e da Juventude da 1ª Vara, representando o Dr. José Maria Teixeira do Rosário, Juiz Titular da 1ª Vara da Infância e Juventude; Dra. Odete da Silva Carvalho, Juíza Titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude, que não poderá comparecer; Dr. Maurício Guerreiro, Primeiro Promotor de Justiça da Promotoria da Infância e da Juventude, que também não registrou presença até agora. (*Pausa.*) Está presente? Que bom. Muito obrigada. Foram convidados também: a Dra. Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude, representando o Dr. Geraldo de Mendonça Rocha, Procurador-Geral do Ministério Público do Estado do Pará; o Dr. Nilton Brabo de Oliveira, Delegado de Polícia Civil de Marabá; o Dr. José Casimiro Beltrão da Silva Júnior, Delegado de Polícia, Superintendente Regional da Polícia Civil do sudeste do Pará. Doutor, muito obrigada pela presença. E o Dr. Victor Diego Ribeiro, Delegado de Polícia Civil de Marabá, que também não pôde comparecer. E familiares de crianças e adolescentes desaparecidos, cuja nominata não tenho ainda. Pediria, então, aos nossos assessores que providenciassem o nome das mães e de familiares de crianças.

Então, nós vamos fazer a abertura.

Declaro aberta a 33ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil.

A presente reunião destina-se à audiência pública para a oitiva dos convidados.

Passemos, então, à audiência pública.



Nós estabelecemos a seguinte ordem: iremos ouvir 3 depoentes — e quero deixar claro que essa denominação “depoente” é uma definição dentro do Regimento Interno. Então, ouviremos 3 e depois mais 3. E, após essa primeira parte, os Deputados então farão os seus questionamentos e haverá a tréplica se for necessário.

Convido, então, o Dr. José Ferreira Sales; a Dra. Maria do Perpétuo Socorro e a Dra. Inete Sotelo para fazer, primeiro, o compromisso junto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. INETE SOTELO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - O Dr. José Ferreira Sales, Secretário-Adjunto de Segurança.

O SR. JOSÉ FERREIRA SALES - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - E a Dra. Maria do Perpétuo Socorro Barata do Amaral. Socorro Maciel?

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Antes de passar a palavra ao expositor, Dr. José Ferreira Sales, peço atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

O tempo concedido ao convidado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão — art. 256, § 2º — e não pode ser aparteado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. Os demais, depoentes neste momento, expositores, também terão até 20 minutos e também serão interpelados logo depois que os 3 tenham feito a exposição.

Então, com a palavra o Dr. José Ferreira Sales, Secretário-Adjunto de Segurança.

O SR. JOSÉ FERREIRA SALES - Exma. Sra. Deputada, Bel Mesquita, Presidenta da Comissão, na pessoa de quem, me permitam, cumprimentar a Mesa e



os demais membros da Comissão; Digníssimas autoridades, senhores presentes, bom dia!

Exerço a função de Secretário-Adjunto de Segurança; nessa oportunidade representando o Dr. Geraldo Araújo, que já tinha agenda previamente marcada, evento da SENASP, em São Paulo, e se encontra naquele Estado, naquela capital, por interesse da segurança do Estado, junto com seus colegas, seus pares da Secretaria de Segurança.

Bom, quero desejar boas-vindas à Comissão e votos de pleno êxito nessa nobre missão, a qual tem o privilégio de contar com a participação da Deputada Elcione Barbalho, *expert* em CPI, *expert* em Amazônia, e uma missionária das causas nobres, sempre figurando nas causas mais emblemáticas e nobres que envolvem uma Parlamentar; uma defensora intransigente da política de combate ao entorpecente, porquanto já foi presidenta do Conselho de Entorpecentes, nos bons tempos do Conselho, e também figurou na Comissão Parlamentar de Inquérito no Combate ao Narcotráfico, da qual fomos depoentes; e sempre que uma causa é nobre, pode contar que a figura da Elcione Barbalho estará presente e, como sempre, clarividente.

A Secretaria de Segurança, através da delegacia, magistralmente, chefiada pela Dra. Socorro Maciel, tem umas estatísticas sobre as quais a Dra. Socorro discorrerá com muito mais propriedade. Mas, no todo, quero, primeiro, fazer uma preliminar, traçar uma panorâmica, sobre a situação de segurança no Estado.

Ao longo dos anos... Deputada Bel, V.Exa, que é do sul do Pará, faz política no sul do Pará e, mesmo com uma visão ampla de todo o Estado, sabe que esse Estado tem sofrido profundas alterações geopolíticas em razão de grandes acontecimentos e projetos. Diria, primeiro, que foi nos anos 60 e 70 a pavimentação da Belém-Brasília, que modificou totalmente a situação geopolítica do nordeste do Estado. Depois, outros projetos aconteceram no Estado, impactando drasticamente o seu perfil, como foi o Projeto Jari, Garimpo do Tapajós; depois, Tucuruí, Carajás, Serra Pelada, Albrás/Alunorte, agora, Juriti, e ainda agora experimentamos esse *boom*, que é o anúncio de Belo Monte e outros grandes projetos que se desenham para o Estado. Assim, fortes correntes migratórias experimentou o Estado do



Paraná, sobretudo nordestinos, também mineiros, capixabas, do ciclo de madeira e pecuária, alterando-o drasticamente.

Eu digo sempre, Deputada, que, agora, mesmo estamos testemunhando a força que o Ministério Público e os órgãos ambientais têm quando param qualquer projeto por mais insignificante que seja sobre o pretexto do RIMA, o Relatório de Impacto Ambiental. Eu sou de Santarém, permita-me um aparte, e não quero esquecer o impacto que causa à BR-163 também ainda naquela região.

Então, o Relatório de Impacto Ambiental é capaz e suficiente para parar qualquer obra, seja ela estratégica, decorativa. Ele é determinante. Eu me queixo de que, sem um Relatório de Impacto Ambiental, não se aprova nada. E, não se fala no Relatório de Impacto Social. Queria até patentear o RISO, o Relatório de Impacto Social. Com a demanda, as consequências ambientais, todo o mundo se preocupa e cobra; ninguém se preocupa, para um projeto dessa envergadura, com a demanda de educação, saúde e segurança, por exemplo. É normal que alguém logo abra um colégio, uma escolinha para os filhos dos empregados ou até mesmo as grandes empresas focam na questão educacional e da saúde, e trazem logo uma clínica, um hospital sob convênio. A segurança não! E aí vamos ficando com esse vácuo, uma realidade perversa. E aí nós temos experimentado...

Sou oriundo do quadro da Polícia Federal, e trabalhei já, presidi inquéritos, que até resultaram em condenações, sobre tráfico de escravas brancas, notadamente para o Suriname. Não poderia ser diferente a realidade perversa com as crianças e adolescentes. Os criminosos não têm escrúpulos. Como eles conseguem recrutar mulher já de meia idade, maduras, conseguem também, com certeza, lançar mão de indefesas crianças e adolescentes.

E perguntado por um repórter da *TV Nazaré* sobre a importância da CPI, cuja audiência estamos presenciando, falei que, evidente como toda CPI séria, uma causa tão altruísta, ela tem o condão sim de suscitar discussão e chamar a atenção de responsabilidades e dimensionar questão, muito embora não tenha, pela sua natureza a perspectiva de desvendar, na essência, esmiuçar determinadas práticas e crimes. Mas chama a atenção e à responsabilidade os setores competentes responsáveis. Assim espero que estejamos sim, enquanto profissionais de segurança — Ministério Público, Justiça —, sendo chamados para conhecer e



sensibilizar o tal drama que envolve tantas famílias e a sociedade como um todo. A sociedade é agredida e as famílias muito mais. E o que acontece com essas vítimas não se sabe. Nós realmente, temos... Eu estava conversando, um dia desses, sobre o desaparecimento de criança e adolescentes, as vítimas de pedofilia, e eu disse mesmo ao Senador José Nery que temos que reconhecer que, por exemplo, a Polícia Federal treinou seus quadros exaustivamente no combate de modo a capacitá-los para o combate a entorpecentes. E conseguiu, tem conseguido, resultados fabulosos. Treinou também e capacitou seus quadros para o combate aos crimes cibernéticos, criando até uma doutrina — e ironicamente o foco desse crime começou em Parauapebas, mas já está, não digo controlado, mas já temos doutrina, *know-how* para conhecê-lo e combatê-lo. O mesmo não acontece a esses crimes, envolvendo crianças e adolescentes. Parece até que as práticas criminosas contra o menor, perdoe-me o trocadilho, parece um problema menor e, não é. E nós estamos assistimos, confesso, à repetição desses fatos lamentáveis. E oxalá, fiquem, pela passagem da CPI, pela sua existência, após o relatório, um apelo muito forte, uma sensibilidade de todos aqueles que devem — e a sociedade como um todo deve — conhecer e reprimir essa prática.

Confessamos que não temos, infelizmente, uma delegacia especializada no combate a essa prática. E não conhecemos, realmente, outros cursos no sentido de capacitar policiais e outros segmentos no combate a essa prática.

Conhecemos esse quadro triste de famílias que não podem e não cuidam de seus menores; crianças que ficam na rua o dia inteiro, dormem na rua, são pedintes e não têm o menor controle dos pais. Os pais não podem responder se lhes for perguntado cadê seu filho. São os maiores alvos, são as principais vítimas. Nós temos um quadro triste.

A Dra. Socorro certamente vai discorrer pormenorizadamente sobre esses dados. E o Estado, a Secretaria de Segurança, através de todos os seus órgãos, envidará os esforços que forem necessários para o combate a essa prática, chamando a atenção, desde já, que esse é um crime quase sempre silencioso. As vítimas não aparecem, e seus pais, seus familiares, não têm controle sobre o paradeiro, sobre a rotina de seus filhos. Nem sempre, em tempo real, esses fatos são comunicados. “Desapareceu”. “Desapareceu quando?” “Ele aparecia de 10 e 10



dias, de semana em semana, e nunca mais apareceu". Então, já perdemos um tempo. E nós precisamos, sim, do engajamento de toda a sociedade, divulgação do fato, divulgação de cartazes com fotografias, através da mídia — eu espero que o *Diário do Pará* se empenhe nessa cruzada, Deputada Elcione, e outros meios de comunicação —, bem como em ônibus, sempre franquiando seus espaços para as causas nobres, como foi o Disque-Denúncia. E agora tenho certeza de que se engajarão a essa cruzada.

Esperamos, então... Como diria Allan Kardec, *"a condição moral da humanidade é o conjunto dos nossos reflexos cotidianos"*. Precisamos todos dar as mãos para enfrentarmos mais essa prática que tanto entristece a nossa sociedade.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Agradecemos ao Dr. José Ferreira Sales pelo seu pronunciamento e chamamos a Dra. Socorro Maciel para fazer a sua exposição, lembrando que tem até 20 minutos.

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - Bom dia, Presidente da Mesa, Deputada Bel mesquita, por meio de quem estendo meus cumprimentos a todos.

Quero cumprimentar os convidados na pessoa da Dra. Socorro Mendo e os convidados da plateia na pessoa das mãezinhas que estão com seus filhos desaparecidos. Essa é a intenção.

Falando nas mães, porque, primeiro, é o Dia Internacional da Mulher, eu coloco o mês, para a gente poder também refletir nessa qualidade da gente como mulher, que estamos, acredito, a um passo de conseguirmos o ápice na carreira política, porque nós já temos candidatas a Presidente da República. Então, é o avanço das mulheres.

Início a minha fala colocando que a Divisão de Atendimento ao Adolescente tem competência em todo o Estado do Pará. Trabalhamos com crianças e adolescentes e temos uma delegacia voltada para a proteção da criança. Em 2005, foi lançado o Serviço de identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, justamente o SILCADE. Mas, antes disso, nós já trabalhávamos, sim, com essa questão. Tanto que, em 2004, nós tivemos um caso bem emblemático, que foi o do Joãozinho, que nós chamávamos de Joca. Ele



desapareceu da Ilha de Sirituba, em Barcarena, e ficou um ano e meio desaparecido.

Como era a visão da mídia? Naquela época, a primeira coisa que nós fizemos foi pedir auxílio a uma empresa de televisão, porque entendemos que é como se pode mais rapidamente chegar a localizar uma pessoa desaparecida. E a resposta que nos foi dada, naquela ocasião, foi de que não daria ibope, não dá renda. Então, apenas no dia seguinte foi que nós conseguimos a divulgação, não divulgando a foto da criança que estava desaparecida, e sim dos pais. Ou seja, dos pais com uma foto pequena. Não focaram na criança que estava desaparecida. E começamos a nossa luta, inclusive em relação a isso.

Na época, nós tínhamos também... começamos, solicitamos, fizemos o procedimento, porque entendemos que *a priori* foi um sequestro. Porque até então não sabíamos se iam pedir ou não resgate.

Conseguimos pedir prisão preventiva, conseguimos colocá-la no programa *Linha Direta*. Foi quando — vejam bem, maciçamente, a mídia, em todos os jornais — conseguimos recuperar essa criança que estava totalmente já sem referência. O nome dele é João. Ele já atendia como Simon, estava no interior da Bahia e a sequestradora estava em Minas Gerais.

Então, vejam a complexidade. Como nós iríamos sair daqui, já que nossa limitação também é estadual? Mesmo assim, nós chegamos, sim, a colocar os cartazes no Maranhão. E, na mesma época, nós conseguimos localizar também a Maria Jamile, que já estava há anos desaparecida em Mãe do Rio. E, depois de 4 meses de investigações, divulgando a foto dela, nós conseguimos também localizá-la.

Mas como nós conseguimos? Porque também há a importância de os pais estarem juntos conosco. Não é só a polícia. A polícia tem interesse, mas o interesse maior é da família. E esse pai nunca nos abandonou. Em todo o tempo estava conosco, em todas as ocasiões. E nós tiramos várias vezes do nosso bolso para poder ajudá-lo, porque tem que ter sensibilidade em qualquer causa. Esse foi o nosso início.



A nossa equipe tem atualmente os 2 investigadores que estão ali e mais 1 auxiliar. Nós sabemos... O delegado-geral já colocou sobre o nosso efetivo. Com o tempo, a mídia começou também a divulgar.

Deputada Elcione, no início, nós conseguimos um pequeno espaço. Porém, com o tempo, já nos foi cerceado esse... no *Diário*, que a gente gostaria realmente que fosse retomado. Porque criança não só desaparece no dia de domingo, quando a mídia coloca. Desaparece todo dia. Então, nós necessitamos, sim, e a mídia é uma ferramenta muito importante.

Nós utilizamos até Orkut para fazer a localização. E o que a gente alerta? Pai, você não gosta do Orkut, não gosta de usar, mas você tem que utilizar, saber. Adiciona teu filho no Orkut, porque, se acontecer alguma coisa, você vai poder localizar e ter a parceria dos colegas através da Internet. Eu falo aqui em relação a criança e adolescente, mas uma das outras questões é a do adulto quando desaparece.

Normalmente, os pais tiram a guarda, relaxam quando o jovem faz 18 anos, não é verdade? Ele fez 18 anos, ele já pode tomar conta dele, ele pode ir. Não existe isso. Ele todo o tempo vai ser filho. E, se ele desaparecer, você vai sentir. Então, há necessidade que os pais também estejam alertas. Tem 18 anos? Aonde você vai? Para a faculdade? E da faculdade? Então me ligue. Deixe o telefone sempre ligado. E não vemos. Temos uma situação de um senhor que o filho desapareceu. Sabemos que o filho quis sair, mas para o pai isso nunca é válido. A dor que ele sente fica sempre. Ele quer ter o filho próximo. Então, precisamos ter zelo pelo filho em todo o tempo e criar dessa forma.

Já tivemos, em 2007, se não me engano... Em 2006, concluí uma monografia a respeito de desaparecimento, que depois vou ofertar a V.Exa., colocando realmente as causas e consequências desses desaparecimentos aqui.

Por exemplo, no Norte é bem diferente do Sul. O SICRIDE é um trabalho que está sendo realizado no Paraná, mas lá temos uma ajuda da sensibilidade das pessoas. As mães dos desaparecidas vão. Existem as ONGs que realmente trabalham. Não temos nenhuma ONG no Estado do Pará que trabalhe com criança desaparecida. Então há necessidade também de as ONGs começarem a se voltar, começarem a formar um trabalho em relação a criança desaparecida. Digo



desaparecimento porque muitas pessoas não davam atenção. *“Desapareceu? Não se preocupe, porque no final de semana ela retorna”*. Mas não é assim.

O desaparecimento é coisa séria, porque, se investigarmos, tudo se inicia com o desaparecimento. Um jovem saiu de casa, esqueceu a carteira de identidade e foi atropelado. Tivemos isso recentemente, nesta semana. A família, só depois de 3 dias, procurou a seccional para fazer a ocorrência. Eles nos pediram apoio, fizemos os cartazes, apesar de trabalharmos com crianças e adolescentes. Depois de alguns dias, tiveram a notícia. Ele saiu de casa e foi atropelado, e o corpo estava no IML. E se não tivessem iniciado, pelo menos, as investigações, quando será que aquela família ia realmente descansar? *“Não, morreu, mas pelo menos sei onde velar o corpo do meu filho”*. Mas quando você não sabe, você começa a pensar: será que ele já dormiu? Será que ele está abrigado? Será que ele já se alimentou? Ene interrogações passam pela cabeça.

A maioria das causas no Estado do Pará, por incrível que pareça... aqui, a maioria das pessoas que desaparecem, em relação a crianças e adolescentes, é de meninas. Será que é pela cultura? Se começarmos a fazer um estudo sobre pedofilia, exploração sexual, o que mais acontece com as mulheres é que a libido está sendo aflorada rápida e precocemente, e elas têm o desejo da liberdade mais aflorado do que o homem, enquanto que o homem, quando desaparece, é por situação de drogas, vinculação com a delinquência infanto-juvenil e procura por renda, busca por trabalho. Essas são as causas. Ou seja, o conflito familiar, a falta hoje do diálogo entre os pais... Há necessidade de dar limites, sim, aos filhos, mas há necessidade também de se dosar limites, ter bom senso.

O nosso tempo é um tempo muito volátil, não é o mesmo que há 20 anos, em que se andava às escuras nas ruas e não te acontecia nada. Hoje, a droga está devastando nossos jovens e até crianças.

Outro caso emblemático que temos aconteceu em março de 1992, da jovem Luciana Regina Cassiano, na cidade de Soure, a filha do Prefeito. Naquele dia, a cidade parou. Não se sabe até hoje onde se encontra Luciana Regina.

Em 2005, quando o trabalho se iniciou, pegamos a foto dessa jovem, dessa criança, e foi feito aqui mesmo no nosso centro de identificação, através do papiloscopista Silveira, o envelhecimento da foto. E temos no site da Rede Zap a



foto de quando ela desapareceu e de como ela poderia estar. É o caso mais emblemático que temos. Foi feito o procedimento, e não se sabe até hoje. Então, quanto mais tempo passa, maior a dificuldade de se localizar.

Muitas pessoas podem dizer: “*Está morta*”. Quantos anos o Pedrinho ficou desaparecido? E ele está vivo. Então a esperança dessa família continua até hoje. Nos nossos registros... Queria colocar a Rede Zap. Tínhamos um grande fomentador da Rede Zap, o Dr. Alexandre Reis, que era quem mais dava incentivo, fez o primeiro encontro. Desse primeiro encontro em Brasília, em 2005, foi quando surgiu a Carta de Brasília. E, com toda a gana, conseguimos, através dessa Carta, que fosse sancionada pelo Presidente a Lei nº 11.259, que é a lei da busca imediata. Tinha de haver uma lei para quebrar o paradigma das 24 horas necessárias. Existia uma cultura, não policial, mas da sociedade, de procurar os órgãos para fazer ocorrência só depois de 24 ou 72 horas. Tanto que o acréscimo, acredito, das ocorrências hoje no Pará é porque estamos cada vez mais tentando sensibilizar, capacitar não só nossos profissionais, mas também a comunidade. Tanto que, no ano passado, tivemos vários cursos, todos os meses, durante o ano todo no IESP a respeito de crianças desaparecidas, para sensibilizar e ampliar os parceiros.

E, quando falamos em localização, não nos referimos à DATA. A lei não diz que é a DATA que tem que procurar. Não! A pessoa notificada: você conselheiro tutelar, você da Polícia Rodoviária Federal. Por qualquer pessoa você pode começar. Um simples telefonema é importante. Não é ir ao Ministério Público, e o Ministério Público ainda vai ligar para a delegada. Não, ele pode fazer um telefonema também para a Casa de Passagem.

É preciso também que os órgãos dos abrigos... A Deputada sabe muito bem que muitas vezes eles não têm o conhecimento. Quantas vezes crianças estão lá há anos, e os pais estão procurando. Então é preciso que essa rede toda seja capacitada e sensibilizada.

Em relação a registro, temos atualmente, de 2.011 pessoas desaparecidas, crianças e adolescentes, de 2005 até hoje, apenas 54 pessoas, crianças, que estão ainda a localizar — eu disse a localizar. É menos de 1%, certo? Mas se você for à Rede, essa Rede não vai condizer com a verdade, porque, primeiro, desde dezembro ela está parada, não está funcionando. Quando o Dr. Alexandre Reis



deixou, saiu da coordenação, outras pessoas vieram. Já tivemos encontro em 2008, porém a rede não está funcionando. E o que mais ocorreu? Uma das nossas preocupações é a retirada da pessoa que já está capacitada para outro local de trabalho.

Se tenho a especialidade com crianças e adolescentes, de repente, eu sair dessa área e ir para a área de roubo a banco ou de entorpecentes... Não que alguém seja insubstituível, de jeito nenhum, mas é necessário que alguém da equipe continue para continuar o trabalho, senão para. E isso ocorreu no Amapá, no Amazonas. Aí me dizem: *“A senhora é a terceira no ranking no Brasil todo, porque aqui tem mais desaparecimentos”*. Não é verdade. Nós temos pessoas desaparecidas. Mas, assim como essas crianças e adolescentes desaparecem voluntariamente, elas também retornam voluntariamente. Causas: conflitos familiares. Tem situação de tráfico? Tem situação de tráfico, sim, de pessoas. Nós já fizemos procedimentos em que os adolescentes homossexuais eram recrutados em Belém e se prostituíam em São Paulo.

E a outra preocupação, Deputados: quando eles desaparecem quando criança, mas depois eles fazem 18 anos e são localizados, eles não querem vir para a cidade, não querem voltar para os seus pais. Eles têm o livre arbítrio. Como é que eu faço?

Então, com esse cadastro nacional, há necessidade também de uma reformulação, de um repensar de como nós vamos fazer. Eu digo sempre que tem uma frase do povo asiático que diz que uma mão só não faz som nenhum. Para que haja som, eu preciso de uma outra mão, a mão de vocês, para que a gente possa fazer som. E assim também de toda a sociedade, não apenas da DATA, da polícia. Quando se pensa que se vai resolver o problema de desaparecimento ou de segurança pública apenas com policiais, não, é preciso de sons, dos sons de toda a sociedade, para que a gente possa, sim, diminuir pelo menos a violência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Por se tratar de depoimentos, eu peço, por favor, que não haja nenhuma manifestação, por ser realmente uma ação definida como um inquérito, digamos assim, um depoimento, mas isso não que invalide.



Eu peço, então, à Dra. Inete Sotelo que faça a sua exposição.

A SRA. INETE SOTELO - Deputada Bel Mesquita, a quem eu cumprimento, quero cumprimentar a Mesa, os senhores convidados a depor, todos os presentes aqui nesta CPI.

Eu sou Inete Sotelo, como já foi anunciado. Sou assistente social de formação e exerço a função de Comissária da Infância e da Juventude na 1ª Vara aqui da Capital, cujo titular é o Dr. José Maria Teixeira do Rosário.

Vocês devem estar se perguntando sobre o que é ser comissária ou o que é isso, não é? Nós, no Estado do Pará... O Tribunal de Justiça do Estado do Pará tem 10 comissários, que são funcionários do tribunal com essa nomenclatura, nomeados por concurso público e decreto do Governador, em 1994. Esses 10 funcionários estão ligados diretamente ao gabinete do juiz e exercem uma função, desenvolvem um trabalho relacionado à prevenção especial, que é aquilo que prevê inclusive o próprio Estatuto. Vocês sabem — os senhores devem saber — que, entre as atribuições da Vara da Infância, está a emissão de autorização de viagem. E, por conta dessa atribuição, em 1995, foram implantados os postos de atendimento descentralizado do Juizado da Infância, que são localizados no Aeroporto Internacional de Belém, no Terminal Rodoviário e no Terminal Hidroviário, que foi instalada um pouco mais recentemente, precisamente em 2005. Muito bem.

Dentro desse trabalho de prevenção especial que nós desenvolvemos, existe essa frente de trabalho que são os postos; existem outras frentes de trabalho que, por exemplo, são as fiscalizações de rua. E nós contamos — esses 10 efetivos — com o apoio de 127 agentes de proteção voluntários, que foram selecionados por meio de um processo específico, todo formalizado por meio de portaria do juiz. E esses 127 agentes de proteção contribuem em todo o trabalho de prevenção especial, principalmente o trabalho de fiscalização de rua.

Para nós aqui interessa muito mais, acredito — para a CPI —, colocarmos um pouco do nosso trabalho nos postos descentralizados, porque é lá que nós recebemos todas as demandas de saída de crianças e adolescentes da nossa cidade.

Nós temos algumas situações, porque também fazemos parte da rede de localização. Tivemos uma capacitação, inclusive pela Polícia Civil, lá na academia,



quando foi implantada essa rede de localização, e nós participamos dela. Então, nós participamos da rede como articuladores. Sempre que nos chega alguma situação de denúncia de desaparecido, nós articulamos internamente, no local em que estamos, seja aeroporto, seja terminal rodoviário e hidroviário, para verificar essa saída, para buscar informações que possam identificar se houve aquela saída ou não. Contribuímos para que possamos localizar ou fazer com que essa localização se faça efetiva.

Então, nós temos algumas situações, por exemplo... Antes, o Estatuto exige autorização de viagem para crianças, que são aquelas que estão entre zero e 11 anos de idade, ou 12 anos incompletos. O Estatuto não faz exigência de autorização de viagem para adolescente. Então, o adolescente pode ir e vir, apresentando sua Certidão de Nascimento original, ou cópia autenticada, hoje, porque há uma exigência por portaria do juiz, até porque a experiência não mostrava que havia necessidade disso, porque às vezes o adolescente quer sair de casa e consegue uma cópia, e às vezes também a original está com a mãe, não dá para dar, e ele consegue uma cópia, mas com a original ele tem que autenticar a cópia, e isso também dificulta um pouco, e a identidade. A gente está inclusive divulgando isso muito, que é preciso o adolescente estar com sua identidade. Quer dizer, ele pode ir e vir, apresentando seu documento, e fazer a viagem como qualquer passageiro. Não há exigência legal com relação a essa autorização de viagem.

Entretanto, nós também, em nossos atendimentos, temos colocado muito isso aos adultos, aos pais, e alguns nos procuram para saber sobre essa exigência. Nós colocamos que não há necessidade, aliás, não há exigência, mas nós recomendamos que assim seja feito, para até resguardar, saber com quem esse adolescente está indo, para onde ele está indo, qual o endereço que está indo, porque na autorização de viagem isso consta. Nós comissários da infância, nos postos de atendimento, temos delegação de poderes para assinar as autorizações de viagens nacionais — a internacional é só com o Dr. José Maria. Então nós fazemos... Essas autorizações são feitas de pronto lá, na hora mesmo, porque estamos com essa delegação de fazer.

No aeroporto, o nosso posto de atendimento é 24 horas. Os senhores que já viajaram com crianças sabem que podem nos procurar em qualquer horário. Ele



inclusive é o nosso posto de plantão 24 horas, por isso as situações no terminal, que, por um acaso, não tenha atendimento, eles são levados ao atendimento no aeroporto. No terminal rodoviário, o nosso plantão começa às 7h da manhã e vai até às 19h. Em alguns outros dias nós também funcionamos até às 22h. Funcionamos aos sábados e domingos. No aeroporto e no hidroviário, nós trabalhamos direto, em todos os horários em que tem saída de embarcação, sendo que só as quintas-feiras, que não tem saída nenhuma, também não funciona. Mas, por conta disso, estamos lá direito. No hidroviário, todas as crianças e adolescentes passam pela nossa fiscalização, todas, na saída. Evidentemente, na chegada, no desembarque nós também fazemos. Nós fazemos por amostragem, no caso do hidroviário. No terminal rodoviário e aeroporto também é por amostragem. É impossível fazer em todas as saídas. Mas como nós fazemos de forma aleatória isso... Inclusive, a partir do momento em que começamos a implantar o serviço de fiscalização no desembarque também, de forma aleatória, chamou a atenção muito das empresas que transportam, porque elas ficam com muito receio, porque só podemos autuar... Diga-se de passagem, na nossa atuação, nós aplicamos auto de infração àqueles que transportam crianças sem cumprir o que está no Estatuto. Então, nós só podemos fazer o auto e lavar o auto se se configurar, se tiver sido efetivado o transporte.

Não sei se estou atrapalhando um pouco, se estou conseguindo colocar para vocês, mas é importante dizer que, os desembarques, a partir do momento que nós começamos a fazer com mais frequência, ainda que aleatoriamente, despertou a atenção dos que fazem o transporte. É preciso também dizer que as empresas que transportam crianças e adolescentes são as maiores responsáveis por exigir e por fazer cumprir o que está no Estatuto. Tanto que, se elas não cumprirem, aí que entramos nós, ao fiscalizarmos, autuando por conta desse não cumprimento do que está na lei.

Então, vejam os senhores: nós temos no aeroporto a fiscalização de embarque 24h, a fiscalização de desembarque aleatória, a fiscalização de embarque e desembarque em dias alternados e por plantão, com grupos de voluntários e a coordenação do funcionário, do comissário efetivo. No hidroviário, nós temos a fiscalização em todos os embarques, nas saídas, e, nos desembarques, de forma aleatória e por amostragem, porque como já falei é impossível fazer.



Tivemos já algumas situações — eu vou citar 3 delas — emblemáticas, como disse a Dra. Socorro. Nós tivemos uma situação, que inclusive eu atendi, de um pai que chegou ao nosso posto muito tenso, desesperado, porque sua filha, que tinha entre 15 e 16 anos — estava quase para completar os 16 anos —, tinha sumido de casa. Estava... Sabem como é: um pai desesperado porque a filha havia sumido por volta de 10h da manhã. Ele descobriu isso. Aliás, ele só foi descobrir que ela realmente saiu de casa por volta de 1h da tarde. Ela saiu de casa para ir para a escola, mas ela retornou, pegou todas as suas coisas, por volta de 10h da manhã, e viajou para São Paulo. E essa viagem foi feita... A passagem foi comprada por um cidadão morador de São Paulo que ela conheceu pela Internet.

Essa jovem teve contato com esse cidadão. Ele, por ordem — aquela ordem de passagem —, ela foi ao guichê, pegou a sua passagem e embarcou para São Paulo. Então, esse senhor chegou desesperado. Eu estava no plantão, e imediatamente fomos verificar, confirmar se ela viajou, porque ele teve alguma informação de que ela poderia ter viajado. Fomos a todos os guichês, verificamos as últimas viagens que saíram para São Paulo e conseguimos localizar que ela tinha pego realmente a Transbrasiliana, se não estou enganada, por volta de 10h50min da manhã. Então, já fazia algumas horas ela tinha saído de Belém. E aí eu imediatamente fiz contato com a Polícia Rodoviária Federal. Esse é um parceiro imprescindível, e ele precisa estar articulado com todos os outros, as outras instituições, nesses casos, principalmente. Liguei para o telefone de plantão da Polícia Rodoviária Federal. Eles imediatamente fizeram as comunicações de rádio e localizaram esse ônibus na estrada já saindo do Pará. Esse ônibus foi parado, o policial rodoviário entrou no ônibus para localizar essa adolescente.

Ela estava de boné, toda escondida, e ele foi pedindo a identidade de todos os passageiros. Ela estava com a identidade e foi localizada. Como os pais têm o poder familiar, isso foi determinado. E tinha nossa mediação, porque eles não fariam isso se não tivesse a nossa mediação; tem esse detalhe. Então, como nós fizemos o contato, eles sabiam que nós estávamos mediando toda aquela situação, então eles se respaldaram em nós e retiraram a adolescente do ônibus. Eles articularam, passaram por telefone que estava tudo o.k.: *“A adolescente está conosco. Nós a estamos levando para o nosso posto em Castanhal”*. isso nos foi colocado, e os pais



foram buscar essa adolescente, que iria para São Paulo, não se sabia nem para onde, e os pais não se sabe se iriam encontrá-la. Essa é uma questão emblemática que aconteceu no terminal.

Já tivemos outras situações, por exemplo, de criança só com aquela declaração de nascido vivo, em que uma cidadã estava levando essa criança, não tinha nenhum parentesco com ela; estava levando de uma maternidade. E nós conseguimos inclusive articular com o hospital, falamos com a médica que estava no plantão e dissemos, e deixamos muito claro da responsabilidade de permitir que uma criança saia com uma outra pessoa, com declaração de nascido vivo, para empreender a uma viagem. Colocamos o que tem na lei. Essas são algumas das situações, e outras já nos chegaram e nós conseguimos articular.

Tivemos uma situação no aeroporto. Como a nossa fiscalização é 24 horas, ela é bastante criteriosa, inclusive. Mas nós tivemos uma situação muito mais de articulação de um adolescente que tinha conhecido um cidadão. Esse cidadão veio de outro Estado para buscar esse adolescente aqui em Belém. Esse adolescente, por volta de 14, 15 anos de idade. E os pais descobriram que esse adolescente ia fazer viagem com esse cidadão, que seria namorado dele. O adolescente disse que o namorado já tinha vindo a Belém outra vez encontrar com o adolescente aqui e, dessa vez, ele estaria levando o adolescente. Os pais conseguiram saber da informação a tempo, antes de ele fazer a viagem, evidentemente, articularam com o Conselho Tutelar e conosco, e nós conseguimos evitar que isso acontecesse.

Eu, inclusive, estava no plantão. Tive a oportunidade de fazer o atendimento a esse adolescente. Ele estava muito certo do que queria. Dizia que era isso que ele queria. Ele não estava saindo naquele dia, mas provavelmente ia fazer essa viagem em outro momento, ele nos disse. Conversamos muito com esse adolescente, mas ele estava muito decidido.

No hidroviário, nós, situações assim emblemáticas de saída, tivemos uma situação de adolescente que nós percebemos porque ela frequentava e fazia viagens para Marajó, e começamos... o nosso agente dentro do hidroviário começou a perceber que a adolescente provavelmente estava fazendo ponto ou algo parecido. E nós conseguimos fazer o atendimento, encaminhar a situação ao Conselho Tutelar, e aquela adolescente não mais frequentou o hidroviário. E nós



temos muito esse cuidado. Inclusive, como nós estamos nos postos, todos os que trabalham nesses locais, todas as situações eles encaminham à gente. Estrangeiros que estão com adolescentes dentro do aeroporto, que eles de alguma forma percebem algo diferente, eles articulam conosco. Nós fazemos a abordagem, verificamos o que está acontecendo, explicamos para o cidadão por que, evidentemente, estamos fazendo aquilo. Fazemos toda uma avaliação do contexto para que ele compreenda a nossa abordagem e por que nós estamos fazendo esse tipo de abordagem.

Então, de maneira geral, o nosso trabalho de prevenção especial, que nós realizamos em relação à saída de crianças e adolescentes do Brasil — porque não é só para outras cidades próximas, mas para o Brasil —, se dá dessa forma. E tudo respaldado, evidentemente, no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Dra. Inete Sotelo. Nós vamos passar agora às perguntas e aos questionamentos dos Srs. Deputados.

Passo a palavra imediatamente à Relatora, Deputada Andreia Zito, para os seus questionamentos.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Eu gostaria de cumprimentar todos com o meu bom dia.

Na figura da Presidenta da Comissão, Deputada Bel Mesquita, eu cumprimento toda a Mesa, cumprimento as senhoras e senhores que hoje se dispuseram a estar aqui conosco para participar desta CPI.

Pelo que eu ouvi, temos aqui mães também que passaram por situações de conflito, no que se refere à nossa CPI. Agradeço, em especial, ao Dr. Domingos Juvenil, Presidente da Assembleia Legislativa, que nos cedeu este espaço e que, sem dúvida alguma, demonstrou apoio a esta CPI.

A Deputada Bel Mesquita, Presidenta da nossa Comissão, vem demonstrando realmente preocupação com o Estado, e eu fiquei muito feliz com a presença da Deputada Elcione Barbalho, uma Deputada que vem fazendo um trabalho especial na Câmara Federal e, mesmo sem participar da CPI — ela não é titular, não é suplente —, também se mostrou preocupada com o Estado do Pará.



Então quero parabenizar a Deputada, agradecer a ela e falar sobre a importância deste tema.

Eu apresentei um requerimento à Câmara Federal, logo no início do meu mandato, porque eu sou da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, uma área muito carente, e fui muito procurada na ocasião por mães que passaram por esta situação. Então, conversando com amigos que apoiaram essa iniciativa, nós montamos esta CPI, que, graças a Deus, foi rapidamente formada, e a gente vem fazendo esse trabalho já há algum tempo, de visitar alguns Estados, ouvir realmente várias autoridades, ouvir as mães, como eu acredito que iremos ouvir aqui — vai depender da nossa Presidente.

Na minha concepção, eu vejo que há particularidades em relação a alguns Estados. Isso para mim é nítido. Nós visitamos o Rio de Janeiro, que é o meu Estado, depois São Paulo. Tivemos um exemplo fantástico no Paraná. Em Curitiba, nós pudemos aprender muito o que pode ser feito na nossa CPI, o que pode ser proposto pela nossa CPI.

Eu peço desculpas se por acaso eu fizer alguma pergunta que algum dos nossos colaboradores já falaram, porque às vezes a gente tem de anotar alguma coisa e acaba perdendo o que foi falado.

A minha primeira pergunta seria em questão... pelo que ouvi aqui do Dr. José Ferreira Sales, o nosso Secretário Adjunto, aqui não existe a delegacia especializada em relação à questão da criança e do adolescente. E aí, pelo que eu entendi, a Dra. Maria do Perpétuo Maciel disse que existe. Eu, sinceramente, não consegui compreender muito. E, aqui, eu não sei se por questão até mesmo gráfica, foi colocado que o trabalho da Dra. Maria Maciel é o atendimento ao adolescente. Eu não sei se esse é um trabalho também, como eu falei, por questões gráficas, se ele também se estende às crianças.

Eu queria saber como acontece o tráfico de crianças aqui. Nós tivemos agora... há pouco tempo, eu ouvi aqui os nossos depoentes falando sobre a questão da mídia, e parece que a mídia é uma parte com que os senhores podem colaborar aqui com fotografias, enfim. E é uma coisa difícil a gente ouvir por parte dos Estados. Então a mídia é importante. Que bom que existe isso aqui, porque, infelizmente, nós não podemos contar com a mídia em diversos locais.



E agora, na semana passada ou retrasada, nós tivemos uma reportagem no *SBT* que eu achei muito importante. Alguns não consideram aquilo ali como crianças desaparecidas. Eu, particularmente, considero sim e queria saber se houve uma busca por parte dos senhores. E eu queria saber mais detalhes a respeito da questão do tráfico de crianças, porque aquilo ali é um caso sério. Nós pudemos perceber que houve ali um aproveitamento de uma fraqueza de famílias carentes que precisavam, necessitavam, naquele momento, de um dinheiro, de atenção maior, e tiveram que entregar seus filhos. Com toda a certeza também, a partir do momento em que entregaram seus filhos, não teriam mais a opção de estar com os mesmos. Então, eu defendo que ali é sim uma questão de desaparecimento de crianças.

E foi citado aqui também o SICRIDE, que eu ia perguntar se havia conhecimento em relação ele, porque, infelizmente, nós tivemos a presença do Ministro da Justiça na nossa audiência na Câmara Federal, e eu perguntei ao Ministro se havia por parte dele conhecimento a respeito desse trabalho. E, infelizmente, a resposta que eu tive foi que não havia a consciência do trabalho do SICRIDE. É uma pena porque é um trabalho magnífico. Como eu falei, nós estivemos lá presente, e foi nos mostrado um trabalho de inteligência, de dedicação, e eu fiquei, como eu falei, muito orgulhosa da participação deles.

Agora, foi também colocado que o SICRIDE pode trabalhar melhor porque há participação das mães, dos responsáveis, há participação das ONGS também. E ali, pelo que foi passado, existe todo um apoio aos profissionais, toda uma elaboração de projetos, em que esses profissionais que trabalham nessa área possam ser formados especificamente para aquela questão.

E também o que a divisão... Eu, sinceramente, mesmo tendo apresentado o requerimento para criarmos a CPI, pude aprender que existe a questão da criança e existe a questão do adolescente. O adolescente tem vontade própria, a criança, não. Então geralmente com a criança é o rapto, e o adolescente tem vontade própria e aí há vários motivos pelos quais pode haver o desaparecimento de crianças.

Então, foi uma visita, como eu falei, muito importante, infelizmente o Ministro não têm ciência e, na minha visão, a participação das mães e das ONGs é muito



importante, sim, mas temos de atrair esse trabalho que eles fazem para estar conosco.

A Dra. Inete Sotelo eu também quero parabenizar, porque, na Vara da Infância e da Adolescência, geralmente eles colocam dificuldade de trabalhar, de não ter instrumentos, e percebemos, pelo que me foi relatado, que, quando a gente quer, a gente faz. E aí há todo um apoio da Polícia Rodoviária, hidrovária, dos aeroportos. Eu queria saber se esse apoio persiste, porque, salvo engano, foi colocado aqui que isso aconteceu em 2006, que foi feito esse trabalho em 2006. Então, eu queria saber se existe ainda por parte do Estado esse trabalho, por parte do Município e também como ele é feito, porque a senhora colocou aqui que existe um trabalho de conscientização por parte das famílias e por parte também desses adolescentes. Foi isso? Eu gostaria de saber, eu queria que a senhora colocasse mais para nós como é feito esse trabalho de conscientização, se é através das escolas, como seria feito isso, porque para nós é importante, até mesmo na Relatoria, passarmos isso como uma sugestão, como um instrumento de proposta. A princípio seria isso.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Nós vamos passar a palavra a todos os Deputados para eles perguntarem, porque daí pode ser que um responda a pergunta. Na verdade são todos os envolvidos.

Então eu passo imediatamente a palavra para o Deputado Geraldo Pudim.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Deputada Bel Mesquita, quero agradecer à Assembleia Legislativa do Estado do Pará a oportunidade.

Permita-me ir direto ao tema, até porque nós estamos num trabalho contra o tempo, na tentativa de concluirmos, através da Deputada Andreia Zito, um relatório que possa efetivamente possibilitar um trabalho a ser utilizado como matriz nacional, uma vez que as realidades dos diversos Brasis dentro do Brasil são diferentes, porém coincidentes em alguns aspectos.

Então, eu gostaria de passar diretamente aos meus questionamentos e gostaria até que, porventura, as pessoas que prestarem depoimentos pudessem anotar posteriormente para que pudéssemos ter uma resposta efetiva.

Com relação ao Dr. José Ferreira Sales, Secretário Adjunto de Segurança Pública do Estado do Pará, em seu depoimento ouvimos falar sobre tráfico de



escravas brancas para o Suriname. Eu gostaria de saber se a Secretaria de Segurança tem inquérito, se tem algum material que possa ser encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre esse assunto e se essa análise que V.Sa. faz está focada num trabalho que foi feito fora do Estado do Pará ou se o Pará efetivamente teve subtraídas da sua comunidade escravas brancas para o Suriname.

V.Sa. também cita aqui que não há uma delegacia especializada no tema. Eu gostaria de fazer uma pergunta direta, porque, quando se trata desse tema, existem alguns Estados que adotaram uma política de Estado e não uma política de governo. E onde nós encontramos esse tema como política de Estado, nós temos encontrado resultados. E podemos citar aqui o Paraná, onde os casos pelo menos são solucionados praticamente em sua totalidade.

Então, minha pergunta é se o Governo do Estado do Pará tem por intenção transformar esse tema, que é um tema recorrente em âmbito nacional, em uma política de Estado e não numa política de governo, porque estamos verificando que há todo um arcabouço de que também, o senhor me perdoe, quando o senhor fala que não há assim um controle da família, há uma espécie de banalização por esse tema, a meu ver, também há uma banalização por parte do Estado. O senhor perdoe minha colocação.

Então, eu gostaria de saber a posição do Governo do Estado do Pará, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública. Qual seria a posição em relação a esse tema claramente, porque, se não há uma delegacia especializada no tema, o próprio Estado também não dá importância devida ao tema.

Com relação à questão da Dra. Maria do Perpétuo Socorro Maciel, observamos aqui, e não ficou muito claro para mim que as meninas... A senhora fez um corte, ou melhor, fez um recorte a respeito das questões sociais que envolvem o desaparecimento, que a maioria são meninas em relação aos meninos, fez um corte do que seria desaparecimento de natureza familiar, social. E também falou sobre a questão dos desaparecimentos enigmáticos, e a senhora cita aqui, de 2005 a 2010, que houve 54 desaparecimentos enigmáticos, que eles ainda não têm solução. O que não tem solução é enigmático. Eu entendi equivocada a questão. A senhora falou que 1% apenas, eu anotei, não teria tido solução. Mas eu pergunto: com base



em que dados a senhora pode afirmar isso, se nós não temos uma delegacia especializada que possa coletar essas informações? Ou isso, ou esses dados que a senhora traz à colação da Comissão Parlamentar de Inquérito são baseados em registros efetivamente levados à delegacia? Porque sabemos da complexidade que existe no Estado do Pará e que não se resume só à Região Metropolitana de Belém do Pará. Nós temos aqui uma situação complexa e daí advém a pergunta. Há lugares aqui a que se levam não sei quantas horas de barco para chegar. Como é que é feito esse número que está aqui, se ele efetivamente condiz com a realidade ou se ele está fincado apenas nos registros que chegam às delegacias. Essa é a pergunta que eu gostaria de fazer.

A senhora também falou que há tráfico de pessoas. Eu gostaria de saber se existe tráfico, efetivamente, de adolescentes e crianças no Estado do Pará, se há algum inquérito em curso desse tráfico, se existe alguma quadrilha especializada dentro do Estado do Pará, se elas estão identificadas, não estão identificadas, e, havendo inquérito nesse curso, se a senhora poderia remeter os autos desse inquérito. Se a Presidenta me permitir, se a resposta for positiva, nós faremos um requerimento solicitando esses autos, porque é o primeiro Estado onde nós encontramos pelo menos uma afirmação de que existe tráfico de pessoas, em especial, a pergunta que quero fazer, se existe o tráfico de criança e adolescente, porque precisamos... E aqui pode ser uma porta de saída, se a resposta que V.Sa. trazer à colação for afirmativa. E aqui pode ser uma porta de saída não só do Estado do Pará, mas de outros Estados onde isso pode estar acontecendo. Falei sobre a questão dos dados que queríamos saber.

Com relação à Dra. Inete Sotelo, ela faz também um corte, falando sobre a questão do trabalho que vem sendo realizado, a respeito da assessoria especial do Comissariado da Infância e da Juventude, que é feita junto ao juizado especial. A senhora fez uma afirmativa de que, com relação ao auto de infração, você só pode lavrar esse auto de infração quando, efetivamente, ocorrer o transporte. Eu fiquei na dúvida com relação a isso, se não há, pelo menos, um auto de notificação, porque um auto de infração pressupõe o crime cometido. Agora, é uma situação inusitada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sim, a senhora vai até nos responder depois, não é? Dentro desse procedimento administrativo, veja bem, se a pessoa saiu do Pará, como é que seria isso? Eu fiquei meio na dúvida com relação a não transporte, se, eventualmente, não teria que ter um auto de notificação para que essa empresa que estaria apta a cometer um ato infracional, ela pudesse efetivamente estar notificada e já fazer parte de um registro, de um cadastro de empresas que não estão, pelo menos, cumprindo a norma. Pelo menos eu penso assim, que, se não tem um auto... Então eu posso ter um auto de infração, por que não foi feito o transporte. E eu não deixo também um auto de notificação, para que aquela empresa possa fazer parte de um cadastro onde ela estaria infringindo?

A senhora fez uma afirmativa, também, de que, nesse trabalho de prevenção especial, estão 10 comissários e 120 agentes voluntários de proteção e fiscalização de rua. Esses 120 agentes voluntários de proteção e fiscalização de rua atuam onde, na Região Metropolitana de Belém, ou eles atuam na diversidade do Estado do Pará? Nos outros municípios existe um trabalho nessa direção ou ele está centrado na Região Metropolitana de Belém?

Também me chamou a atenção, e eu queria fazer uma pergunta, não sei bem se foi a Dra. Inete ou a senhora que falou, a respeito do caso da entrega dos filhos por dinheiro. Houve um caso que... A nossa Relatora levantou a questão das crianças. Veja bem, foi feito algum boletim de ocorrência desse caso específico? E, se foi, como foi tipificado? Foi tipificado? A mãe que teria, em tese... Porque nós sabemos que existem milhares de casos no Brasil afora de adoção sem o devido processo legal, de entrega das crianças por questões sociais, questões financeiras, etc. Foi feito o registro? Nesse registro que foi feito, qual foi a tipificação que teve, nesse caso, para que pudéssemos, pelo menos, saber como é que está sendo o procedimento?

Então, essas são as perguntas iniciais que gostaríamos de fazer, agradecendo sobremaneira a participação aos senhores nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, volto a dizer, visa criar um ato normativo em âmbito nacional, que possam os Estados brasileiros, os Municípios brasileiros minimizarem esse tema, que é um tema que está realmente banalizado no País afora,



excetuando-se alguns Estados que transformaram o tema não em política de governo, mas em política de Estado e estão encontrando solução para esses casos.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Deputado Geraldo Pudim.

Antes de passar a palavra à Deputada Nilmar Ruiz, eu quero anunciar a presença do Deputado Estadual Júnior Hage, grande companheiro, uma pessoa por quem tenho maior estima, consideração e carinho. Muito obrigado pela presença. Eu o chamei à Mesa, mas ele disse que tem outro compromisso, inclusive porque está ocorrendo reunião da Assembleia, mas aqui fica registrada a presença do Deputado Júnior Hage.

Concedo a palavra à nobre Deputada Nilmar Ruiz.

A SRA. DEPUTADA NILMAR RUIZ - Bom dia a todos.

Quero cumprimentar a nossa Presidenta, companheira Bel Mesquita; a nossa Relatora, Deputada Andreia Zito; o Deputado Geraldo Pudim; a Deputada Elcione Barbalho; o Deputado Antônio Carlos Chamariz.

Eu queria ir diretamente às perguntas, primeiramente ao Dr. José Ferreira.

Há quantas crianças e jovens desaparecidos registrados no Estado do Pará? Como age a Secretaria de Segurança Pública no que se refere aos registros das crianças e jovens desaparecidos? Já que não há uma delegacia especializada para tratar dessa prática, como a Secretaria de Segurança Pública orienta as demais delegacias do Pará no que se refere aos registros e às investigações?

Para a Dra. Maria do Perpétuo Socorro, foi colocada a questão que, na maioria, são meninas que desaparecem. Há algum estudo no sentido de identificar se há ligação da Belém-Brasília e outras rodovias com o desaparecimento majoritário de meninas? O que falta para a rede funcionar?

Há uma outra questão que observei no meu Estado, Tocantins, e aqui também na minha chegada. Eu perguntei ao motorista que nos conduziu até o hotel se havia casos de crianças e jovens desaparecidos no Estado do Pará, e ele disse que não, que não havia. Da mesma forma, no meu Estado e nos outros Estados, não há essa consciência da população de uma forma geral no que se refere ao conhecimento dos casos das crianças desaparecidas. A que isso se deve?



Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Antes de passar a palavra à Deputada Elcione Barbalho, eu quero cumprimentá-la e dizer que esta CPI se sente engrandecida pela sua presença hoje nesta audiência pública. É uma grande colega, uma grande companheira e uma grande amiga.

Passo a palavra à nobre Deputada Elcione Barbalho, para fazer os seus questionamentos.

A SRA. DEPUTADA ELCIONE BARBALHO - Bom dia a todos.

Antes de mais nada, quero parabenizar a Deputada Bel Mesquita pela sua administração, pela Presidência, pelo trabalho que estão fazendo em nosso País.

Deputada Andreia, V.Exa. foi a mentora. V.Exa. que apresentou essa proposição de criação desta CPI. V.Exa. não sabe o bem que trouxe para esta Nação. E tenho certeza de que nós não temos dados precisos. É muito mais do que se possa imaginar. Como foi muito mais ainda aqui no Pará na questão de alguns casos seriíssimos ocorridos em Altamira, com a emasculação de crianças. Era bom que tivéssemos essa lembrança.

Deputada Nilmar, muito obrigada pela sua presença, pela tua participação. Eu sei também que o nosso Estado é quase confluyente, tem muito a ver com as nossas problemáticas, até pela questão da posição geográfica deste País, dessa nossa região que eu consideraria também Amazônia pela questão da posição geográfica. V.Exa. não tem ideia da quantidade de droga que entra a toda hora, da quantidade de armamentos, da troca, da pasta, enfim, tudo aquilo que também está relacionado à questão do tráfico.

Companheiro Geraldo, sei também, junto com a Deputada Andreia Zito, o quanto V.Exas. têm esse enfrentamento no Rio de Janeiro, uma região totalmente diferente da Amazônia, mas eu creio que nós temos uma responsabilidade muito grande e que a sociedade precisa, com certeza, de apoio.

Nosso colega companheiro Antônio Carlos Chamariz, muito obrigada pela participação. Infelizmente, não posso nem tive tempo de participar desta CPI, não por omissão, mas eu estava à frente de talvez a mais importante Comissão daquela Casa, da Câmara dos Deputados, que é a Comissão de Seguridade Social e Família. Nós ganhamos muita experiência.



Parabéns a todos que, de forma direta ou indireta, estão trabalhando pela questão de no mínimo frear ou minimizar o tráfico de crianças.

A coisa iniciou aqui, neste momento, com a Dra. Socorro, a quem eu queria dizer o seguinte: nós colocamos a RBA, e quero dizer que eu não sou absolutamente partícipe daquela estrutura, pouco me envolvo com essa questão. Mas, no que diz respeito a essa circulação no domingo, é onde há o maior número de compras. A circulação triplica muitas das vezes no domingo, quando as pessoas param um pouco para comprar o seu jornal, e aí aproveitamos para divulgar.

Mas que fique aqui, até mesmo como proposição no seu relatório, que nós precisamos mexer com o Ministério das Comunicações. Não podemos resolver a questão sozinhas, obrigar essas grandes empresas... E quero dar os parabéns ao SBT pela excelente matéria sobre o tráfico que passou semana passada. Eu até comentei com a Deputada Bel Mesquita, com o Presidenta, que S.Exa. solicitasse, porque a CPI tem esse direito, essa matéria, inclusive como alerta, para mostrar como as coisas funcionam. Inclusive havia uma Vereadora envolvida. Vejam o quanto a mãe sofre, porque chegou quase que na hora h de ela entregar a filha, e falou mais alto o sentimento.

Eu acho que V.Exas. inclusive poderiam pedir uma audiência, ir ao Ministério das Comunicações, porque elas são afiliadas, a autorização é dada pelo Governo. E onde estão esses programas que não somam absolutamente nada? Aí estão os BBBs da vida a passar coisas absurdas para essa juventude. Temos aí a questão de uma sociedade consumista, toda hora, compre, compre, está aqui, se você não está na onda, é a roupa da hora, é o cabelo, aí a questão da prostituição, da gravidez antecipada, Deputada Bel Mesquita.

Eu fico horrorizada quando saio pelos bairros daqui de Belém — não precisa nem ir para o interior — e vejo meninas de 12,13 anos já com volume na barriga, com 3,4, 5, 6 meses. Até vi no jornal na semana passada que diminuiu a incidência. Tenho dúvida de que pesquisa foi essa. A Polícia Federal, de onde o companheiro é oriundo, eles foram importantíssimos para nós na época da CPI do Narcotráfico. Eu até perguntava agora ao Deputado Geraldo Pudim: *“Geraldo, me diz uma coisa, você já recebeu ameaça?”* Porque vocês, quando começarem a atravessar... Porque isso envolve grupos. Aí está também a questão do tráfico de órgãos. Muitas das



vezes as pessoas são traficadas, mas a questão lá da ponta é bem maior do que você ter uma criança.

V.Exas. viram agora a questão do Haiti, quantas crianças desapareceram e quantas crianças iam saindo do Haiti, aproveitando aquela comoção mundial. Para tomar conta,? Eram mais de 20 crianças, não sei quantas crianças foram naquela época.

Então, vejam bem, nós temos que ter também aparato, dar uma retaguarda. Não adianta só pegarmos a criança, temos de trabalhar a família. Hoje, a desagregação familiar está um horror; as mulheres estão bebendo assustadoramente; a prostituição infantil está cada vez mais presente.

Olha, eu sei que não dá para focar só na questão do tráfico. É muito mais profundo do que se pode imaginar, porque uma coisa se liga à outra. Eu tenho certeza de que as autoridades ficam muitas das vezes engessadas, às vezes não têm transporte para se locomover ou, quando têm o transporte, não têm o combustível. É essa a realidade. A nosso Amazônia é uma outra realidade, Deputada Bel, V.Exa. sabe disso, V.Exa. que é lá do sul do Pará. Nós temos que ter um trabalho diferenciado. Tantas vezes o Governo quer fazer, mas não tem condições. V.Exas. sabem a questão da dificuldade para nós liberarmos as emendas. São os Prefeitos que lutam para poder conseguir recursos. É difícil, companheiros; é muito difícil.

Agora, vamos trabalhar. A sociedade também tem a sua parcela. V.Exas só não podem resolver. A Câmara, o Congresso não podem resolver sozinho, nem a Assembleia Legislativa. Eu acho que nós temos que ter o chamamento nacional, e colocar nos programas de grande audiência a chamada, obrigá-los. Assim como se fez com o cigarro, que se faça, sim, com a questão da bebida, com a questão da Lei Maria da Penha. Não adianta fazer mais leis, que leis já temos até demais. O que nós temos é de fazer valer essa questão. V.Exa. sabe, V.Exa. participou de um audiência externa e de uma audiência interna. Uma juíza de Brasília me pediu: *“Por favor, Deputada, não adianta falar em Lei Maria da Penha, quando é totalmente liberada essa droga que é a bebida, cujas propagandas, as mais sofisticadas, são levadas ao ar, e há a massificação o tempo todo”*. Hoje vemos jogadores, ídolos fazendo propaganda, campeonatos bancados por empresas.



Deputada Bel, isso é angustiante demais, e a cobrança vem o tempo todo para nós, companheiros; para todos nós. E nós ficamos impotentes.

Eu quero parabenizar todas vocês. Eu fui citada aqui, e fico feliz, porque trabalhamos bastante na CPI do Narcotráfico, que talvez tenha sido uma das maiores CPIs e muito mais importante para a sociedade brasileira, porque nós conseguimos sacudir este País. Foi difícil? Foi. Muito difícil. Sofríamos toda hora pressão dos grandes grupos do narcotráfico, dos cabeças, que era aonde nós íamos, que eram os financiadores, que é neles que temos de ir, não aos traficantinhos, não. Nós temos que ir em cima dos grandes financiadores.

Mas eu fico feliz de poder, neste momento, estar aqui com V.Exas. Não poderia de forma alguma estar ausente. Gostaria de estar presente, rodando este País, que eu seria mais uma a somar com vocês. Mas V.Exas. são verdadeiros baluartes, V.Exas. estão entrando numa seara difícil, mas eu acho que não dá para ficar esperando: *“quem sabe faz a hora, não espera acontecer”*. Trançar os braços...

Temos que perguntar à sociedade o que ela está fazendo; não é ficar só cobrando do Conselho Tutelar ou dos juízes, não; também isso. Tem que ter todo mundo nessa luta, enfrentamento, denúncia. E qualidade de vida, gente. O que vemos são esses jovens nas esquinas bebendo, drogados, e nós sem termos condições de dar, oferecer perspectivas. Então, é por isso, muitas das vezes, que eles vão embora. É controlar os meios de comunicação, essa lavagem cerebral diária que invade nossos lares. Enfim, parabéns a todos vocês.

A questão do Orkut, a questão da idade. Eu vi uma pessoa da minha família: *“Oi, vó!”* Que é isso? É difícil controlar. Elas se arrumam, elas fazem poses de mulher fatal. Ninguém diz que elas têm 14, 15, 16 anos. Tudo isso tem de ser verificado, entrelaçado, ir na ponta e começar a cobrar, como fez o Magno Malta, que teve a coragem de ir em cima, peitar e conseguir inclusive dados importantes, quando ele assumiu o trabalho também na CPI.

Então, parabéns a todos vocês, obrigado por essa oportunidade. Contem comigo, não só aqui no Pará, mas no que eu puder fazer junto aos companheiros, para podermos trabalhar juntos.

Quero lembrar que eu fiz parte da procura da filha do Cassiano. A sensação que eu tenho, Dra. Socorro, é de que parece que abriu o chão e a menina sumiu.



Ninguém sabe, ninguém viu. Eu lembro que o Deputado Jader era Governador. Eu era da Ação Social. Nós mudamos o grupo que estava tomando conta dessa área, desse processo, não se sabe até hoje, e acabou com a família. O Cassiano é uma pessoa acabada. Não se sabe. Ela saiu com a irmã, as duas, a irmã voltou e ela sumiu e até agora ninguém sabe. E Soure é uma cidade pequena, ele era o Prefeito. Sumiu, simplesmente, acabou. Não é possível que um dia não possamos saber. Dizem até que tiraram os órgãos, que afundaram, que a estupraram. É tanta confusão, tanta conversa, mas vamos pedir a Deus que essa criança retorne. Ela já deve estar bem grandinha, foi em 1994.

Aos funcionários aqui presentes, também quero deixar o meu agradecimento, as minhas palavras ao Deputado Domingos Juvenil, Presidente desta Casa, que liberou para nós, e para vocês. Nós estamos aí prontos para o que der e vier. Eu não sou de fugir da luta, sou ousada, sou até um pouco doida, porque às vezes não tememos, achamos que as coisas só acontecem com os outros, que estamos isentos de qualquer questão.

O meu muito obrigada. Que V.Exa. obtenham o melhor êxito possível e contem com essa companheira aqui, que está pronta para o que der e vier junto com vocês.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Deputada Elcione Barbalho.

Antes de eu fazer os meus questionamentos, quero anunciar a presença do Deputado Cássio Andrade. Inclusive o Deputado Cássio Andrade fez uma proposta de lei de comunicação de instituição do Sistema de Comunicação e Cadastro de Pessoas Desaparecidas no Estado do Pará, que foi transformado em indicação para o Governo.

Quero dizer que a Lei nº 12.127, de 2009, que institui o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, é da minha autoria, foi sancionada em dezembro deste ano e, a partir do instante do sancionamento desta lei, todos os Estados deverão estar integrados a esse cadastro, e todas as crianças e adolescentes desaparecidos deverão estar nesse cadastro nacional, que foi também, aproveitando, digamos assim, a possibilidade da regulamentação,



estendido a todas as pessoas desaparecidas, principalmente os idosos. Então, Cássio, muito obrigado pela presença, parabéns pela proposta.

Eu quero perguntar aos senhores, principalmente à Dra. Inete, no primeiro momento, como é acionada a busca nos aeroportos, nas rodovias. Quem tem o poder de acionar essa busca? Se qualquer delegado de uma delegacia pode, ou se existe um sistema que realmente possa dar essa... Quem é o responsável por isso?

Outra coisa é que eu fico preocupada, e aí tem razão, minha atuação é um pouco maior no interior, e principalmente no sul e sudeste do Pará. Aqui nós temos os dados da região de Belém e região metropolitana. Não temos os dados integrados de todo o Estado do Pará. Podem até me questionar sobre isso, mas eu realmente gostaria que o interior do Pará fizesse parte do Pará, porque as ações que nós temos em Belém e na área metropolitana não se estendem ao interior do Pará. Nós podemos ter ótimas propostas, podemos ter muito boa vontade, mas infelizmente não se consegue ter a capilaridade suficiente, necessária, para que o interior do Pará possa se sentir contemplado.

Então, eu quero saber, acho necessário demais saber como que se vão integrar ao Pará os dados das demais regiões do Estado. Eu preciso saber, Dr. José Sales, como que está sendo proposta a interiorização das ações de justiça, aliás, de segurança pública, e de que forma se pensa realmente nessa capilaridade. Eu sei que já têm sido feitos vários investimentos nisso. Mas o que ainda é preciso para que o nosso sistema de segurança pública do interior do Pará possa se adequar, pelo menos um pouco, ao que se tem no Pará — que é pouco? O que se tem em Belém e na área metropolitana é pouco também. Sou consciente disso. Nas demais situações, eu preciso de uma questão. Diz respeito, realmente, como o Deputado Pudim falou, a essa questão que a Andreia Zito suscitou, que é a questão das crianças levadas para uma rede de tráfico de crianças e adolescente. Se não há nenhum tipo de B.O., de registro, dentro de uma delegacia, de desaparecimento dessas crianças, como que é registrada, tipificada a saída da criança do seu lar? Existe algum registro de desaparecimento de criança ligado a essa questão que foi mostrada, inclusive, no programa do SBT? Parabenizo aqui o programa. Mas, independentemente disso, nós sabemos que isso acontece, e muito, no interior do Pará, principalmente na região ribeirinha, que é um dos dados que mais nos



aterroriza e nos envergonha junto ao restante dos outros Estados, e tudo mais. Então, o que eu quero saber é se existe algum registro de desaparecimento de crianças que possa ser ligado ao tráfico de crianças, principalmente quando se sabe que existe o envolvimento da família, muitas vezes, nessa situação. Se não existe algum registro, como se fazer para se estabelecer essa conexão e como trabalhar com isso?

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Presidenta, se me permite, na pergunta que V.Exa. fez, na questão da saída dos seus lares, eu acho que seria importante também nós sabermos da questão da saída do Brasil, porque também é um fator que vemos. Então seria importante isso, porque parece que, pelo que eu vejo, são as fronteiras. Então, dentro da pergunta de V.Exa., acho que seria muito importante também essa questão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu só estava querendo saber como se dá o registro. Se familiares vão lá e fazem o registro, se é desaparecimento de criança, se é porque a criança foi e eles não têm mais notícia. Eu gostaria de saber como tipificar essa situação, porque deverá fazer parte do nosso relatório e de propostas. Como tipificar essa situação junto a todos os órgãos que fazem parte desse sistema de proteção à criança e ao adolescente?

Então, eu passo, imediatamente, a palavra, para suas respostas, ao Dr. José Ferreira Sales.

O SR. JOSÉ FERREIRA SALES - Excelência, não me expressei bem quando eu afirmei — e tenho consciência de que realmente eu afirmei, pelo número de questionamentos — a inexistência de um órgão da delegacia de atendimento ao adolescente. Existe no Estado, muito bem conduzido pela Dra. Socorro Maciel. Essa é a delegacia dela. Existe também o SILCAD, que é o Serviço de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes, criado desde 2005. O que não existe é um órgão, uma delegacia especificamente especializada em desaparecimento como um todo, especialmente de adultos. A questão, aí, é como nós classificamos, no início, a princípio, o desaparecimento. Como um crime? Veja só. As estatísticas, também nós temos, Deputada. Até 2010 — nós começamos a sistematizar esse processo em 2005 —, nós registramos 2.011 desaparecimentos. Desses 2.011 casos, 1.959 foram esclarecidos. Nós temos aí uma diferença de 54 pessoas desaparecidas. Nós



temos uma dificuldade imensa, porque os desaparecimentos, quando solucionados, quando as pessoas voltam para casa, não são dadas baixas. As famílias não procuram mais as instituições oficiais para dar baixa nesse número. Agora nós tivemos que voltar às famílias, nem sempre com o mesmo endereço, nem sempre no endereço correto, para checar, para dar baixa, para saber se ainda persiste o caso do desaparecimento. Então nós temos aí uma diferença, a prestar contas, de 54 casos.

Nós tivemos a assertiva também sobre o caso de escravas brancas. Enquanto delegado da Polícia Federal, nós fizemos um inquérito que teve uma repercussão muito grande na imprensa nacional. Nós temos, sobre esses casos, condenações, processos de condenação. Por sua vez, a Polícia Civil, através da Dra. Socorro, também fez inquéritos. Não sei como está a questão processual. Ela tem, nós temos dados, documentos que podemos disponibilizar.

Suriname. Se o Paraná tem o incômodo Paraguai como vizinho, com alternativa de passagem com muita facilidade, e o Mato Grosso do Sul tem a Bolívia, nós temos o Suriname, um vizinho não físico, porque ele é separado pela Guiana Francesa, mas as condições geográficas proporcionam um intercâmbio muito grande.

Historicamente essa rota serviu para contrabando, depois tráfico de drogas e também para o tráfico de seres humanos, nos 2 sentidos. Nós temos as escravas brancas, que nem sempre foram de avião, mas também de barco. Também essa rota tem sido usada para desembarque, entrada de chineses no Brasil, e outros clandestinos. Nós temos também, na Polícia Federal principalmente, dados.

Os criminosos, como eu falei, não têm escrúpulos. Esse estuário do Rio Amazonas, essa baía é muito grande. São 400 milhas do Farol do Sucuruju à Ponta Espardate. Queira Deus dar efetivo e equipamento para patrulhar essa área.

Os criminosos, como não têm escrúpulos... De onde saem essas escravas brancas ou entram esses chineses? Pelo Amapá, pelo Pará ou mesmo pela costa do Maranhão. Esse crime migrou. Nós tivemos informações, dados de inteligência. Quando nós intensificamos o combate à triagem do embarque de escravas brancas, eles começaram a levar de barco da costa do Maranhão.



Nós precisamos, evidentemente, da colaboração internacional, através do Ministério das Relações Exteriores. No Suriname, enquanto país... Eu não quero criticar os assuntos internos, mas nós não tínhamos muito com quem contar, em se falando de autoridades locais. Tivemos dificuldades, sim. Os poderes públicos lá não conheceram, não deram apoio. A nossa diplomacia não foi, também, tão eficiente. Restou a questão policial, com limites no território nacional. Tivemos que apelar ao Itamaraty. E a imprensa deu uma colaboração fantástica, na medida em que até fez reportagens naquele país.

Política de governo, ou política de Estado. O Estado tem manifestado, tem envidado esforços no sentido de coibir essa prática. Nós temos feito... A Dra. Socorro Maciel tem chefiado operações juntamente com a Polícia Civil, a Polícia Militar e a SEJUDH, nesse teatro que nós temos aqui, envolvendo as ilhas, as, com campanhas, ações preventivas mesmo; com palestras e distribuição de cartazes e abordagens.

Não foi uma coisa isolada. Tem sido sistemático. Evidentemente que nos meses em que chove menos ela é mais propícia, até porque a fluência de público é maior no turismo de ilhas etc.

Não está banalizado. O que falta é uma conscientização. Daí o grande mérito, a meu ver, da CPI. E outros movimentos, outras campanhas que se façam é neste sentido de mobilizar a população e demonstrar a importância.

Disse bem a Deputada, quando o motorista disse que não tinha esse caso aqui. O que é? Ele não sente, não há divulgação, não há um apelo no sentido de mobilizar a sociedade. E os motoristas são muito sensíveis, eles percebem muito bem e facilmente o que está acontecendo.

Como não existia essa mobilização também para a questão da pedofilia. Era uma coisa bem menor. Com a CPI, a população foi encorajada e os registros dispararam. Aumentaram os casos de pedofilia? Com certeza, não. Aumentaram as comunicações, a população foi encorajada. Nós precisamos realmente mobilizar.

Reitero que a questão do policiamento, nós não queremos restaurar todas essas questões sob uma ótica policial. Aquela criança que está no coreto, vulnerável, pode desaparecer, dormindo em cima de jornais, embaixo de papelão. É uma caso de polícia? Ação integrada da polícia, sim. Nós queremos, sim. Integração



das ações de segurança, leia-se para nós, nessa ótica policial, as outras polícias, porque esse reparo, essa ação tem que ser articulada com outras secretarias de governo, com outros Estados, através da União.

A Dra. Socorro bem disse um caso de um menor que foi localizado na Bahia e que a raptora estava em Minas Gerais. Essas ações têm que ser articuladas e capitaneadas pelo Ministério da Justiça, conforme esse combate sistemático que se faz em outras áreas, como o crimes cibernéticos, que acabei de citar, entorpecentes e tantos outros.

Nós temos um trabalho exemplar de combate ao trabalho escravo que tem surtido efeito e diminuído consideravelmente a incidência no Estado, graças também a esse trabalho articulado com outros órgãos de governo.

Apelo mesmo para que não se deixe sob a responsabilidade unicamente da polícia esses casos. Vamos enxugar gelo. Aquela criança que desapareceu e foi localizada, ela vai voltar a desaparecer, aquele menor, porque não tem o controle do pai, da família nem assistência de outro órgão qualquer. Não queremos tratar de um Estado policialesco.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sra. Presidenta, me permite? Dr. José Ferreira, longe de nós aqui queremos polemizar qualquer tipo de discussão. Quando a gente fala da banalização do Estado, a gente fala calçado numa questão. Veja bem: pelo o que eu li aqui nas nossas anotações, a Dra. Maria do Perpétuo Socorro é Delegada Diretora da Divisão de Atendimento a Adolescentes, diferentemente do que a gente imagina, uma delegacia especializada. Porque, veja bem: muitos casos de desaparecimento enigmático que ocorrem hoje no Brasil iniciaram numa fuga, ou seja, por maus-tratos, por abuso sexual, em que a menor ou o menor se dirige a uma delegacia onde não encontra sequer uma estrutura adequada para que possa fazer o seu relato e evitar que esse problema que está sofrendo no lar se transforme depois num desaparecimento enigmático. Então, uma delegacia especializada pressupõe, além das ações, equipe técnica qualificada — assistente social, psicólogo.

Então, pergunto: essa divisão especializada que nós temos hoje aqui através da Dra. Maria do Perpétuo Socorro é uma delegacia ou é uma divisão? Em se tratando de uma delegacia ou de uma divisão, ela tem os profissionais adequados



para recepcionar essa possível criança que está sendo violentada em casa pelo pai, pelo padrasto; que está sendo vítima de maus-tratos, para que ela possa amanhã não se transformar num desaparecimento enigmático definitivo?

Então, esse é o questionamento que eu faço, porque, por exemplo, no Estado do Paraná existe uma delegacia especializada. Há uma delegacia especializada no Paraná e ela está se interiorizando. Ela está na região metropolitana e agora já está num processo de interiorização dessas delegacias. Então, a minha pergunta advém disso. Uma política de Estado é uma política definida claramente: *“Olha, esta situação de desaparecimento de criança e adolescente é prioridade para o Governo do Pará. Sendo prioridade para o Governo do Pará, vamos implantar um sistema que possa ser eficaz.”*

Essa é a minha pergunta. A gente não está aqui efetivamente tentando polemizar, mas apenas para que a gente possa ter uma clareza a nível nacional. Hoje aqui nós estamos no Pará e queremos levar essa realidade do Pará.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu quero fazer uma complementação. Para nós, é extremamente importante saber as dificuldades que nós enfrentamos no Pará como em todos os outros Estados que nós visitamos. Todos, sem exceção, têm problemas seriíssimos a serem enfrentados. Se nós não conhecermos a realidade das dificuldades que todos enfrentamos... E no Pará nós temos consciência inclusive porque no nosso Estado, como outros Estados da região amazônica, nós não temos a similaridade do Sudeste do País. E isso faz com que muitas políticas públicas sejam completamente inadequadas para a nossa região. Então, o que nós precisamos...

Hoje, eu quero que o senhor entenda, doutor, nós não estamos aqui para fazer nenhum tipo — como é que eu posso falar? — de acusação, nada. O que nós precisamos saber são dificuldades que nós temos, principalmente considerando que o Pará é um Estado de dimensões continentais e de realidades diferentes.

Então, só queria colocar isso para que não se sintam constrangidos, mas partícipes numa definição que esta CPI se propõe a ter de um sistema integrado de proteção à criança e ao adolescente, uma vez que nós temos também consciência de que o desaparecimento de crianças por si não é o problema. O problema é anterior e a consequência é séria. Mas é um sintoma de problemas que estão



acontecendo. Nós não podemos fechar os olhos, porque quando chega na delegacia ou nos conselhos tutelares — mas o número maior chega na delegacia... Por isso que o sistema de segurança pública é o mais acionado, porque a porta de entrada desse problema é a delegacia. Então, a partir disso, se não souber para onde mandar — não é bem mandar —, quem chamar logo depois dessa denúncia, desse BO, desse registro de ocorrência, nós não saberemos como dar continuidade a isso. E aí, como não existe um sistema, fica muito a vontade de fazer, mas não se sabe a quem recorrer.

Então, eu queria que os senhores se sentissem à vontade e soubessem que o que nós estamos fazendo aqui é realmente pedir a participação real das situações que nós temos no Estado Pará, porque com isso nós teremos condições de acionar, como uma Comissão Parlamentar de Inquérito, todos os investimentos. Não sei se conseguiremos, mas temos força para sugerir e também exigir maiores investimentos nas áreas que mais necessitamos.

Então, eu quero deixar isso claro. Tenho certeza de que os demais colegas também têm essa necessidade.

O SR. JOSÉ FERREIRA SALES - Muito obrigado. O que for necessário, no que for possível colaborar, até por força de juramento e de nossa história de vida, nós vamos falar a verdade sempre — estamos falando, aliás.

Nós estamos realmente diante de uma realidade perversa e singular. Esse aspecto envolve o Estado do Pará. Ontem eu estive em Altamira, conversei com o Superintendente Regional da Polícia Civil, Dr. Francisco, e perguntei sobre o Castelo dos Sonhos, que é um Distrito do Município de Altamira. Ele disse: *“Lá nós não temos delegado, e eu levo 2 dias de viagem para chegar lá”*, na jurisdição dele. Ele tem que pegar a Transamazônica, depois a Santarém-Cuiabá, dormir talvez em Novo Progresso, para, finalmente, no segundo dia de viagem, chegar à jurisdição dele, onde não há delegado. Essa é uma realidade do Estado do Pará. Talvez não (*ininteligível*) bem, mas esses projetos têm realmente alterado drasticamente essa paisagem e trazido essa demanda, que não tem tido a contrapartida.

O Governo Federal, a SENASP, sinaliza agora uma instalação de uma base, em Óbidos, onde vai haver lanchas rápidas, *jet skis* e aviões, no sentido exatamente de preencher esse vácuo, que é a presença do Estado organizado, um Estado



estruturado naquela região, em que foi desnudada essa situação, diria agora, pela CPI do Combate à Pedofilia. E os Governos Federal e Estadual, irmanados, já estão adotando medidas no sentido de responder a essa ação.

Eu falei que nesse comércio marítimo com o Suriname, em que entram chineses e saem as escravas brancas e há tráfico de drogas e tal, eu não posso excluir a possibilidade de também estarem saindo menores por essa via — não posso excluir essa possibilidade. Aliás, em investigação policial não se exclui, de antemão, nenhuma possibilidade.

As ações integradas nós estamos preconizando, sim, e todas são bem-vindas. Imagino mesmo como será a contribuição dessa CPI, mexendo, levantando a questão.

Não estamos sentindo cobrança, mas a captação de ideias, de dados que possam otimizar esse resultado, excelência. Essa é a nossa preocupação e a nossa contribuição.

A Dra. Socorro vai dizer muito bem desse mecanismo, desse funcionamento da CPI.

O que eu estou me ressentindo, realmente, é que o Estado do Pará, por exemplo, tem um batalhão de polícia ambiental, tem uma delegacia especializada em crimes ambientais e tem também uma divisão, com resultados fabulosos, de combate ao narcotráfico. Como diz um companheiro nosso: *“Nunca antes na história deste Estado, a Polícia do Estado prendeu mais drogas do que a Polícia Federal”*, de onde eu sou oriundo. Mas nós temos resultados garbosos ultimamente, graças à doutrina e à prioridade que foi dada a essa área.

Eu espero também que essa área de combate à pedofilia, de combate ao desaparecimento de menores receba o mesmo tratamento e seja despertada a mesma sensibilidade. Quando se quer, se faz. O que eu quero, realmente, e fico muito esperançoso, é que ações dessa natureza sirvam para despertar essa consciência, e que outros órgãos... Repito, que aquela criança que ainda está no coreto, vulnerável, que está na rodoviária, nas paradas de ônibus, acompanhando caminhoneiros ao longo dessa Belém-Brasília, nesses portos dessas balsas aqui, seja vista por outros órgãos também que não a polícia. Sozinhos, não somos ninguém.



O SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Deputada Andreia Zito.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Dr. José Ferreira Sales, eu gostaria de fazer uma pergunta. Mais uma vez na questão da reportagem do *SBT Conexão Repórter*, se o senhor já tinha ciência do problema da Tailândia. Se o senhor já tinha conhecimento a respeito disso ou se passou também a ter conhecimento, como todos nós, a partir do programa.

O SR. JOSÉ FERREIRA SALES - Conhecimento público, através do programa. Mas a ação foi prontamente respondida com o deslocamento dos policiais da delegacia de atendimento ao adolescente para aquela região, com adoção das providências. Necessariamente, não passa pela cúpula da segurança. A delegada, os policiais que têm essa obrigação primeira de responder, assim o fizeram.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Eu gostaria de deixar um registro, com todo o respeito às autoridades, com todo o respeito à Polícia Civil, da minha felicidade e do meu... Como vou dizer... A minha felicidade... Agora me fugiu a palavra. Eu quero parabenizar, na verdade, o programa, porque ali nós percebemos que quando a gente precisa, quando a gente quer, a gente encontra. E foi um trabalho de muita naturalidade por parte deles, de sacrifício até, onde eles enfrentaram certas situações. Mas é importante destacar que quando a mídia, como foi falado aqui, nós temos o apoio, quando a mídia tem que fazer, ela faz mesmo. E a gente precisa seguir um exemplo como esse. Me desculpa, até faltou a palavra certa, mas, na verdade, era isso o que eu queria deixar registrado.

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - Eu faço parte da Divisão...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dra. Socorro Maciel, por favor. Inclusive, foi a delegada solicitada a fazer essa investigação lá em Tailândia. Estou certa, doutora? Por favor.

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - Só para poder até esclarecer. Eu estou na Divisão de Atendimento ao Adolescente há 10 anos e na direção desde 2007. Quando o Delegado Itamar nos convidou para assumirmos o trabalho de desaparecimento de crianças, a fuga do lar, até então a nossa produtividade era mais vista através de inquéritos. Eu não produzia inquérito. Eu disse: *“Bem, para eu assumir, eu tenho primeiro que ficar só*



com essa causa, porque eu sei o que vai gerar". E muitos superiores não entendiam que a minha produtividade era justamente alcançando o maior número de crianças desaparecidas.

Desde 2003, nós trabalhamos com a causa. A nossa equipe normalmente é de 3 pessoas, enquanto no SICRIDE são 30 policiais. Enquanto aqui no Pará nós temos a Divisão de Atendimento ao Adolescente, que tem competência no Estado do Pará, nós, por causa de efetivo, temos apenas uma DATA, uma Delegacia da Criança e do Adolescente em Abaetetuba. Então, a nossa proposta ao Delegado-Geral é de expandir a divisão em pelo menos cidades polo e assim capacitar.

Qual é o nosso pensamento? É capacitar não apenas a equipe especializada, mas o todo.

Na DATA nós tínhamos duas delegacias: a Delegacia do Adolescente Infrator e a Delegacia de Proteção. Dentro da Delegacia de Proteção nós temos um serviço, o SILCADE, Serviço de Investigação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. De acordo com o próprio Estatuto, a gente não só procura crianças, mas também há crianças que, às vezes, estão no abrigo e que nós vamos procurar os pais, porque assim diz o Estatuto. Esse é o nosso serviço.

O nosso serviço também conta com assistente social e psicólogo, porque quando essa criança ou esse adolescente reaparece, o nosso interesse é que não venha reincidir, que não fuja novamente.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Revitimizado.

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - Não, não. Não é revitimizar, e sim que ela não volte a fugir de casa, a empreender novas fugas, o que ocorre, sim. Muitas vezes esse adolescente foge a primeira, a segunda... É uma constante. Não todos os casos, mas existem. As situações de abrigo também. Quando aquele adolescente está no abrigo e foge do abrigo nós também fazemos o registro.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Só para ajudar no esclarecimento. Veja bem, a senhora tocou no x da questão. Por que a criança sai de casa duas, três, quatro e, depois, definitivamente? Ela pode estar sendo vítima dentro do lar do padrasto, do tio...



A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - São essas questões que são investigadas na área social.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Exatamente. Se o psicólogo, a assistente social verifica que essa criança saiu de casa... E aí é um trabalho, volto a dizer, técnico, não é um trabalho efetivamente de policial, é um trabalho de assistente social, de psicólogo. Essa criança vai voltar, às vezes ela tem de voltar para o lar, e ela vai voltar para a mão de quem ela está sendo vítima? É essa a questão que estamos abordando, por causa do aparato técnico necessário no sentido de não colocar novamente aquela criança no ambiente em que ela está sendo vitimizada. Foi essa a minha intervenção, porque quando se verifica que ela está sendo vitimizada dentro do lar, geralmente tem um outro ambiente que a psicóloga ou assistente social indica para que essa criança seja amparada pelo Estado, para que não seja devolvida ao algóz dela dentro de casa, porque se pode considerar que daqui a pouco ela vai sumir definitivamente.

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - Por isso é preciso salientar como é o nosso serviço. O nosso serviço é de localização. A partir do momento em que ela é localizada, mandamos para a nossa rede, como o conselho tutelar, que pode extrair alguma coisa, e dali também pode ir para um abrigo ou para a casa de passagem.

Recentemente, uma adolescente de 16 anos fugiu, teve a ajuda de uma pessoa, foi para o conselho tutelar, casa de passagem, denunciou o pai, e mesmo assim entregaram não para os pais, mas para uma tia. E o que fez a tia? Entregou novamente para os pais, e novamente fomos atrás. Por quê? Furou a rede. Quando chegou ao nosso conhecimento, nós fomos atrás e convencemos essa adolescente de que ela poderia confiar em nós, porque não a colocaríamos novamente naquela situação.

Imediatamente procuramos a rede, ela está sendo atendida pela Pró-Paz Integrado, que é um local onde tratamos os casos de abuso sexual de uma forma centralizada, onde tem o CPC Renato Chaves e a equipe social no mesmo local. Ela está protegida e vai ser investigada a situação do abuso.



Mas também essa pessoa que a ajudou — aí vem a situação dos crimes —, a dificuldade, como diz a Deputada, que ficamos muitas vezes engessados... Onde configurar o crime? Desaparecimento não é crime, mas é o início.

Estamos tentando sensibilizar a todos para que façam o registro de desaparecimento, porque depois do registro do desaparecimento as causas são inúmeras, pode desembocar num tráfico, exploração, maus tratos etc.

Primeiramente, quando localizo esta criança vou para o setor social. Onde estava essa adolescente? Essa pessoa que abrigou e quem a levou cabe o quê? Induzimento à fuga ou colocação em lar substituto, que é um simples TCO.

Como configuramos? Há casos em que, através das investigações preliminares, já conseguimos verificar do que se trata, se é uma subtração de incapaz, se é um sequestro, se é um cárcere. Dependendo da situação que se apresenta, vamos configurar e fazer essa ocorrência. Há casos só de desaparecimento, depois que vamos ver qual realmente é a tipificação criminal.

Tivemos casos de mães que deram seus filhos em troca de 150 reais, de telhas... Tivemos. E se arrependeram e vieram até nós. Infelizmente, nesses casos, dizem: *“É fácil vocês trabalharem porque normalmente as pessoas falam”*. Digo que é difícil, porque é muito fácil você prender um ladrão, o que se faz com todo o gosto, mas prender uma mãe pela situação de miséria, pela situação social que aquela pessoa está enfrentando, não é fácil. E já fizemos. Pedimos a prisão da mãe que denunciou, porque ela deu, da pessoa que intermediou e da pessoa que estava levando a criança. Já encontramos uma criança recém-nascida que já estava no Rio de Janeiro e retornou através dos advogados. Há casos de crianças que foram deixadas na praça.

“Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa”. É o Estatuto. “Pena: reclusão de um a quadro anos”, quando é venda, quando tem promessa.

Incide na mesma pena quem oferece ou efetiva a recompensa.

“Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado a envio de criança ou adolescente para o exterior” — aqui dentro existe o tráfico interno de crianças; é no exterior — “com inobservância das formalidades legais ou com o fito



de obter lucro". Agora, quando não tem o fito de lucro, não é crime. Então, cada caso é um caso.

A situação de Tailândia. Desculpe-me, mas existe sensacionalismo. Eu fui pessoalmente em Tailândia ver a situação do tráfico de crianças. Primeiro que ali existem várias situações que eles colocam: da Bahia, do Pará e outras. E ali não diz qual é exatamente do Pará. Eles falam mais do Pará, mas não se sabe quais do Pará. Primeiro porque Tailândia não tem barco. Não se vai de barco para Tailândia, só vai via terrestre. Então, é a primeira situação que eu coloco para vocês.

Segundo: houve, sim, situações, 3, de adoção por pessoas que vieram do Rio de Janeiro para adotar crianças em Tailândia, e todas as 3 têm processo. A mãe, uma das mães que eu consegui localizar, ela me falou assim: *"Não, doutora, eu pedi realmente uma cesta básica, mas não foi para trocar meu filho, foi porque eu não tinha quem me desse"*. A enfermeira que trabalha dentro da área perguntava: *"Tu conhece... Olha, tem uma pessoa lá em casa, que tá lá, uma pessoa"*. E assim ela intermediou. Agora estão no Judiciário. Estão correndo os trâmites normais.

Conselheiros tutelares estavam fazendo, em vez de a própria mãe fazer de punho, que estava dando a criança... *"Como é que saiu a criança?"*, me perguntaram. As crianças simplesmente... A pessoa, inclusive, não deu a cesta básica, não fez nenhuma menção. Ela pediu e também na mesma hora, depois, ela disse: *"Eu refleti, doutora"*. E tanto é que eu não insisti. Existe uma situação no direito que diz: arrependimento eficaz. Então, ela pensou, pediu, mas não efetivou. E hoje essa pessoa... Ela tinha 26 anos na época, 6 filhos.

Agora, ainda em Tailândia, nós temos uma mãe, que também conhecemos, 19 anos, 3 filhos.

A situação precisa, sim, urgentemente, também de políticas públicas, de esclarecimento em relação à situação de adoções. É comum, sim, a gente sabe que no Estado do Pará as pessoas não têm condições: *"Ah, dá para o padrinho"*. E as pessoas vão lá no registro, registram nos seus próprios nomes. Existe. E às vezes eles sabem, inclusive, quem são os pais.

A situação de Tailândia, configurei em quê? No art. 238. Indiciei a mãe? Não, deixei por conta do Judiciário. Estou ainda em investigação. Apenas a enfermeira Valdeci, porque na reportagem ela coloca, oferece ainda mais 2 meninas brancas,



gêmeas. A argumentação dela é porque eles estavam insistindo muito, porque inclusive eles estavam oferecendo 10 mil reais por conta do filho dela. E essas 2 crianças que ela diz que ofereceu, e diz: “*Apenas*”... E o que vocês querem? “*Não, normalmente as mães pedem umas comprinhas*”. Por causa disso, da situação formal, eu estou indiciando, *a priori*. E essa criança não saiu, está em Limoeiro do Ajuru.

Registro de ocorrência. Os dados que foram repassados foram em relação às ocorrências formuladas pelo serviço e de delegacias que também tramitaram, ou seja, repassaram para nós as ocorrências, porque realmente nós não temos suporte para todo o Estado do Pará, já que nós temos agora, se não me engano, 144 municípios.

Então, esses dados estatísticos... E por que eu afirmo que são as mulheres? Porque também existe um estudo a respeito, em relação a isso, a causas de desaparecimento. E vocês também podem, até para subsidiar, Dr. Dejaci, se eu não me engano, que é doutor e tem uma pesquisa referente a isso em Brasília, em relação a desaparecimento. Depois eu coloco direitinho para vocês. Ele é doutor.

Em relação aos encontros nacionais, a gente tem conhecido, por exemplo: a Dra. Heloísa, lá em Tocantins; lá no Rio de Janeiro, o nosso amigo, o Carlos Henrique, da FIA, que também trabalha muito. Mas se a gente vir, não tem delegacia específica no Rio de Janeiro que trabalhe com desaparecimento de criança. Tem a FIA. Aqui nós não temos a FIA, nenhuma fundação que trabalhe especificamente. Aqui nós temos o serviço pequeno. E esses são os números.

As nossas dimensões continentais são inúmeras. O Dr. Sales colocou em relação a Castelo dos Sonhos. Imagine Chaves. Tem município que você tem primeiro que ir para Macapá para você ir para lá.

Situações de tráfico de pessoas. Temos. Nós temos que olhar também a legislação. Tráfico interno de pessoas só começou a vigor em 2005. Em 2004, eu tive uma situação que não podia colocar como tráfico de pessoas. Tráfico interno. Eu digo que tráfico, para mim, tráfico internacional é Polícia Federal; tráfico interno é Polícia Civil. Porém, quando inicia, inicia sempre como um tráfico. Ninguém sabe. Então, nós iniciamos.



Existe um procedimento de uma jovem que saiu e foi dada primeiro como desaparecimento, apesar de ela dizer que estava fora. Iniciamos as investigações, conseguimos localizar a primeira, que não quis depor. A segunda, em 2005. Por quê? Essa mãe me ligou para o meu celular, a cobrar, eu estava em Brasília, graças a Deus, e eu tive o apoio do Ministério da Justiça. E nós localizamos esta jovem, grávida, num garimpo no Suriname. Já tinha pedido há muito tempo as preventivas, e não tinham saído. Depois desse empurrão, foi rapidinho.

Então, precisa de quê? Sensibilidade de toda uma rede. Essas pessoas já foram condenadas. Não sei se estão presas.

Segundo o tráfico interno dos homossexuais, o recrutamento ocorria aqui e eles eram levados para São Paulo. Lá, adolescentes, era feita a prótese, ou seja, a lesão corporal, a exploração sexual e todo tipo de maus-tratos que eles eram... O que ocorreu? Ficou um tempo... Primeiro, como um crime novo, sabendo de quem seria a competência — Pará, São Paulo. Bem, foi decidido que foi São Paulo. O procedimento está em São Paulo. Os adolescentes, alguns aqui, outros já retornaram, porque falaram para mim: “*Eu vou voltar*”. Já é adulto, voltou. Continua na rede do tráfico, com certeza.

Desses casos, ano passado, com a CPI da Pedofilia, as autoridades em São Paulo foram atrás e (*ininteligível*) um dos agenciadores dessa rede, trocou tiro com a polícia e foi morto. Mais a Fabiane, que é uma travesti, e que é que impera a rede de tráfico, porque tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual tem a ver com o PCC, sim, que fomenta. É difícil.

Então, precisamos de quê? Tem o inquérito. Esse inquérito, inclusive, eu já dei cópia para a CPI da Pedofilia. Então, nós temos casos, sim, de tráfico de pessoas. Nos lugares longínquos, quanto ao registrado no Pará... Quantos casos, não é? Foi o que eu falei. O que falta para funcionar a rede? Falta, primeiro, todo mundo ser capacitado, a sensibilidade de toda uma rede.

E eu proponho uma ocorrência diferenciada para o caso do desaparecimento. Como eu falei: a imagem é fundamental. Então, não é um boletim comum. Não é com um boletim nome tal e tal; característica tal, tal e tal. Mas se eu fizer uma ocorrência diferenciada, colocando, no mesmo momento, eu escanear a foto que estão me apresentando e colocar a foto daquela pessoa que está desaparecida e,



no mesmo instante, através da rede, todos os parceiros terem conhecimento; a Polícia Rodoviária Federal, que é um grande parceiro, no mesmo instante vai saber que aquela pessoa está desaparecida, até quando eles fazem...

Outra questão. Será que uma pessoa com 12 anos pode viajar para o Brasil? Mas eu não posso impedir. Por isso, a situação e a simples ocorrência de desaparecimento me dá o direito de impedir que aquela pessoa saia para fora do Estado ou até de uma cidade para outra. Mas eu tenho que ter muitos mecanismos de ocorrências diferenciadas, modificações da lei. O que resolve, em relação... Eu tenho mais casos realmente de adolescentes...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Doutora, eu vou pedir um pouquinho mais de agilidade.

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - É porque...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu sei. São muitas perguntas, muitas respostas e muita coisa para falar. Mas nós teremos que fechar esta audiência às 2 horas da tarde e tenho mais 6 pessoas para ouvir. Então, eu pediria um pouquinho mais de agilidade. E continuamos à disposição para continuar discutindo isso, inclusive em Brasília, doutora. É importante para nós.

A SRA. MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - Certo. A que deve o desaparecimento de crianças no Pará? Desaparecimentos de crianças são poucos. Quando existe, normalmente as pessoas são mais sensíveis e já dá para perceber que aquela criança está desaparecida e normalmente já leva para o conselho tutelar, leva para a delegacia. Aqui nós temos a CIEPAS, que é uma companhia especializada da Polícia Militar também. Então, já é feito mais rapidamente o resgate. Então, aqui realmente nós temos mais casos de meninas desaparecidas. São n casos. Oitenta a noventa por cento são de fugas do lar por diversos fatores que precisamos trabalhar a família.
(Pausa.)

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - É importante que a gente saiba aqui que não é uma realidade aqui do Pará. Existem, Brasil afora, delegacias especializadas em roubo de carga, em roubo de automóveis, que são bens



materiais. Infelizmente, não há uma sensibilidade quando se trata do ser humano. Eu só queria fechar essa questão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - A Deputada Andreia Zito tem uma tréplica.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Somente para a nossa reflexão, eu não sei, eu não moro aqui, eu não sei como foi utilizado, qual foi utilizado, o meio de transporte para que esse programa fosse feito lá em Tailândia. A única coisa que eu quero também deixar aqui para reflexão é que se houve um tráfico do Rio de Janeiro para o Pará, para mim, não é um caso de sensacionalismo; para mim, não houve, porque é um fato concreto. Houve o caso do Rio de Janeiro para cá. Então, eu não acredito aí que houve a questão do tráfico... *(Pausa.)* Por favor, eu estou usando a palavra.

As abordagens que eu ouvi aqui foram principalmente na questão social. E eu não entendi muito bem. Para mim, ainda ficou na dúvida a questão do tráfico de crianças.

E a delegacia especializada realmente nós não temos no Rio de Janeiro. Temos feito várias audiências e a cobrança que nós temos feito à CPI das Crianças Desaparecidas é exatamente cobrar as delegacias especializadas, como foi cobrado aqui também.

Então, sendo do Rio de Janeiro, foi isso que eu fiz lá na audiência aos nossos companheiros e é o que nós estamos fazendo aqui também, como em todos os Estados que nós estamos visitando.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Passo a palavra à Dra. Inete Sotelo.

A SRA. INETE SOTELO - Respondendo à pergunta da Deputada Andreia, primeiramente, a respeito do nosso trabalho no juizado, especialmente nos nossos postos de atendimento, se eles ainda estão se dando de forma articulada. E com relação também à articulação do trabalho com a Polícia Rodoviária Federal.

Com relação ao nosso trabalho, dentro dos postos em si, nós trabalhamos articuladamente com todos os órgãos que atendem e que fazem os embarques. No caso do aeroporto, por exemplo, com a INFRAERO. A INFRAERO é quem faz com os terceirizados a fiscalização do embarque. Fazemos o desembarque. As empresas



que têm a responsabilidade de fazer a exigência da documentação no embarque de crianças e adolescentes, aliás, no *check-in* ainda.

No terminal rodoviário, nós fazemos o trabalho direto de articulação com as empresas e com a SINART, que é quem administra o terminal rodoviário.

E no hidrovial nós temos um trabalho de articulação com todas as empresas que ali atuam e também com a Secretaria de Transportes, que é responsável pelo Porto.

Agora, quanto ao trabalho com a Polícia Rodoviária, eu colocava uma situação que nós articulamos com a Polícia Rodoviária Federal. Esse trabalho ainda existe, persiste. Sempre que houver necessidade ou que há necessidade, a gente articula por telefone, há o plantão. Isso aí absolutamente acontece.

Mas queríamos muito estreitar essa relação de trabalho com a Polícia Rodoviária. E nós tivemos, inclusive, algumas reuniões com eles a respeito disso, a respeito dessa possibilidade, porque nós verificamos o seguinte: nós fechamos as portas aqui no terminal rodoviário de Belém, mas, lá adiante — e aí é que há uma questão muito séria —, as pessoas não vão mais pegar o transporte no terminal, vão pegar um clandestino, um outro transporte que dá para sair da cidade sem ser fiscalizado. E aí faz a sua saída. Aí, lá na frente, tem a Polícia Rodoviária Federal que pode interceptar essa situação. Fizemos essa articulação com a Polícia Rodoviária nesse sentido e encontramos algumas dificuldades, até mesmo de competência, porque a nossa competência vai até o nosso limite de Belém — nós, da Capital. E colocamos, inclusive, como sugestão nós buscamos as autoridades dos municípios aqui da região metropolitana, principalmente, de fazermos esse trabalho articulado e até implantando um serviço de fiscalização, via juizados ou Tribunal de Justiça, enfim, nesses municípios também.

Nós temos um exemplo: Castanhal, em 2008, já implantou o seu serviço de fiscalização na rodoviária de Castanhal. E outros municípios que já implantaram — não todos, evidentemente. Mas, aos poucos, os juizes vão-se conscientizando de que é necessário, porque as situações aparecem, acontecem e eles têm que implantar. Mas não são todos. São mínimos, eu diria, diante da abrangência tão grande, do número de comarcas que existem.



Mas com relação à Polícia Rodoviária existe essa conversa, existe essa articulação. Isso aí é permanente, não resta dúvida. Teríamos que estreitar? Teríamos. Se não fôssemos nós ou se não formos nós, outros municípios da área metropolitana.

Com relação à pergunta do Dr. Geraldo. O Dr. Geraldo falava a respeito do auto de infração que é lavrado pelos comissários da Infância, quando encontrada, quando flagrada uma situação de infração administrativa por transporte irregular de criança e adolescente não se atendo ao que exige o Estatuto. Nesse caso, realmente se faz o auto de infração, porque aí está configurada a infração, enfim.

Mas quando nós fazemos a abordagem no embarque, esses casos flagrados, nós não fazemos notificação; fazemos um termo de advertência, e todos esses casos são registrados nos nossos livros, no nosso livro especial em que consta aquela empresa como uma empresa que está tendendo a cometer uma infração administrativa.

O que ocorre é que a nossa presença e o fato de estarmos agindo dessa maneira têm inibido sobremaneira a ocorrência de infrações administrativas em relação ao embarque de crianças e adolescentes. O fato também de estarmos em horários não bem, digamos assim, definidos — nós chegamos lá e fazemos o nosso cronograma, sem que as empresas saibam o horário que nós estamos ali — tem também facilitado de alguma maneira que eles fiquem alertas na cobrança da documentação. Se nós, por exemplo, encontrarmos uma situação em que essa empresa fez o embarque, essa criança, esse adolescente, de forma irregular, já está dentro do ônibus — por exemplo, um o adolescente sem documento, ou uma criança embarcando com uma pessoa que não é da família e que não está autorizada a fazer a viagem —, essas pessoas, o motorista, as pessoas envolvidas são levadas à nossa sala. Lá, nós fazemos toda uma abordagem em relação a isso. Se for caso de conselho tutelar, nós encaminhamos ao conselho tutelar; se for caso de chamar a família, nós chamamos a família, enfim, nós fazemos esse trabalho imediato. Mas é preciso dizer também que o Juizado da Infância e da Adolescência não é um órgão de atendimento e de execução de atendimento direto, de política de atendimento dentro daquilo que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente, dentro do sistema de garantias. O juizado está no eixo de defesa, mas, considerando a sua



função social e considerando também o que diz a doutrina de proteção integral, o juizado não se omite em fazer os atendimentos, as reflexões, os encaminhamentos de todas as situações que nos chegam nos nossos postos.

Em relação à... Eu já falei inclusive de como se dá. Não é notificação, mas nós fazemos a advertência. E os casos de auto de infração... Se configurada a infração, inicia-se o procedimento com o auto, é encaminhado, enfim, processa-se toda a ação a partir dele. Não sei se eu respondi a sua pergunta.

O Deputado também perguntou a respeito dos 127 agentes voluntários que nós temos hoje selecionados na Vara da Infância. Nós temos uma frente de trabalho, que é de fiscalização dos estabelecimentos e eventos de diversão pública e também aos estabelecimentos de diversão eletrônica, os *cyber cafés*, as *lan houses*, e ainda de fiscalização aos hotéis, motéis e similares. E essa nossa frente de trabalho se dá... Ela é executada — a sua ação, suas atividades — por meio de uma coordenação que é feita por um efetivo que coordena grupos de voluntários em equipes. E, de acordo com essa ação, poderá ser de 15 a 20 voluntários. Em alguns momentos podendo até ser menos, dependendo da ação.

Fazemos também em estádios de futebol esse tipo de fiscalização, fazemos em relação ao trabalho infantil. E, aí, eu falo que essas situações — trabalho infantil, exploração sexual — atravessam o nosso trabalho. Elas são transversais ao trabalho de fiscalização de diversões públicas. Nós não saímos com o objetivo de verificar a exploração do trabalho infantil ou da exploração sexual, mas o fazemos por conta de que nesses locais são locais que se concentram esse tipo de situação. Então, eu digo que são transversais ao nosso trabalho. E nós procedemos, nós atuamos, nós encaminhamos. Fazemos também procedimento de delegacia quando é necessário. Então, os voluntários trabalham nas fiscalizações, seja dessas de diversões eletrônicas, diversões públicas de uma maneira geral, seja nos nossos postos de atendimento para fiscalização de desembarque e também verificação de embarque de crianças e adolescentes.

Aí eu já falei — acho que falei isso aí ainda há pouco — que, no caso do terminal rodoviário, as nossas equipes de voluntários trabalham dentro de uma escala. Já no aeroporto, como nós temos o trabalho articulado com a INFRAERO nessa fiscalização, não há necessidade de termos lá os nossos voluntários fazendo



esse trabalho. Nós fazemos os desembarques e fazemos também nos meses de maior demanda, que são os meses de dezembro, parte de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, junho, julho e parte de agosto. Nós elaboramos escalas de fiscalização com os voluntários para o desembarque, porque a demanda cresce muito, e nós precisamos fazer isso nesses meses de demanda. Não sei se também respondi.

Nós trabalhamos na região da Capital, porque o Dr. José Maria Teixeira do Rosário é Juiz da Infância da Capital. E o nosso limite é a Capital. Nós não temos ingerência, não temos competência para atuarmos fora dessa nossa abrangência. Respondi a pergunta, doutor?

Então, vamos à outra pergunta que foi feita pela Deputada... Deputada Bel Mesquita, não é? A Deputada Nilmar não me fez nenhuma pergunta, não é? Não. Então, a Deputada Bel Mesquita me perguntou a respeito de quem aciona a busca nos aeroportos. Se as situações nos chegam... Por exemplo, há situações que nos podem chegar através da delegacia, como a informação de que houve um desaparecido, com fotografia, com informações de nome e etc. e tal, essa documentação é repassada para os funcionários que estão no embarque e para as empresas aéreas também. Aquelas que nos chegam, porque não estamos direto no embarque, é a INFRAERO que está. Se é no terminal rodoviário, é repassada para as empresas diretamente, para quem está na fiscalização de embarque e desembarque. E a mesma coisa no hidrovial, fica com o nosso funcionário que está lá direto, todos os embarques passam por ele. Todas as situações que chegam primeiro para nós, por exemplo, nós encaminhamos e pedimos que façam o procedimento de delegacia, mas já adiantamos a nossa parte, digamos assim, para já ganhar tempo em relação àquela situação, passamos nome, passamos fotografia, o que é necessário, mas não...

Pois não, a senhora queria...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Mas não há nenhum sistema tipo... uma vez noticiado que a criança está desaparecida numa delegacia, não há um sistema que possa detonar, digamos assim, essa busca?



A SRA. INETE SOTELO - Só se chegar ali o documento, a informação. Assim como, por meio de Internet? Só por telefone; se for o caso, é telefone. Não temos um sistema *online*, digamos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Integrado?

A SRA. INETE SOTELO - Não. Agora, há uma rede que é articulada, porque nós nos conhecemos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Pela boa vontade.

A SRA. INETE SOTELO - Poderia ser pela boa vontade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - O.k. Obrigada.

A SRA. INETE SOTELO - Agora, não resta dúvida... A senhora falou das ações para o interior. E, aí, eu diria que nós nos ressentimos muitas vezes, porque nós fazemos o nosso trabalho aqui na Capital, mas há pessoas que chegam e que têm de retornar ao seu domicílio, e há muitas pessoas que vêm de outros Estados, de outros municípios, sem nenhuma documentação. Fizeram o embarque, e aí nós temos de facilitar o retorno ao domicílio. Então, está havendo uma situação lá na frente que não está garantindo a exigência legal para esse embarque. Então, alguém aí está, de alguma forma, negligenciando. Respondido? (*Pausa.*) Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dra. Inete, muito obrigada.

Nós temos ainda mais 6 pessoas para ouvir. Eu gostaria de pedir a compreensão. E nós vamos ouvir agora o Dr. José Casimiro Beltrão da Silva Júnior, Delegado de Polícia, Superintendente Regional da Polícia Civil do Sudeste do Pará. Logo depois, ouviremos a Dra. Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo e, depois, o Dr. Maurício Guerreiro.

Eu peço, então, que leiam o compromisso a esta CPI. (*Pausa.*)

Dr. Maurício, acho que fica mais fácil a leitura... (*Pausa.*)

O SR. MAURÍCIO GUERREIRO - Bom dia. Eu queria primeiro agradecer, quebrando um pouco o protocolo. Não há nenhum problema, até pela minha função, de ler o compromisso, mas eu fui acionado para vir para cá pensando em participar de uma audiência pública sobre o tema, e não de uma CPI. Não tive nenhuma notificação pessoal, mas não há nenhum problema, apenas para retificar. Então, "*faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado*".



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada. Dra. Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo.

A SRA. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, doutora. Dr. José Casimiro Beltrão da Silva Júnior, Delegado de Polícia, Superintendente Regional da Polícia Civil do Sudeste do Pará.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada. Passo a palavra imediatamente ao Dr. Casimiro, assim chamado na nossa região, Delegado e Superintendente Regional da Polícia Civil do Sudeste do Pará. Se o senhor quiser falar daí mesmo, sem problemas. Só precisamos de um microfone, está o.k.? O senhor tem até 20 minutos para fazer as suas considerações, doutor.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Agradeço o convite e me sinto muito honrado por participar. Espero que as minhas informações contribuam para os trabalhos da Mesa. Agradeço à Deputado Bel Mesquita, a todos os presentes e às autoridades também, ao verdadeiro patrão nosso que é a população, é ela que paga o nosso salário, é para ela que nós somos servidores públicos, porque essa é a palavra, para proteger e servir.

Foi-me gentilmente pedido que não me estendesse muito por causa do tempo. Então, respeitando isso, nós nos colocamos à disposição para as perguntas, mas fazendo um introdutório: nós somos superintendentes da Polícia Civil do sudeste do Pará, mais especificadamente em Marabá, onde fica nossa sede. Porém tomamos conta de mais de 25 Municípios, entre eles, Parauapebas, de que a senhora, nobre Deputada, tem conhecimento.

Como os professores de Geografia colocam, ali naquela região há muito movimento pendular, daquelas pessoas que saem do seu local de origem, vão trabalhar e retornam. Nesse processo, há questão de desaparecimento tanto de crianças e de adolescentes, como de adultos. E o que nos é colocado até mesmo



pelos nossos superiores, pelo Delegado-Geral, pelo nosso Diretor de Departamento, DPI, e pela nossa Corregedoria? Todo e qualquer desaparecimento, somos obrigados a registrar. Então, sendo obrigados a registrar, nós registramos, e como é o nosso *métier*, promovemos logo, de imediato, as investigações. É tomado termo de declarações, é solicitada foto recente para que seja colocada na mídia — e o que a Dra. Socorro Maciel colocou é válido mesmo, a mídia, ousou dizer, que é 90% a nossa arma contra esse tipo de ocorrência... Agora, qual é o detalhe? Lá nós temos 2 jornais de circulação de médio porte, só na região. Dependemos que esses jornais peguem essas fotos e distribuam para todo o Estado. Então, não há esse *feedback* entre esses jornais, mas o esforço policial, o esforço até mesmo quando um parente, a mãe, o pai chegam na delegacia e, com aquele desespero, que só nós, como linha de frente, policiais, sabemos, percebemos... Eles não querem saber de ocorrência, eles não querem saber se é delegado, delegada, investigador ou escrivão. Eles querem que nós entremos no carro, seja um carro oficial, seja um carro emprestado, e vá imediatamente à procura do seu ente querido. E é isso o que a Polícia Civil faz. Eu tenho que falar da Polícia Civil porque eu faço parte da Polícia Civil, mas também vejo a Polícia Militar de Marabá funcionando nesse sentido. O Fogo Zero, como é conhecido o Corpo de Bombeiros lá em Marabá, também fazendo isso, e outros órgãos também se comprometem. A boa vontade é muita.

Eu não posso chorar aqui se a condição é satisfatória ou não de trabalho. Eu não vou fazer disso escudo. É a minha obrigação, é o meu dever, quando eu jurei e entrei para essa instituição que eu honro, a Polícia Civil: quando a pessoa chega com uma ocorrência, eu tenho por obrigação resolver. Então, é essa a situação. Nós elaboramos um padrão para todos os delegados: quando chega a ocorrência “desaparecimento”, nós registramos imediatamente, tomamos termos de declaração e pedimos, sim, uma foto atual. Agora, como nós esbarramos numa região, que, como eu acabei de falar, é uma região só de trabalho, onde as pessoas saem de outras regiões para trabalhar... E, naquela mesma região, não se sabe nem onde está o registro, se tem registro de nascimento ou alguma coisa assim, imaginem foto. Então, as dificuldades são muitas, e é até injusto, é uma briga injusta que nós travamos, mas nós não esmorecemos. Levantamos a cabeça e corremos, com os



nossos próprios pés, com carro da instituição, com carro alheio, mas nós vamos atrás.

Só lembrando que em Marabá, que é a região em que eu trabalho e onde eu opero mais, há essa situação da vergonha do registro de ocorrência. Muitas das vezes, esses menores estão — como eu posso dizer? — envolvidos em crimes. E quando a própria mãe ou os responsáveis nos procuram, eles não querem saber de ocorrência, eles querem que nós vamos lá e tiremos esses menores, usando da autoridade nossa, por ser delegado, e os coloque de volta, nem que seja ali na marra, na força, dentro da casa, dentro do domicílio, naquele desespero de pai, de mãe, que só quem é pai e mãe sabe o que é.

Então, nós travamos muito essa guerra injusta. Mas, em nenhum momento, tiramos o corpo fora e, muito menos, ficamos apenas esperando a água passar debaixo do rio.

Então, coloco-me à disposição desta honrosa Comissão para qualquer pergunta, qualquer dúvida. O procedimento é este: nós registramos a ocorrência, nós pedimos foto atual, nós tomamos termos de declaração, porque o desaparecimento pode incorrer em inúmeras fatalidades, pode incorrer em inúmeros artigos, e nós temos de tipificar, temos de colocar no nosso sistema de polícia civil esses procedimentos.

Então, agradeço o convite, e me coloco à inteira disposição desta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Dr. Casimiro.

Passo a palavra à Dra. Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo.

A SRA. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO - Exma. Sra. Presidenta desta CPI, Deputada Bel Mesquita, na pessoa de quem eu saúdo os demais Deputados integrantes da Comissão, meus colegas convidados, familiares, servidores, assessores aqui presentes neste auditório, inicialmente eu queria esclarecer que não trouxe dados em virtude do fato de que apenas ontem é que nós tomamos conhecimento, já na metade da manhã, da nossa participação neste encontro. Mas teremos todo o prazer em, *a posteriori*, se for assim interesse da CPI nós fazermos um arrazoado das atividades mais extensas que o Ministério Público desenvolve, para contribuir com a CPI.



Queria esclarecer também que não vou me ater a casos individualizados, até porque a nossa função no Ministério Público é uma função de coordenação. Os Ministérios Públicos brasileiros detêm na sua estrutura os chamados Centros de Apoio Operacional, nas suas diversas áreas de atuação. No caso do Pará, eu coordeno o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude que, além da assessoria à Procuradoria Geral, apoia a ação dos promotores especificamente na área da infância e juventude. Então, eu estou numa função de coordenação, e não de execução, ou seja, não atendo na ponta os casos concretos, que estes são de responsabilidade dos nossos colegas que estão nas Promotorias de Justiça do Estado do Pará. No entanto, em função dessa coordenação, nós temos conhecimento de diversas situações que envolvem a violação de direitos de crianças e adolescentes no Estado, até por conta de que é a partir desse conhecimento que nós temos a condição de estar apoiando e ajudando os promotores a melhorar esse atendimento, lá na ponta, à população.

O problema de desaparecimento de criança e adolescente é, na realidade, a porta de saída e a porta de entrada de violação de direitos. É a porta de saída quando ele está sendo vitimado, violentado dentro da sua própria família. Então, a única condição que se apresenta naquele momento para ele é a fuga do lar, porque nós sabemos que também há um grande índice de violência, principalmente a violência sexual, no âmbito do convívio de crianças e adolescentes. E ela é também a porta de entrada para a violação porque, se ele está protegido dentro da sua família e, por alguma razão, vai para o espaço da rua, vai certamente ficar exposto a todo tipo de violação.

Quando a Deputada Bel Mesquita esteve ontem gentilmente fazendo uma visita ao nosso Procurador-Geral, o Dr. Geraldo de Mendonça Rocha, e eu fui convidada a participar naquele momento, ela nos disse: "Olha, eu quero que o Ministério Público vá lá para contribuir conosco, para tentar trazer alguma sugestão no sentido de que encaminhamentos a CPI vai poder estar dando quando das suas conclusões, quando da elaboração de seu relatório". Então, foi com esse intuito que eu vim para cá, até porque eu penso que, quando nós falamos depois de muitas pessoas, há um lado bom, porque o assunto já foi de alguma forma bem debatido e



vamos tentando clarificar aquilo que se ouviu das discussões e das contribuições dos colegas que nos antecederam.

Então, o que nós temos percebido é o quê? A violação de direitos de criança e adolescente — e a questão do tráfico é uma delas. Por trás de tudo isso, há um pano de fundo que leva essa criança a sair de casa, ou ser violentada, enfim, sofrer toda sorte de desgraças, vamos dizer assim, na sua vida.

Então, acho que todos nós — e eu já estou há algum tempo na área da infância e juventude — sabemos que toda essa situação de violação de direito de crianças e adolescentes é por falta de investimentos na área da infância e juventude. Sabemos que há o Estatuto da Criança e do Adolescente, que está há 20 anos aí, e que, como disse a Deputada, é uma das leis mais bonitas do planeta, vamos dizer assim, mas que, como dizia o Desembargador Paulo Frota, é uma receita que ainda não foi aviada. Quer dizer, aqui no Pará temos essa coisa da mercearia, você vai com a receita médica na farmácia aviar, vai comprar a medicação, vai adquirir aquela medicação. Então, ele dizia, ilustradamente, que o Estatuto era uma receita não aviada.

E, passados 20 anos, no que pese o avanço que tivemos — e temos de reconhecer que houve alguns pequenos avanços —, muita coisa precisa ser feita.

O exemplo claro de tudo isso... O Município é onde nós vivemos. Nós não vivemos no Estados, nós não vivemos no País. Fisicamente, vivemos nos Municípios. E o que é que temos efetivamente de concreto nos Municípios em investimentos voltados para a área da infância e da juventude? Costumo dizer — e falo do Pará, porque é a nossa realidade — que, com raras exceções, os Municípios do Estado do Pará são meros executores de políticas, de programas e projetos pensados em âmbito federal. Quer dizer, não há aquele processo inverso do Município fazer seu diagnóstico, identificar sua problemática e, a partir dali, elaborar sua política pública, elaborar seus programas e, dentro do regime de colaboração, buscar os recursos necessários para implementar aqueles programas.

Penso que enquanto não tivermos estabelecido em nosso País concretamente o regime de colaboração, nós não vamos avançar, porque todos esbarram na questão orçamentária. É o que dizem.



Então, acho que a CPI, dentro das suas conclusões, deve refletir sobre a questão do regime de colaboração que é estabelecido nas políticas sociais — na educação, na saúde, na assistência. Lamentavelmente, os Municípios, que é onde as famílias vivem, onde as nossas crianças são violentadas, ficam numa situação de hipossuficiência no sentido de garantir o direito de nossas crianças e nossos adolescentes.

Então, a título de sugestão, para não me alongar, fui rabiscando algumas coisas ali. O que temos observado? Nós do Ministério Público temos um trabalho específico de combate à violência e à exploração sexual no Estado. Estamos com nosso foco voltado atualmente para o Marajó. Temos um procedimento administrativo instaurado junto com os promotores que atuam no Marajó, e lá acontece tráfico de pessoas. Foi relatado e, inclusive, citados alguns Municípios que fazem parte da Ilha do Marajó, que é o caso de Portel e de Breves, e o que nós observamos ali muito, e é visível são aquelas situações de crianças e adolescentes exploradas sexualmente no interior das balsas, das embarcações que fazem o transporte fluvial no Estado.

Então, a partir daí, o que estamos fazendo? Nós estamos identificando segmentos que, de alguma forma, podem ser utilizados no sentido de minimizar e erradicar essa situação tão degradante que é a violação sexual, é o tráfico de crianças para todos os fins, inclusive para exploração sexual.

Nós já envolvemos o segmento da educação; estamos realizando seminários nos Municípios; fizemos produção de material de sensibilização, temos cartilhas e cartazes; estamos trabalhando com segmentos da saúde e da educação, já fizemos recomendações para todos os Secretários de Saúde e de Educação dos Municípios, os 15 Municípios que integram a região do Marajó, no sentido de notificarem os órgãos competentes a atuarem no atendimento do dia a dia do professor, do profissional da saúde, para que, se identificarem algum traço de que aquela criança ou aquele adolescente está apresentando algum sinal — porque há sinais característicos que demonstram isso — está sendo vítima de alguma violação, notificarem o Conselho Tutelar, notificarem a Polícia Civil, notificarem o próprio Ministério Público, para que sejam instalados os procedimentos no sentido de



averiguar se aquela criança ou aquele adolescente está sendo vítima de algum tipo de violência.

Nós estamos agora... A nossa frente de trabalho agora está sendo com as empresas que fazem transporte de carga e de passageiros na região do Marajó e os segmentos, os sindicatos das categorias de profissionais do ramo fluvial. Então, nós estamos ajustando conduta. Nós ajustamos conduta com... Foram 5, 10 empresas de grande porte na região do Marajó, de carga e passageiro, porque as meninas vão naquelas pequenas embarcações e atracam nessas balsas e ali elas são vítimas de todo o tipo de violência.

Então, nós estamos identificando segmentos que possam ser chamados no sentido de trabalhar preventivamente a questão da violência e violação de direito de crianças e adolescentes.

Então, acho importante, primeiro... O Marajó tem problema sério de exploração sexual, de tráfico, de violações ao meio ambiente, tráfico de drogas. E nós não temos, no Marajó... Nós temos determinadas localidades na região do Marajó em que precisaria que tivéssemos pontos fixos no policiamento fluvial. Nós sabemos que o Estado tem uma não sei se é companhia, parece-me que é uma companhia de policiamento fluvial, mas ela não está localizada em pontos críticos do Marajó. Por exemplo, nós temos Ponta Negra, Jararaca e o Furo do Rio Capim, que são regiões onde acontecem os roubos de carga. Nesse Furo de Breves, Estreito de Breves, onde essas meninas são violentadas no interior das balsas, nós não temos essas companhias, esses pontos de policiamento fixo. Acontece muita pirataria no Marajó, por exemplo. As pessoas que trabalham transportando carga e pessoas do Marajó para Belém são atacadas por verdadeiras quadrilhas de piratas. Lá eles estupram, eles matam, eles roubam as cargas. Até que se acione uma unidade móvel dessas da polícia, até chegar, a coisa já se foi. Então, eu tenho feito essa sugestão. Na CPI da Pedofilia, eu fiz. Fiz na do Narcotráfico. Eu acho que tem de ter esses pontos de policiamento mais fixos nessas localidades onde existe uma frequência maior desse tipo de crime.

Penso que é preciso fortalecer o sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Juiz, promotor, defensor, Polícia Civil, Polícia Militar, Conselho Tutelar, no sentido não só da sua ampliação, porque nós não estamos em todos os



Municípios do Estado do Pará, não só na questão da ampliação, mas também na capacitação, porque é uma área em que se precisa, efetivamente, ter trabalhada a sensibilidade, a forma como atender, porque, muitas das vezes, se não se tiver o preparo para atender determinada situação de violação, acontece o que o Deputado falou: a revitimização.

É preciso que nós estabeleçamos... O que eu estava observando aqui: cada Município, cada Estado faz de uma forma. E eu acho que a CPI poderia estabelecer, buscar o estabelecimento de um fluxograma para essas situações. Por exemplo, aqui no caso do tráfico de crianças e adolescentes, que nós pudéssemos, por intermédio da CPI, estabelecer um fluxograma de atendimento, que não vai ser padrão, mas alguém que está ali na ponta, um conselheiro tutelar, por exemplo, que recebe uma situação dessa, saber quais, mais ou menos, os caminhos que vai poder adotar. Eu acho que um fluxograma é importante.

Quanto à ampliação do quadro de agentes de proteção... A servidora do tribunal falou em "comissário de menores". Essa é uma terminologia que era usada ainda na época do Código de Menores. Hoje, a terminologia é "agentes de proteção". Eles têm um papel importante, mas estão em poucos pontos. Por exemplo, Belém, quase, eu acho, uns 60% da orla de Belém tem a questão de embarque e desembarque de pessoas. Não há uma centralização, num terminal hidroviário, de embarque e desembarque de passageiros. Tem aqui para a região do Baixo Tocantins — Abaetetuba, Barcarena —, mas para o Marajó, por exemplo, tem vários portos e dependendo do Município que essas embarcações embarcam e desembarcam passageiros.

Então, não tem de haver, na realidade, uma ampliação ou uma centralização desses portos, no sentido de que se possa chegar a essa fiscalização, porque o que ocorre é que é muito pulverizado. Cada rua que chega na margem da Baía do Guajará ou do Rio Guamá é um ponto de embarque e desembarque de pessoas e de carga.

Então, é preciso que nós olhemos no sentido de centralizar mais, criando esses terminais e, também, ampliando esses quadros dos agentes, dos agentes de proteção.



Programas de acolhimento, nós não temos. Nos Municípios do Estado do Pará, se a criança precisa de um acolhimento familiar, por exemplo, não existe. São poucos os Municípios que detêm, e ainda é naquela forma do abrigo, que é uma estrutura pesada. Existem Municípios que não têm a menor possibilidade de manter uma estrutura pesada de abrigo.

A nova Lei de Adoção vem trazendo a possibilidade de acolhimento familiar. Existe experiência, já, em outros Estados, das famílias acolhedoras, que são famílias cadastradas pelo Poder Público, treinadas, capacitadas e acompanhadas no sentido de ter retaguarda, porque não adianta só receber aquela situação de violação. Se não se tem a retaguarda necessária para atender essa família, para atender essa necessidade, para dar o suporte necessário... Porque nós sabemos — e já foi dito aqui, mas nunca é demais repetir — que uma das causas é a questão da desestrutura sociofamiliar e econômica.

Essas famílias não são... e nós temos de trabalhar no sentido de empoderar essas famílias, para que elas, efetivamente, possam ser o grande guardião e o grande protetor de nossas crianças e de nossos adolescentes.

Então, basicamente... Depois, se houver algum questionamento, algum esclarecimento, nós poderemos, mais adiante, contribuir.

Eu queria também dizer o seguinte, Deputados: nós temos aqui no Pará 144 Municípios, um ainda está em fase de... já foi criado, mas ainda está em fase de estruturação da sua estrutura sociopolítica.

Mas, hoje, nós somos 143 Municípios efetivamente criados, instalados. Mas, não há o correspondente a comarcas. Então, salvo engano são só 107 comarcas para os 143 Municípios, efetivamente, instalados. São 107 comarcas. Isso quer dizer o quê? Que nós não temos a estrutura do sistema de garantia e dos programas de atendimento nesses 143 Municípios.

Então — e eu falo do Ministério Público —, por exemplo, existem situações de colegas que estão acumulando 2, 3 Municípios. Com a dimensão geográfica do nosso Estado, é realmente impossível fazer um grande trabalho e estar ali presente no dia a dia da sua comunidade. Portanto, eu acho que é importante essa questão da instalação das comarcas.



E outra coisa que é séria no Estado do Pará é a questão do sub-registro. Nós temos um alto nível de sub-registro e nós não temos... Nós temos mais de 20 Municípios que não têm cartórios, em que, as pessoas para se registrarem têm de ir a um Município mais próximo.

Então, eu estou enfocando esses pontos para mostrar o quê? Que há todo um plano de fundo, que são várias as ações que precisam ser implementadas, para que nós possamos efetivamente ter respostas e minimizar esse tipo de situação. Não adianta só o Ministério Público, só a Polícia Civil, e assim por diante. É todo o sistema que tem de estar atuando e, acima de tudo, estar articulado. E digo: falta muita articulação ainda no nosso Estado.

Nós já tivemos fases de grandes articulações, porque nós vivemos, lamentavelmente, num sobe e desce. Então, já tivemos programas importantes no Estado, programas de articulação do sistema de garantia que nós lutamos para manter, mas tivemos algumas dificuldades. Então, eu penso que é preciso que efetivamente essas diversas frentes sejam enfrentadas para que nós possamos efetivamente ver algum resultado.

Muito obrigada e fico à disposição para algum esclarecimento.

A SR. PRESIDENTE (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada, Dra. Maria do Socorro.

Passo a palavra ao Dr. Maurício Guerreiro, Promotor de Justiça da Promotoria da Infância e da Juventude

O SR. MAURÍCIO GUERREIRO - Bom dia a todos. bom dia, Deputada Presidenta, em nome de quem saúdo a Mesa.

É um prazer estar aqui, mesmo tendo sido por uma contingência de trabalho: um colega não pôde vir. Talvez por eu hoje ser um dos mais antigos em atuação específica na área da infância — já estou na Promotoria da Infância há 13 anos, na Capital —, talvez por isso tenha eu vindo.

Não tenho talvez a... Eu não perdi a esperança, mas talvez eu já tenha perdido a certa agressividade que eu tinha quando se fala dos direitos da criança e do adolescente. Já peguei governo amarelo, governo vermelho, governo que não tinha cor, tanto no Estado, como no Município — e o Município agora tem um governo alaranjado. Eu nunca tinha visto, mas tem.



Então, todos os matizes políticos já passaram. E eu, como Promotor da Infância, pude observar quais eram as posturas desses políticos. Eu já participei, se eu falar de 100 ou 200 eventos, talvez eu esteja errando, porque foram mais, para discutir infinitos direitos da infância e da juventude, seja da educação, seja da saúde... E, dentro da educação, abre-se um rol: qualidade na educação, universalização, e por aí vai.

Ando me perguntando, já há muito tempo, onde está a falha. De uma coisa tenho certeza: o arcabouço legal pode ser corrigido sempre, mas o Estatuto da Criança é quase um primor de legislação. Então, eu penso que a falha esteja em pequenos ajustes, que acho que podem ser feitos no ECA. Sempre dizia e continuo dizendo que tenho um sonho na área da infância: eu queria poder dar um dia cursos de capacitação para gestor público, para Secretário de Governo Municipal e Estadual e Prefeitos — já fiz essa proposta para as associações e, obviamente, não tive nenhuma resposta —, porque quem decide política, e é eleito para isso, é o gestor público e aqueles seus assessores diretos.

Então, eu fico assim... Tudo o que se possa contribuir para a área da infância — e aqui, com todo o respeito ao empenho que vejo dos nobres Deputados —, penso que nós vamos martelar em ferro frio, se não atacarmos as causas. E, especificamente nessa matéria de desaparecimento de criança, fico pensando: que causas podem levar ao desaparecimento de crianças e adolescentes? Certamente poderia fazer duas grandes divisões: causas endógenas e causas exógenas, vamos dizer assim. Endógenas, todas aquelas que digam respeito ao próprio mundo psíquico do adolescente, com sua família. E, aí, citaria uma situação importantíssima que estaria entre as causas totalmente externas, mas próxima dela e também próxima da família, que é a escola. Não se pode trabalhar nada que diga respeito a criança e ao adolescente sem trabalhar com a escola. Será brincadeira se fizer isso.

Então, aí já vão algumas sugestões. Qualquer coisa tem de passar por chamar essa escola, por levar o debate para dentro da escola, não só para dentro das famílias, porque também é muito fácil chegar aqui e dizer: “Puxa, mas as famílias não cuidam dos seus filhos, os pais não cuidam, as mães não cuidam”. Isso é fato. Por que não cuidam? Vamos pensar. E temos também diversas causas.



Um outro ponto que acho que tem quer ser abordado... Este País chegou a um momento em que se escolhe a bola da vez. Os nobres Deputados e a Câmara, vivem sendo a bola da vez em várias coisas, bem como o Judiciário e o Ministério Público, porque, na falta de uma bola da vez também, pegam o Ministério, não que ele não tenha defeitos, mas também pegam o Ministério Público já com propostas tramitando no Congresso para mitigar nossas ações. Coisas absurdas.

Mas temos — e, aí, V.Exas., por dever de ofício e com muito mais propriedade — de fazer uma discussão neste País sobre o direito da concessão pública para comunicação, porque, hoje em dia, quem educa, salvo algumas exceções, obviamente, quem educa massificadamente as nossas crianças e os nossos adolescentes são as grandes redes de comunicação televisiva, fundamentalmente.

Então, tem-se, grosso modo, uma mãe, um pai, uma família que está desfeita por falta de condições do trabalho, econômica, porque também não teve uma educação, tem de sair o dia inteiro, não aguentando mais a carga de trabalho, ela cada vez é mais excessiva... Quando eu atendia na Promotoria e perguntava: “O que você faz?”, muitas pessoas diziam: “*Eu faço bico de pintor*”. Hoje, quando eu pergunto, a resposta é “*Eu faço bico do que pintar*”. E, aí, eu pergunto: “Mas o que tu fazes mesmo?” — “Sou encanador, pintor, tomo conta de jardim, eu reparo não sei o quê, eu faço bico de segurança”. “Segurança em festa?” — “É.” “Fez treinamento?” — “Não, não tem treinamento nenhum.”

Então, o caboclo faz qualquer coisa — desculpem-me falar assim — para sobreviver.

E as crianças ficam como? Ficam por aí sendo captadas. Por quem? Por uma mídia perversa em que só tem a exploração do consumismo, como muito bem a senhora disse, a sexualidade precoce, em que se dar bem é que parece ser a grande sacada, a banalização... Uma coisa é se fazer uma matéria com profundidade. Por exemplo, há programas bacanas que passam às 6h da manhã de sábado, programas em que se discute o papel da sociedade, das ONGs. Acho que isso tem de ser regulado de alguma forma, acho que estamos entregando o nosso maior recurso — comparando, porque no Estado nós falamos muito em recurso mineral, porque o Estado do Pará é cheio —, o nosso grande ouro, que são a nossa



infância e a juventude, estamos entregando para meia dúzia de pseudojornalistas ou pessoas que têm formação na área de publicidade e propaganda.

Isso é muito grave. É muito grave. Acho que qualquer proposta tem de passar, sim, por uma obrigatoriedade, não se de que forma, isso tem de ser discutido, mas uma obrigatoriedade de cessão de espaços para se discutir essas causas. Ou, então, nós temos de simplesmente tirar um artigozinho da Constituição. Eu sempre digo, quando querem fazer essas grandes mudanças e me dizem que surgiu a lei tal, isso e aquilo outro: “Meu amigo, enquanto não tirarem que criança e adolescente é prioridade absoluta do texto constitucional, eu vou ficar malhando o tempo inteiro.”

Então, eu desafio... E aqui não é nada pessoal, Secretário, todo mundo me conhece, a Delegada aqui, as pessoas que aqui estão, nós sabemos, são pessoas que lutam individualmente. Eu desafio o Estado do Pará e o Município de Belém a mostrarem uma política pública na área da infância e da juventude discutida na forma do Estatuto da Criança. Desafio, em qualquer área da infância e da juventude.

Então, aqui já vai uma outra proposta que se possa fazer — porque, no Brasil, quando as coisas funcionam ou é por boa vontade ou por norma imperativa com sanção —, uma modificação estatutária obrigando, vinculando o não repasse de recursos, igual como ocorre na LDO. Para tudo, se não se apresentar a política municipal, a política estadual com as garantias dos recursos estabelecidas na lei orçamentária. Se não for assim, o estatuto vai completar 50 anos, e vamos estar falando a mesma coisa. Ou se vincula, e aí temos de ter ousadia... Eu me lembro, trazendo um pouco para o ramo que conheço um pouquinho, que é o ramo do Direito, de decisões às vezes do Supremo, que não mudavam desde 1950, mas está ali um advogado todo dia pedindo, ali, todo dia. Aí, vê-se que aquela ementa do Supremo foi modificada.

Então, penso que V.Exas. têm um trabalho importantíssimo. Eu vi a angústia da Deputada, que certamente é também de todos, diante dessas aflições que são nossas também. Acho importante levar uma proposta, para a Câmara Federal, de discussão. Por que isso não está funcionando? Quando eu fico pensando em crianças desaparecidas... E, aí, nós podemos pensar que as crianças desaparecidas certamente estão tendo os seus direitos violados, nem que seja o direito mais



elementar à convivência familiar e comunitária, porque ela não está na casa dela. Nem que seja esse, está sendo violado. Fico pensando na violação das crianças aparecidas, aquelas que estão nos sinais, estão todo dia mendigando aqui, em Belém, e não temos nada. Nós estamos hoje... Eu falo da minha experiência. E aqui eu me coloco aberto para qualquer debate. E aqui eu não estou falando com uma fala agressiva, mas de constatação. Eu me coloco para debater em qualquer nível, em qualquer esfera. Na área da infância e juventude, no Município de Belém do Pará — claro que a gente tem noção de alguma coisa do Estado; a gente não é fechado ao mundo —, no Município de Belém do Pará, nesses 13 anos, nós nunca estivemos tão a reboque da sorte como estamos hoje.

Nós, hoje... Isso é dado. Quero trazer um dado para V.Exas. Nunca o Ministério Público do Estado do Pará entrou com tantas ações civis públicas para obrigar o Poder Público Estadual e o Municipal a fazer o que lhes cabe por dever constitucional e não fazem.

Então, eu fico me perguntando: será que nós temos a prioridade absoluta, por exemplo, na segurança pública? Eu não vou falar de outra área da segurança pública, porque não conheço. Mas, na área da infância e da juventude, nós temos um programa, uma política, melhor dizendo, discutida, traçada, elaborada? Quando nós estamos 20 anos depois do ECA, nós temos ações individuais — pessoas que pegam ali aquela espada e vão lutando —, mas nós não temos uma política traçada.

O que fazer quando uma mãe chega a uma delegacia? Isso é a coisa mais elementar. E aqui eu quero contar um caso. Eu, há quase 8 anos, estava em um telefone que a gente chamava de plantão, mas era um sobreaviso, na Promotoria da Infância. Era um telefone que era de conhecimento da rede, e eu fui acionado. Era um domingo, 2 horas da tarde. Um pai desesperado me ligava. Tem mais de 8 anos isso. Deve ter uns 10 anos. Um pai desesperado me ligava da Polícia Federal, num domingo, dizendo: *“Doutor, o que fazer? Porque a minha filha desapareceu”*. Ele estava desesperado, nem conseguia falar. Eu tive de acalmar o homem pelo telefone. Eu estava dirigindo o carro. Parei o carro. Tive de acalmá-lo pelo telefone. *“O que fazer? Minha filha desapareceu. Eu ouvi informações de que parece que ela estava indo num barco, mas eu não sei muito para onde. Parece que é para o Suriname”*.



Tudo o que eu perguntava era assim. Ele tinha feito quase que uma investigação naquelas 2, 3 horas por conta própria, de desespero. Tinha ido nos portos perguntando. Ele fez uma foto da filha. Ele mesmo. Imprimiu algumas, saiu distribuindo.

Eu disse assim: *“E como o senhor chegou a esse telefone?”* Ele disse: *“Porque eu vim aqui, e o delegado da polícia não está. E o escrivão, vendo o meu desespero, disse assim: ‘Olha, tem um telefone de um promotor de plantão’”*. Aí eu disse: *“Mas o senhor já foi à delegacia da DATA?”* A DATA, naquela época, funcionava ali no centro de comércio, na central de polícia, naquela grande central de polícia. *“O senhor já foi?”* Ele disse: *“Inclusive eu estou aqui, doutor. E a delegada não quer me atender, porque ela diz que tem casos urgentes na frente. Ela está atendendo um adolescente infrator. Tem mais não sei quem na frente, e eu vou ter que esperar”*. Eu disse: *“Mas esperar como?”* (Ininteligível) na sala dele. Mas ele dizia assim: *“Esperar que a minha filha chegue no Suriname? Eu não vou recuperá-la nunca!”* Então eu disse: *“Passe o telefone para a delegada”*. Disse: *“Olhe, doutora...”*. Eu fui tratado quase de uma forma... com destrato. Eu tive que também cantar de galo na cabeça dela, porque ela veio... *“O senhor pensa que eu sou o que, doutor? Eu tenho muito serviço para fazer. Venha para cá!”* Sabendo como é o sistema, eu disse: *“Doutora, eu não duvido de que (ininteligível). Eu tenho certeza de que a senhora está aí. Tanto é que está me atendendo. Mas o que eu queria lhe pedir era uma prioridade. Esses casos já estão aí, com testemunha e com todo mundo. Que pare um pouquinho e possa olhar essa situação aqui”*. *“Ah, mas eu não posso”*. Aí eu disse: *“Então eu vou lhe mandar por escrito isso e quero que a senhora me diga que não pode”*. Quando eu disse isso, ela disse: *“Não. Deixe aí que eu vou ver”*. O que eu fiz, então? Minha cabeça (falha na gravação).

Outra coisa que eu acho que nós temos... Quando tratarmos de crianças e adolescentes, nós temos que tratar de seres humanos. Criança e adolescente não são número de estatística. Cada caso é um caso. Cada situação é uma situação. Ou tem que ter um empenho pessoal... Eu já atendi mães que rodaram tudo que é canto, chegaram até mim na Promotoria e disseram: *“Doutor, eu estou vindo aqui... Aqui é a minha última esperança!”* A gente já fica até agoniado.



Nesse período em que a gente está no Ministério Público — apenas para abrir um parêntese —, nós já tivemos, em 6 meses... Eu, pessoalmente, já tive gastrite leve, gastrite crônica e úlcera, em 6 meses. Fora os problemas de ordem pessoal, que todo mundo tem. Então, vejam bem, é muita demanda, e a gente fica muito angustiado.

Têm mães que chegam para a gente e dizem: *“Doutor, eu não sei mais o que faço. Eu vim aqui porque a amiga de não sei quem e de não sei quem veio aqui e o senhor conseguiu achar a filha dela”*. Não é assim. Cada caso é um caso. A gente vai ver... Melhorou, é verdade, a questão da notificação, do registro policial, porque tinha essa questão das 24 horas. Melhorou. Mas ainda há muita insensibilidade de algumas pessoas que atuam. Então, nós temos... Por isso é que eu digo que tem que ter... Deputado, eu concordo com o senhor, quando falou que tem que ter uma política de Estado. Mas eu acho que tem que ter uma política de Estado vinculativa. Feita a política na forma do ECA e aprovada a política, ela tem que vincular o executor, o governante do atual Governo ou do futuro. Se questões debatidas... Porque nós temos um federalismo meio estranho. Parece que a gente faz um pacto. Uma vez eu disse isso aqui. Eu fiz até uma provocação. Eu disse assim... Eu provoquei tanto que uma pessoa do Governo do Estado disse: *“Não, nós temos uma política”*. Eu disse: *“Só se é de governo, porque de Estado eu não conheço”*. Não é verdade? Outra coisa: e essa política, que é dita que o Estado *(falha na gravação)*. *(Inaudível.)*

Liguei. Consegui o número no catálogo telefônico. Liguei para a Capitania dos Portos. Eu fui exemplarmente atendido, diga-se de passagem. Os militares aprendem uma coisa: o dever deles. E, quando aprendem, eles fazem bem feito. Diferente de nós, civis. Ele foi de uma presteza! Resumindo: 6 horas depois acharam a menina. Por quê? Ele entrou em contato com uma corveta, que estava não sei por onde, aqui pelo Golfo. Avisou. E eu, de uma forma até muita romântica e empírica, disse para aquele pai: *“Chegue, e aonde o senhor for, volte de novo — porque ele estava como guardião da filha —, volte de novo e diga que o Ministério Público está a par da situação”*. Porque, se tem uma coisa em que a população ainda acredita mal e porcamente, com todos os defeitos e qualidades, é no Ministério Público. A força dessa palavra, às vezes... Ele disse: *“Doutor, era*



impressionante, quando eu chegava e dizia que o Ministério Público estava....” Sabe? Começou a ter informação daqui, dali, de acolá, e acharam a criança. Era uma adolescente já de 14 anos. E ela estava, sim... Ela ia ser levada. O que acontece? Era um cara que ela namorava há muito tempo, escondido da família. Um cara de quase 40 anos de idade. Ela tinha 14 para 15, não é verdade? Ia levar para o Suriname. Agora, para quê? Certamente, para prostituição.

Então, assim, com esse exemplo, eu tive sorte. Eu não fiz... Eu não me diferenciei muito da forma empírica em que a gente anda atuando, porque, se é certo que a polícia não tem uma forma preestabelecida de atuação, a chamada rede de atendimento, na qual se envolve a polícia — nós todos, não é verdade? —, essa rede é muito capenga. Eu diria que é uma rede, assim, bastante usada, velha, que o punho já não presta e os buracos já estão tomando conta. E aqui e ali tem uma parte que tem interligação, que é quando a gente ouve aqui dizer: *“Não, mas o pessoal da Federal é bacana! O pessoal...”* Quer dizer, mas o sistema não... Não existe sistema. Não existe. Nós atendemos na Promotoria da Infância e da Juventude por um acordo firmado, do Ministério Público, através do Centro de Apoio Operacional, com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos — o Disque 100, o Disque Denúncia, que por sinal é um serviço fabuloso! Quem deveria atender isso? O Município, porque a política é municipal; os Conselhos Tutelares. Mas não têm... Os Conselhos Tutelares não são aquinhoados com material humano e não humano para desenvolver sua função a contento. Entramos também com uma ação civil pública para isso. Então, quem atende isso? O Ministério Público. Nós estamos — Promotoria da Infância — quase que engessados, atendendo situações individuais. Não que não tenhamos que atender, mas estamos sendo hoje essa porta de entrada do Disque 100. Vocês já imaginaram o que tem de denúncia chegando na mesa de cada promotor? E aí a gente não pode fazer de conta que não vê. O que é interessante é o crescimento da cidadania brasileira e da insatisfação. Em todos os cantos, às vezes me perguntam: *“Doutor, e quando o promotor não quer fazer nada?”* Eu digo assim: *“Olha, vá para a televisão, vá para o rádio, vá para a Corregedoria, bata panela, mas reclame, porque não existe mais intocável neste País”.*



Então, eu pego, às vezes, 3, 4... E já me serviu até de puxão de orelha. Eu pego, mando para o meu setor social — por exemplo, para uma assistente social. Aí, depois de 15 dias, chega um outro, eu olho rápido — isso aqui é tal coisa —, vejo, mando... Coincidentemente, porque também não tem sistema, cai para a mesma assistente social, porque está ali naquela semana. *“Doutor, o senhor já me mandou isso aqui”*. Quer dizer, aí você vai, às vezes, conversar com outro colega promotor, chegou também a mesma denúncia, porque a população já aprendeu uma coisa (engraçado, não é?): o jeitinho brasileiro para o lado bom também. Tem informação... Elas dão informação capenga; outras elas dão com mais um pouco; e outras elas dão com o endereço mais certinho. Estão entendendo? Então, isso vai chegando como se fossem coisas distintas. A gente vai ver, é o mesmo caso. Disque 100. E aí o Disque 100 tem tudo. Tem abuso, tem exploração, tem negligência da família, sempre como pano de fundo uma negligência do Estado, porque a população atendida é 99.99% de pessoas carentes. Por quê? Pessoas de classe média e pessoas ricas muito pouco precisam do Promotor da Infância e da Juventude para garantir direito à saúde, por exemplo. Têm o melhor plano de saúde, têm condições de pagar.

Apenas para encerrar e não me delongar mais, para V.Exas. terem noção da situação caótica dos direitos da criança e da infância aqui no Estado do Pará, precisamente em Belém do Pará, a que ponto se chegou. Nós tivemos que entrar com uma ação civil pública contra o Governo do Estado — quanto ao pessoal do Município também vou falar; não se sintam menosprezados. Tivemos que entrar com uma ação civil pública contra o Governo do Estado do Pará — pame, Deputada —, para contratação de 2 profissionais, mas a gente já quer pelo menos 1 neurocirurgião. As nossas crianças estão morrendo. Nós não temos nem um neurocirurgião. E o argumento que foi dado em defesa, dentro do processo, é que essa especialização é difícil e que, no concurso público que foi feito, não apareceu. Mas era para ganhar 2 mil reais. Uma especialidade que é ultraespecial, vamos dizer assim, que o salário médio está em torno de 8 mil a 10 mil reais.

Eu tive que dizer em minha manifestação ao Judiciário: *“Longe de querer ensinar o Governo do Estado a governar, porque essa não é minha função, por que não mandam uma proposta de lei à Assembleia Legislativa, pela peculiaridade, pela*



decisão judicial concessiva — não é verdade? —, permitindo essa peculiaridade (*ininteligível*)?

Então, a gente vê que é falta de vontade política, mas porque sabe que não tem um peso, do ponto de vista legislativo, que possa emperrar. Porque, quando tem algum peso que emperre, aí acontece o melhor, que é o jogo político, na melhor expressão da palavra, são os melhores acordos que possam ter de liderança, e por aí vai.

O Município também não fica longe disso. Nós entramos com diversas ações contra o Município, seja para dar condições ao Conselho Tutelar, seja na questão do pronto-socorro, porque acho que, desde que eu era adolescente — já faz algum tempo —, ouço dizer que o pronto-socorro de Belém, da 14 de Março, atende a demanda do interior do Estado do Pará.

A Santa Casa de Misericórdia realmente está precisando de misericórdia. Não é verdade? O que nós temos — quando aquelas crianças morreram — é o lançamento de uma grande maquete, um grande programa televisivo. E as demandas continuavam chegando.

Então, eu vou acabar mesmo para mostrar se na saúde a gente tem, na coisa mais elementar, que é a vida... Imaginem uma criança pobre, da D. Maria ninguém, do Sr. João ninguém, mas que têm a esperança de ver atendido seu direito.

Com esta fala, que é de esperança, quero finalizar, agradecendo o convite que foi feito.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Agradeço... Por favor, peço que não haja manifestação.

Antes de passar a palavra aos Deputados, eu quero defender a classe política, doutor. Nós não estamos aqui brincando. Nós estamos aqui realmente ouvindo para podermos trabalhar.

E eu quero lhe dizer uma coisa: enquanto Prefeita, eu tentei uma lei em que eu pudesse contratar médicos especialistas para poder ir ao Município de Parauapebas. Eu fui impedida 2 vezes. Primeiro, porque eu não poderia fazer diferenciação entre médicos de contratação. Segundo, quando eu coloquei uma



nova proposta, tive uma ameaça de greve, porque todos os funcionários de nível superior queriam a consideração de ser colocados no mesmo patamar.

Então, falar até que é fácil, doutor. O difícil é nós podermos fazer uma política onde todos os envolvidos tenham que responder publicamente, civilmente e, principalmente, politicamente, porque política fazemos todos nós. Seja aqui, sentados aqui, ouvindo os senhores que estão fazendo políticas públicas aí; ouvindo as mães, daqui a pouco, que também estão envolvidas, talvez não fazendo, mas sofrendo as políticas públicas, vivenciando as políticas públicas.

Nesse sentido, eu acho que é primoroso nós termos esse debate do que é preciso fazer. Nós estamos aqui tentando achar como é possível fazer tudo que é necessário. E é este o nosso grande desafio: tornar possível o que nos parece impossível. E isso é política séria.

Então, eu estou aqui em defesa dos políticos, porque eu considero um despropósito considerar a classe política, assim como considerar a classe médica, a classe dos advogados, a classe dos professores... E serem definidos como alguns poucos que não merecem nenhum desses títulos.

Então, o senhor me desculpe, mas eu tenho de fazer a defesa dos políticos. É ação séria a questão de fazer política.

O SR. MAURÍCIO GUERREIRO - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Não, doutor, eu não estou dizendo que o senhor tem toda essa ideia. Eu tive de fazer porque, de uma forma ou de outra, eu preciso, em nome de todos os Deputados aqui presentes, de todos os que vieram, expor que ter vontade política de fazer nem sempre corresponde à possibilidade de realmente realizar. É por isso que nós estamos aqui tentando achar de que forma um sistema possa ser viabilizado no Brasil inteiro. Porque talvez algumas políticas caibam dentro do Estado de São Paulo, do Estado de Minas e não é possível haver essa mesma política implantada diretamente no Estado do Pará, haja vista que nós não temos agentes de segurança pública em grande parte dos Municípios do Pará. Não é em grande parte na centralização, mas uma das coisas que eu estive discutindo no Ministério Público... no Ministério Público não, no Ministério da Justiça, é que, como a questão de desaparecimento só pode ser feita, em termos de um BO, de um registro, para os agentes de segurança pública dentro



de uma delegacia, nós temos dificuldade, na área ribeirinha, de ter esse registro. Então, precisaria ter agentes itinerantes que tivessem a capacidade... nem é a capacidade, que estivessem autorizados a receber esse registro. Então, nós temos muita vontade de muita coisa, mas teríamos que mexer em muita legislação. Nós teríamos de ter a capacidade de verificar as diferenças que temos no Brasil como um todo.

E aí eu acredito que nós todos podemos... E é isso que antecipadamente já... Agradeço a presença dos senhores, porque são essas situações que vão fazer crescer a nossa capacidade. E talvez, pelo relatório da Deputada Andreia Zito, nós possamos, sim... Eu fico morrendo de vontade de ter um sistema tipo SUS, que obriga realmente uma atenção geral à criança e ao adolescente. E aí o senhor tem razão: nós não conseguiremos colocar isso realmente em ação se não houver o recurso para ser aportado e poder ser cortado, na medida em que não se atenderem as necessidades ou então todas as propostas feitas por esse sistema.

Desculpe-me essa intromissão.

Passo a palavra à Relatora, Deputada Andreia Zito, para os seus questionamentos.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Presidenta, eu até confesso que, como Relatora da CPI e por não pertencer ao Pará, fiquei confusa, porque, anteriormente, o que eu ouvi aqui dos depoentes foi exatamente que o trabalho que é feito é um trabalho que está sendo positivo, tem ocorrido com sucesso. E aí, pela última fala, a impressão que eu tive foi que isso é totalmente o contrário. Então eu fiquei bastante confusa, confesso, em relação a essa questão.

Eu vou fazer novamente a pergunta, dentro do programa Conexão Repórter. Ali colocam que existe o caso de venda de crianças no Pará. Então, gostaria de saber como o Ministério Público tem acompanhado essa questão, quais são as propostas do Ministério Público em relação a isso.

E por último, pelo menos neste momento, coloco aqui o caso do Município de Luziânia, aquele caso que houve lá, que foi muito publicado na mídia inteira, por todos os Estados. Nós visitamos aquele local. Acompanhamos de perto alguma coisa e percebemos, por parte da Polícia Civil, que existia uma certa resistência em relação à Polícia Federal, para que também acompanhasse essa questão. E aí seria



importante até o esclarecimento aqui: se existe essa resistência aqui também. Se existe, por parte da Polícia Civil, um reconhecimento da importância da Polícia Federal nos casos que vêm acontecendo aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Passo a palavra ao Deputado Geraldo Pudim.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sra. Presidenta, o Dr. José Casimiro, Superintendente Regional da Polícia Civil do sudeste do Pará, fez aqui uma consideração no sentido de que a sua circunscrição está ligada a Marabá e de que constam 25 Municípios nessa circunscrição. É isso? (*Pausa.*) Pois não.

Como é que funciona essa temática do registro do desaparecimento? Porque nós sabemos que... Eu não conheço bem a questão aqui, mas, vendo os outros Estados que nós estamos percorrendo, encontramos algumas dificuldades. Gostaria de saber se aqui também ocorre isso.

Vamos supor: tem o desaparecimento de uma criança lá num desses Municípios da sua circunscrição. Quem é que assume esse inquérito? Lá o delegado tem titularidade em todas as delegacias? Quando é distribuído a um delegado — que seja o delegado adjunto, que não é o delegado titular —, quantos dias esse delegado fica na delegacia de plantão? Ele sai, quem assume esse inquérito? Ou o inquérito fica paralisado na ausência desse delegado que está presidindo o inquérito? Como é feito o registro? A pessoa que assume esse inquérito... Como é que funciona isso? Eu gostaria que o senhor explicasse melhor se todos esses 25 Municípios têm delegacia, ou se eles estão vinculados a apenas uma delegacia, que é a delegacia de Marabá. Eu não entendi bem. Tem algum registro de criança desaparecida lá na sua circunscrição? Como é que está o andamento? Quem preside esse inquérito? São as perguntas que eu gostaria de fazer a V.Sa.

Eu vou prosseguir, Presidente, com os outros questionamentos às outras pessoas.

A Dra. Maria do Socorro, que é Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Procuradorias da Infância e da Juventude, fez aqui uma exposição bastante interessante. Eu pergunto: na sua circunscrição, além das ações civis públicas que possam ter sido promovidas contra os entes federados, ou o ente federado, foi promovido algum termo de ajustamento de conduta? Se esse termo de



ajustamento de conduta foi descumprido por alguma parte, qual foi a providência que o Ministério Público tomou? Isso aí se estende também ao Dr. Maurício Guerreiro. Como é que tem sido o comportamento do Judiciário? Quais são as sentenças condenatórias que nós já tivemos aqui no Estado do Pará, em relação às possíveis ações civis públicas que foram promovidas pelo Ministério Público, nos termos de ajustamento de conduta, que por ventura possam ter existido em decorrência até mesmo das ações civis públicas que foram movidas? Quais são as condenações que foram... Alguma sentença condenatória existe? Essa é a questão que gostaríamos de saber. Como é que está essa relação com o Judiciário no Estado do Pará, mais na circunscrição de que V.Sas. fazem parte? Para que possamos ter até um prosseguimento, uma linha de raciocínio, porque a promoção da ação civil pública decorre de uma série de circunstâncias, tramita e, às vezes, fica lá no Judiciário e não tem uma decisão. Eu quero saber se algum ente público, algum gestor já foi condenado, como foi condenado. Esse é um diagnóstico que eu gostaria de saber. Porque, na verdade, o tema...

O Dr. Maurício Guerreiro fez uma exposição muito abrangente. Ele traz à baila e à colação da nossa discussão termos que são recorrentes em nível nacional, a questão da falta de políticas públicas eficazes, que possam efetivamente resultar numa situação de efetividade, com relação às políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente. Então... No termo específico “desaparecido”, crianças e adolescentes, como é que está o relacionamento do Judiciário com o Ministério Público?

A SRA. PRESIDENTA (Deputado Bel Mesquita) - Passo a palavra à Deputada Nilmar Ruiz.

A SRA. DEPUTADA NILMAR RUIZ - A primeira pergunta eu quero fazer ao Dr. José Casimiro. Como funciona a articulação da Delegacia do Sudeste com a Secretaria de Segurança Pública para solução dos casos registrados?

Em relação à Dra. Maria do Socorro, eu acho que ela apontou uma série de ações que deverão ser implantadas, ou pelo menos discutidas — eu acho que discutidas e implantadas —, para reduzir a violência e, em consequência, o desaparecimento de crianças, como a questão do fluxograma de atendimento.



Sabemos que o Estatuto da Criança e do Adolescente tem 20 anos. Mas nem o que é colocado no Estatuto está muito longe de ser efetivado na prática pelos diferentes Poderes e esferas de poder — a questão do aumento do número de agentes de proteção; a capacitação de pessoal; um policiamento fluvial mais eficaz; os programas de retaguarda para acolhimento das famílias, porque, se não há esses programas de retaguarda, ficam com o problema na mão, mas não sabem como caminhar.

Mas tudo isso esbarra em 2 questões. A primeira é a questão orçamentária; a outra é a falta de articulação sobre as diferentes instâncias e um regime de colaboração para que possamos fazer com que esses poucos recursos que se tem possam ser melhor efetivados. Eu acho que isso é fundamental, porque não há como falar em avanços, não há como falar em soluções sem atentarmos para essas questões.

Mas eu tenho uma pergunta a fazer. Há, como a Deputada Bel colocou, esse sentimento de que, se nós tivéssemos um sistema como o SUS, de poder chegar até às famílias de uma forma descentralizada, teríamos como fazer até a questão dos registros de uma forma mais eficaz. Então, haveria, a seu ver, condições de, com o aumento do número de agentes de proteção e com uma capacitação eficaz para esses agentes, colocar também como atribuição a questão dos registros e do acompanhamento desses casos?

Em relação ao que o Dr. Maurício colocou, eu também sou um pouco, talvez, firme nessas questões, porque eu participei... eu morei... Eu sou do Rio de Janeiro. Morei 20 anos em Brasília. Participei, na época, da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Atuei em Brasília; e hoje, no meu Estado do Tocantins. Eu vejo que não é uma questão do Pará. É uma questão do Brasil.

Na realidade, nós não temos um sistema de proteção. Na realidade, nós não temos uma ação efetiva para que possamos resolver os problemas relacionados à criança e ao adolescente. Nós temos até leis, mas leis que, na realidade, não são efetivadas através de ações. E não é só no Estado do Pará. A questão, vamos dizer assim, da negligência por parte do Estado, da negligência por parte dos diversos Poderes não é no Pará somente. É no Brasil inteiro. É raro... Nós estamos estudando isso, não é, Deputada Bel? Estamos indo a vários Estados. É muito raro



uma ação efetiva. E quando tem essa ação efetiva é em separado. Ela não é sistêmica, como é necessário, para que tenhamos bons resultados.

Eu achei muito importante também a questão da concessão pública para a comunicação. Então, eu quero saber se há alguma sugestão de sua parte, no que se refere à concessão pública, ou de que forma se pode utilizar melhor os meios de comunicação, para que nós tenhamos, através dos meios de comunicação, um aliado. E não da forma como acontece hoje de nós termos nos meios de comunicação um fator de agravamento das questões sociais que nós estamos vivendo.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Deputado Antônio Carlos Chamariz, por favor.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Sra. Presidenta Bel Mesquita — saúdo todos os colegas aqui, em nome da Presidenta —, senhoras e senhores, boa tarde.

Quero agradecer a Deus, primeiramente, por esta oportunidade de tentar entender o que está acontecendo aqui em Belém do Pará.

Como a nossa colega tinha dito aqui antes, a Deputada que esteve comigo, vindo de...

A SRA. DEPUTADA NILMAR RUIZ - Nilmar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Nilmar. Viemos no mesmo carro do aeroporto para o hotel. Abordamos o motorista. Perguntamos como se encontrava a situação aqui no Pará, a respeito de crianças e adolescentes desaparecidos. E ele foi bem contundente. Disse que aqui é tranquilo, que ele não conhece nenhum caso.

E o que mais me chamou a atenção foi que, hoje pela manhã, assistindo à reportagem aqui no Pará, a repórter foi bem clara, quando se reportou à CPI sobre Desaparecimento de Crianças e Adolescentes que estava aqui no Pará e disse que ia haver esta audiência pública hoje pela manhã. E ela, claramente, falou que todos os dias desaparecem crianças aqui no Pará.

Isso está me deixando muito curioso, porque o Dr. José Ferreira Sales informou que, de dois mil e poucos casos, só 54 não foram resolvidos. Isso me



chama a atenção para os cálculos, porque, se desaparecem todos os dias... Não estou aqui desacreditando da sua palavra, doutor. Às vezes, inclusive, nós sabemos que muitos registros não são passados. Essa é a realidade. Como é o caso que já foi falado aqui, o caso de Luziânia mesmo. Para poder abrir o primeiro inquérito lá... Passaram 20 dias para abrir o inquérito. Depois de desaparecerem 6 adolescentes, só foi aberto inquérito depois de 20 dias. Talvez seja essa mesma situação aqui também, do Pará. Não sei.

Mas eu quero aproveitar esta oportunidade e pedir às autoridades competentes que atendam um apelo do Deputado Chamariz, este simples Deputado do Estado de Alagoas, representando tanto Alagoas como o Brasil. Eu faço um apelo às autoridades: que instalem aqui uma delegacia especializada em crianças e adolescentes desaparecidos, urgentemente.

Eu posso dizer isso porque, como a Relatora, Deputada Andreia Zito, referenciou aqui, em Curitiba — nós estivemos lá — tem uma delegacia especializada. E o que nos chamou mais a atenção — inclusive, é por isso que eu faço este apelo aqui — foi que, em 441 casos, só 2 não foram resolvidos.

Então, eu faço esse apelo, até porque eu sou pai, e sempre quando me dão oportunidade eu relato um pouco da minha vida. Eu fui menino de rua e conheço mais ou menos esse processo. Eu sei o quanto é difícil viver na rua, porque vivi e sei a dor que é viver na rua pedindo, sendo maltratado. E me dói mais ainda ver uma mãe não saber o paradeiro de seus filhos. Eu posso dizer isso porque, há poucos dias, estava descendo em Maceió, no aeroporto de Maceió, e fui convidado para ter uma audiência com um ex-Deputado. E o ex-Deputado disse para mim... Quero até chamar a atenção das Deputadas que estavam presentes. Ele perguntou o que eu estava fazendo para arrumar dinheiro para minha campanha. Eu, humildemente, disse bem assim: *“Estou trabalhando. Estou trabalhando, como eu devo trabalhar”*. Aí ele me chamou a atenção: *“Chamariz, o que você estava fazendo lá no Rio Grande do Sul, ao lado de 2 Deputadas? Aquilo ali não dá voto, não, Chamariz”*. Realmente, olhei para ele assim, não enxerguei. Eu disse: *“Deputado, pode até não dar voto, mas eu tenho certeza de que estou fazendo a minha parte”*.

Eu quero dizer, Deputado, e quero dizer para os senhores que estão aqui presentes, que aconteceu um fato comigo. Eu era empresário. Estava todo mês em



São Paulo, fazendo compras. Um certo dia, levei a minha esposa e o meu filho de dois anos e meio junto comigo para São Paulo. E uma coisa que mulher sabe muito fazer é compra. Ela me pediu para ir ao *shopping*. Eu disse: “*Pode ir. Fique à vontade*”. Ela saiu com meu filhinho e uma prima dela, que é médica lá em São Paulo. Foram para o *shopping*. E eu fui fazer compras para minha empresa. Quando ela chegou, começou a me relatar um fato que realmente chama a atenção. Ela disse: “*Meu filho, aconteceu uma coisa comigo*”. Eu já tinha visto o meu filho. Aí eu disse: “*O que foi?*” Disse: “*O Davizinho desapareceu da minha frente por 20 minutos*”. Senhoras e senhores, digo com toda sinceridade: eu procurei terra nos pés e não encontrei. E aqui eu trago este testemunho para que os senhores possam entender só por 1 minuto que ela me falou isso. Eu procurei terra nos pés e não encontrei. Imaginem pais e mães que não sabem o paradeiro dos seus filhos há 10, 15 anos. Outros que sejam até com 2 horas, com 3 horas, ou de imediato. E os senhores podem perceber que isso só acontece com as pessoas simples, com as pessoas humildes. É o que mais acontece.

Então, faço um apelo às autoridades aqui presentes, ao Governador do Estado para que coloquem, o mais rapidamente, uma delegacia especializada em crianças e adolescentes desaparecidos.

Quero agradecer, Presidenta. Eu tenho certeza de que... Pode até não dar voto, mas eu tenho certeza de que vai fazer muitas mães felizes. E, com certeza, será o melhor para todos nós.

Eu quero agradecer, em nome de Jesus.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Deputado Chamariz, eu tenho um questionamento e vou pedir para me ater um pouco mais na minha região.

Delegado Casimiro, nós estivemos na delegacia de Marabá logo após o Carnaval, instados pelo desaparecimento de um rapaz de nome Rafael, conhecido como Dunga. Nós solicitamos, inclusive, cópia do inquérito dessa situação, porque o rapaz até hoje continua desaparecido.

Então, eu quero que o senhor relate essa situação, porque, quando nós fomos à delegacia, o senhor não estava presente. E o delegado que recebeu o registro do caso de desaparecimento não estava na delegacia. Como ele fica um dia... Aliás, eu não sei direito. Parece que são 24 horas por 36; e, às vezes, fica até



6 dias distante da delegacia. Como ele recebeu esse registro num horário e saiu logo depois para a folga dele, quando eu fui lá, ainda não tinha sido feita nenhuma ação de investigação sobre esse caso.

Então, eu gostaria que o senhor me relatasse o seguinte: primeiro, eu gostaria de saber como está essa situação, como está esse caso. A segunda coisa que eu gostaria de saber é se em todas as delegacias da sua circunscrição funciona assim, e o delegado que recebe esse caso passa a ser dono do caso, e ele só vai começar o inquérito quando voltar ou quando ele quiser. E eu gostaria que o senhor fizesse um relato para nós — eu sou sabedora, mas gostaria que ficasse registrado — de como as delegacias do interior do Pará, principalmente da sua circunscrição, podem verificar.

Eu tenho absoluta convicção, certeza de que essa é a porta de entrada da situação de desaparecimento de crianças e adolescentes. Considero que a falta de um sistema integrado de proteção à criança e ao adolescente sobrecarrega o serviço de segurança pública. E até que nós tenhamos a chance de reescrever essa história, digamos assim, nós vamos ter que nos adaptar, porque sabemos bem que mesmo que haja proposta, mesmo que haja, por parte da CPI, uma ação muito concreta em cima disso, nós ainda teremos que passar por todo um processo de discussão dentro da Câmara, dentro do Senado, ou, talvez, se for comprada logo a ideia, tenhamos que discutir uma medida provisória que neste instante... Eu não gosto de medida provisória, mas neste instante tenho que considerar que é a única arma mais rápida de que nós poderemos lançar mão.

Então, eu passo esta pergunta para o nosso representante do interior do Estado do Pará. Quero agradecer a sua presença. Eu não quero mais receber relatório, doutora, só da região de Belém, só da região metropolitana; eu quero do Estado como um todo.

Perguntaram para mim, outro dia, por que eu sou a favor da separação. Eu disse: *“Porque eu tenho lutado muito pela integração.”* Sou paraense por opção, por adoção, e sinto muito que ainda aquela região seja considerada região feita por estrangeiros. Precisamos que o Pará seja visto, decidido, como um todo.



Eu gostaria, sinceramente, que os próximos dados viessem no conjunto da questão do Estado do Pará. Isso não quer dizer que não viabilize. Parabenizo também, mas eu gostaria disso.

Quanto à Dra. Maria do Socorro, quero perguntar — e cabe aos 2: junto ao Ministério Público, o que pode e de que forma podemos utilizar o Ministério Público para essas ações que estamos serem extremamente necessárias para o Brasil como um todo? De que forma podemos utilizar o Ministério Público, tanto do Pará, quanto nacional? De que forma? Que ferramentas poderemos ter? Porque vocês vão me dar ferramenta e vamos cutucar, é claro, tanto o País, através das políticas federais, das políticas estaduais, das políticas municipais. Então, de que forma podemos utilizar para que isso possa acontecer na maior brevidade possível?

Então, passo, para suas considerações, suas respostas, ao Delegado José Casimiro Beltrão da Silva Júnior.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Na verdade, as perguntas se integram e se mesclam. Na primeira, que foi perguntado com relação ao registro, o presidente, se há casos registrados. Primeiro, quando do registro, fica o presidente do feito, que é o delegado. Chegou-se na delegacia, o Delegado Casimiro, fico como presidente do feito. Então, tenho autonomia, como explanei primeiramente, de pegar, investigar e tentar o quê? Achar a pessoa. Isso é ponto pacífico, não tem para onde correr. Outro delegado pode entrar no caso? Pode e deve. Qualquer um que tenha subsídios, qualquer um que tenha informação para elucidação do caso, qualquer um do povo, pode e deve ajudar nas investigações. Vivemos do quê? De informação. Não podemos criar informações porque fica registrado, e quando for para as mãos do juiz, do Ministério Público, quando forem ver que essas informações não batem, são falsas, a pessoa do presidente do inquérito sofre as suas sanções mais à frente.

Então, fica registrado e é o presidente. Ele não é dono do procedimento, ele é o presidente e tem, de acordo com seu interesse, tem de acordo com o que ele apurar no caso, tomar as decisões corretas.

Existem, sim, casos de desaparecimento em Marabá e região. Os dados estão à disposição. Esses números pertencem à SEGU, estão à disposição, basta



um requerimento de V.Exas. para, junto ao Delegado Geral e ao Dr. Miguel Conde, do Departamento Interior, que com certeza vão estar no poder dos senhores.

Com relação ao funcionamento e à articulação entre os casos registrados. Nosso sistema é integrado. O que significa? Quando se registra em Marabá, automaticamente aparece em Belém. *“Mas Casimiro, esses registros você passa para outro órgão?”* Vai depender da investigação. Se o delegado, vendo que aquela investigação se trata, num primeiro momento — até agora ainda não sabemos desse caso —, de tráfico de escravas, ou que denota uma investigação com outro Estado, ele tem mais é que acionar, nada impede.

Em Marabá, tenho o orgulho de informar que a integração existe, e muito bem, entre Polícia Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Estadual e Federal e até agente federal rodoviário, que existe lá devido ao trem. Então, essas integrações, procuramos cruzar as informações e tentar elucidar os casos.

Com relação ao menor Rafael, temos informações, sim, o delegado... Desculpem-me, estou me atrapalhando.

Com relação à folga, não se entende folga da pessoa do delegado pegar, sair e ir para a casa dele. Ele trabalha 24h, folgando 36. O que ocorre em Marabá? Devido ao número de procedimentos, devida à carga horária, o que estipulamos? Que ele vai trabalhar 24; folga 24 horas para organizar aquele primeiro trabalho de 24; trabalha 24 horas, e 5 dias de folga. Mas não se entende folga ir para sua casa. Ele tem direito, sim, como trabalhador e servidor público que é, ir para sua casa, mas só que nesse ínterim ele tem ocorrências de furto, de roubo, de homicídio, de desaparecimento e tudo o mais, que trabalha nesses casos, porque ele trabalha com uma equipe de 2 investigadores e 1 escrivão que também o auxiliam. Ele tem folga da delegacia. *“Ah, não encontro ele na delegacia!”* Mas encontra, porque nós temos outras viaturas que o Governo do Estado até nos proporcionou, para darmos continuidade aos trabalhos extradelegacia.

Do menor Rafael, que é onde vamos chegar, vejam só, em entrevista com o pai dele — e está com o Delegado Brabo —, ele nos contou o seguinte: *“Não, meu filho vinha sendo ameaçado.”* A senhora tem conhecimento desse caso. Eu peguei e disse: *“Por que o senhor não procurou logo a delegacia para registrar? Porque aí em*



vez de desaparecimento seria o quê? Ameaça. Seu filho é vítima.” “Não, Doutor, tenho vergonha de falar.” Tudo indica que era negócio de uma gangue, possivelmente envolvendo o quê? Tráfico, tráfico de drogas.

Então, nós estamos engatinhando nas investigações, mas já temos pelo menos um norte a investigar, certo, Deputada? Então, eu vou mentir aqui para a senhora, dizendo que eu já sei, já sei o paradeiro? Mentira. Mas eu sei aquilo que eu acabei de falar na minha explanação: há pessoas interessadas em elucidar crime, até mesmo porque o Estado nos paga para isso. Porque se não fosse para isso, estaria cruzando os braços na minha casa. Negativo. Esse é o nosso mister, assim como o mister dos senhores é fazer esse trabalho digno e, com certeza, de nos ajudar. Eu sei que isso é uma forma de nos ajudar.

Bem, então, é isso que eu tenho a explicar, por enquanto, do caso Rafael, que não está solucionado nem encerrado. Nós ainda estamos a investigar. No desaparecimento, a senhora poderia dizer: “*Mas, Casimiro, não é como se trata no caso de homicídio, vocês têm prazo*” — está aqui o representante do Ministério Público — “*Vocês têm prazo?*” Temos, mas como no desaparecimento não há autoria nem materialidade, fica difícil até tombar esse procedimento. Por isso que fica em aberto. Fica em aberto até se ter a notícia má de um corpo, ou de onde ele está, e ver qual a tipificação penal a ser adotada. São essas as condições.

E no terceiro e último caso — e a senhora até citou ao nos encontrar, tenho a felicidade de dizer, lá em Parauapebas, que a senhora conhece —, naquele momento, a senhora não perguntou onde eu não estava, conseguimos prender uma quadrilha de assaltantes a banco lá. Então, não querendo colocar... “*O senhor não estava.*” Mas havia delegados lá que a atenderam e colocaram a situação. Então, quando se vê folga, não é uma folga normal, que se está tratando, por exemplo, dos senhores: alguns aqui trabalhando já vão para sua casa, já podem descansar, já podem ler jornal. Não, a folga de um policial... Na verdade, costumamos dizer que não existe folga. Ele fica sempre no caso, ele tem prazo para responder e também tem uma Corregedoria ativa para cobrar.

Então, qualquer coisa em que eu me atropei, a senhora, por favor, me ajude.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dr. Casimiro, eu estive lá. O senhor estava realmente...

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Sim.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - ... em Parauapebas. E aí eu não estou questionando. Eu disse que o senhor não estava na delegacia, mas, aliás, meus aplausos a isso. O que eu quis dizer é que eu fui atendida pelo Delegado Diego.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Victor Diego.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Victor Diego, e quem atendeu o caso anteriormente foi o Dr. Newton Brabo de Oliveira. Pois ninguém sabia do caso, desse desaparecimento. Uma vez que o Dr. Newton não estava na cidade, ninguém pôde me dar nenhum tipo de informação. Eu solicitei aos senhores a cópia do inquérito instaurado — se estivesse instaurado — dessa situação. Não me foi encaminhado. Eu preciso saber. Essa questão é de Marabá, Município sede, digamos assim, de toda aquela região. Mas as questões que nós temos no Estado como um todo são sérias, graves e tudo o mais. Esse menino pode até estar envolvido com droga, mas é o desaparecimento de um rapaz de 15 anos.

Então, essa situação é seriíssima dentro do contexto do que nós estamos discutindo. Talvez se nós estivéssemos discutindo outras coisas, o desaparecimento de um menino que pode estar envolvido com drogas talvez não fosse prioritário. Mas, para nós, é prioridade zero. Para o Estatuto da Criança, é prioridade zero. Não é nem para esperar 24 horas para iniciar a investigação.

Então, eu preciso saber inclusive como funcionam as demais delegacias do interior. Porque, se um delegado toma conta de um caso e só vai iniciar o inquérito quando ele voltar, depois de... Quantas horas? Setenta e duas horas...

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Eu fui bem claro. Acabei de dizer que a folga dele não é normal, como de muita gente aqui nesta sala. A folga de um delegado de polícia, de um escrivão, de um investigador... Ele continua no caso. A senhora não pôde ter encontrado o delegado e a equipe dele. Quando a senhora perguntou para o Victor Diego, que era o terceiro delegado na relação, nós explicamos, informamos como era, e que o delegado ali no momento não se encontrava.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Sim.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Mas não significa que está parado. Não estamos, veja bem...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Doutor, eu não tive informações do caso de desaparecimento. Só isso.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Se o problema é esse, providenciamos informações para V.Exa. O que eu estou colocando é que, no momento em que a senhora foi, a senhora foi infeliz de escolher justamente aquele momento que era folga do primeiro delegado, mas que ele me garantiu que está investigando o caso, tanto que tem informação nova.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu acho que eu fui infeliz mesmo, doutor.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Pois é. Pois é.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Mas a situação... A única coisa que eu queria é saber em que pé estava a investigação. E não tinha iniciado ainda depois de 5 dias de desaparecimento.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - A senhora perguntou de tombamento. Não existe tombamento porque não há autoria nem materialidade.

Dessa segunda questão, de como funcionam as delegacias, a senhora mesmo, como é de Parauapebas, pode ver que, como a demanda é maior, obviamente procuramos colocar maior número de delegados para tentar suprir aquela demanda. Se a senhora for, por exemplo, em Curionópolis, está o delegado, 2 investigadores e o escrivão. E assim sucessivamente. E é com certeza desejo do delegado-geral, se pudesse colocar mais gente, colocaria. Então, o sistema é esse. É muito maior o número de delegados que a senhora, porventura, poderia encontrar em Marabá, como é em Parauapebas, devido à demanda.

Agora, eu garanto para a senhora que neste momento não está parado. Tem gente. Eu sei que não foi a sua pergunta. Estamos dando, sim, a devida atenção que merece o caso do desaparecimento não só desse menor, como de maior, e de quem o registro ocorrer, de quem chegar ao nosso conhecimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada.



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Dr. Casimiro, na verdade, se eu pude entender o questionamento da nossa Presidenta, Deputada Bel Mesquita, em momento algum ela questionou a questão da investigação, que o caso estava parado. O questionamento que a Deputada faz é sobre a falta de informação. E V.Sa. mesmo colocou aqui que vocês estão informatizados. Vocês estão dentro do sistema. Então, era simplesmente uma informação que ela não conseguiu obter em decorrência da ausência do delegado que estava presidindo o inquérito. Eu, obviamente, não sei como funciona aqui a sistemática de vocês na delegacia.

Então, o questionamento é o seguinte: chegou-se à delegacia, ainda mais a Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, que foi instada por alguém para que pudesse ter uma informação acerca do desaparecimento de um adolescente de 15 anos, se ela não obtiver essa informação, é uma coisa... Não se está falando do processo de investigação, ou de que o delegado é 24 horas delegado. Sabemos disso, tranquilo. Mas o problema é a questão da falta de informação. Se está sistematizado, está informatizado, imediatamente, o delegado que estivesse na delegacia poderia simplesmente pegar a ocorrência, apertar um botão: *“Deputada, está nesse pé. Veio aqui à delegacia, às tantas horas, o senhor fulano de tal, registrando o desaparecimento do menino fulano, etc., etc. e tal; o caso está entregue ao delegado fulano de tal; as diligências já estão ocorrendo nessa direção”*. Teria uma informação. Então, não foi nessa direção em que a Deputada se colocou, na qualidade de Presidenta da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ficar sem informação é o caos. Só esse posicionamento.

Para concluir, eu não conheço a realidade. Eu perguntei se Marabá é uma regional e se nesses 25 municípios cada um tem a sua delegacia. Todos eles têm a sua delegacia? Só isso.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Positivo. Delegacia com viaturas e delegados à disposição para o registro, interligados.

Agora, volto a dizer, por ser caso complexo — *“Ah, Casimiro, por que não se tomba?”* —, não há autoria nem materialidade. Sem autoria e materialidade, só resta ao delegado essa vontade hercúlea que nós temos de pegar ou nosso carro ou a VTR, tudo o mais e correr atrás. Dei essa informação e já de coisa boa dessa



Comissão, o delegado está de plantão hoje, por isso que ele não pode vir, para até disponibilizar qualquer tipo de informação que os senhores desejarem.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Exato, até porque o desaparecimento não é crime. Não tem tipificação. Nós sabemos disso. Todos nós aqui sabemos disso. A questão é somente no quesito informação.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Excelência, não vai prejudicar nada... Veja bem, certa informação — e o senhor há de convir — que a autoridade policial até não deve nem pode falar. Agora, há informação que nós podemos e devemos até repassar. O senhor sabe que até no Código Penal há certas informações... Agora, no caso de desaparecimento, sonegar esse tipo de informação não nos vai trazer benefício nenhum, não vamos ganhar nada com isso. Pelo contrário, dispomo-nos até mesmo a falar e, a tempo, quando for questionado, pedido, ver todo o tipo de informação que os senhores...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sem mais uma polêmica, os casos, todos os inquéritos são públicos, desde que seja decretado o seu sigilo, o segredo de Justiça.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Aí, doutor, há controvérsia, porque eu não vou dar nome de bandido, por exemplo, suspeito de homicídio e colocar na Internet para ele ser...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - De maneira nenhuma, mas quem estava na delegacia, excelência, não era uma pessoa qualquer da comunidade, era uma Deputada Federal investida da Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o desaparecimento de criança e adolescente.

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Em algum momento, excelência, foi sonegada informação para V.Exa.? Em algum momento a senhora foi maltratada na delegacia?

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Ninguém está dizendo isso...

O SR. JOSÉ CASIMIRO BELTRÃO DA SILVA JÚNIOR - Estou colocando isso para ela.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - O senhor disse que a informação não poderia ser colocada na Internet; em se tratando de um bandido perigoso, não poderia informar. Só isso.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu não vou polemizar, doutor, mas quero deixar claro o seguinte: eu não consegui informação porque o delegado que atendeu esse caso não estava no município e ninguém da delegacia pôde me dar qualquer informação. Não estou dizendo que foi sonogado. Estou dizendo que nem o outro delegado que estava lá sabia desse caso, nem a investigadora — É Perpétua, o nome dela? Tratou-me muito bem. Não estou aqui reclamando de atendimento.

O que eu estou querendo saber é se um caso de desaparecimento, cujo registro é feito, eu vou lá quase... Aliás, isso foi na quinta-feira; o menino tinha desaparecido no domingo. Eu fui na quinta-feira, e o registro tinha sido feito na segunda-feira. E o registro diz que tinha uma testemunha ocular que viu o rapaz sendo colocado dentro de um carro por 2 pessoas, inclusive uma delas com uma grande tatuagem de dragão. Então, não era só um desaparecimento. Era realmente uma suspeita de sequestro, rapto. É rapto, doutor? Então, não era mais só um desaparecimento, mas ninguém na delegacia soube me dar nenhuma informação. Nós solicitamos, pela CPI, a cópia do inquérito que tivesse sido feito. E eu posso dizer uma coisa: a CPI não é uma coisa que vai para a Internet. A CPI é realmente uma questão séria de investigação. Eu só quero dizer uma coisa: o que nós queremos é evitar que isso possa acontecer de novo. Não é uma questão de Marabá. No Brasil inteiro nós estamos vendo essa situação. Qual é a situação? É uma questão de segurança pública? Neste momento é. A porta de entrada é. O que vai acontecer depois disso não compete só à Segurança Pública, mas compete a uma rede de atendimento a um sistema integrado.

Agora, se nós não nos atrevermos a abrir realmente a caixa de Pandora e ver onde estamos realmente tendo problemas, não vamos conseguir fazer propostas concretas que possam fazer com que essa situação de desaparecimento de crianças diminua. Mesmo porque essa questão de não ser tipificado, de não ter materialidade e autoria, essa situação toda não cabe nesse caso, porque há o registro de que o rapaz foi colocado dentro de um carro — a cor do carro é verde, 2 pessoas, com descrição dessas pessoas.

Agora, na questão de, na ausência do delegado-presidente, não continuar as investigações, é isso o que eu queria saber: isso é praxe? Foi uma coisa... porque é



considerado desaparecimento de uma criança, aliás, de um adolescente? Isso, na verdade, é o que está acontecendo dentro da nossa realidade no Pará, que a questão do desaparecimento seja tão transparente quanto nos outros Estados? Porque, sinceramente, é um problema nosso? Todos nós achamos que é, mas não há muita diferença entre um Estado e outro na questão da responsabilidade imediata da investigação de caso de desaparecimentos.

Então, eu só queria deixar registrado que em nenhum momento eu falei que eu fui maltratada, em nenhum momento eu estou dizendo que esse é um problema da regional de Marabá, não estou falando que essa é uma questão única do Delegado Casimiro, mas é uma realidade que nós encontramos também no Pará — também no Pará. E é isso que nós queremos, numa proposta...

Inclusive, na questão do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes, que agora vai ser o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, uma das coisas que nós discutimos é que exista, sim, a contrapartida do Ministério da Justiça, e ele falou que já tem aporte e recurso para que isso possa acontecer, e que isso vai ser feito através de convênios. Quer dizer, com a obrigatoriedade do Cadastro vai se dar que, sem esse convênio, não serão repassados os recursos que poderão vir a ser conveniados também com o Ministério da Justiça. Essa já é uma situação que nós conseguimos através da discussão que estamos tendo.

Então, nós temos um papel, o Ministério Público tem um papel, a Secretária de Segurança Pública do Estado tem um papel, os delegados de polícia que estão lá na ponta, sofrendo toda a situação, têm um papel, e é claro que os Conselhos Tutelares também têm o seu papel. O que precisamos é integrar e verificar de que forma nós vamos conseguir o recurso financeiro necessário para colocar isso para andar.

Então, o senhor me desculpe, Dr. Casimiro, mas eu não quis colocar o senhor numa situação difícil, mas a situação é difícil.

A SRA. DEPUTADA NILMAR RUIZ - Eu só queria ratificar o que a nossa Presidente Bel colocou: que o objetivo da nossa CPI não é avaliar, em instância nenhuma, se está certo, se está errado, se está bom, se está ruim. O nosso objetivo é levantar dados para propor mudanças que venham melhor a situação no Brasil. Só isso. Aliás, tudo isso.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Passo então a palavra ao Dr. Casimiro para responder, e, logo depois, à Dra. Socorro e ao Dr. Maurício.

Desculpem-me, à Dra. Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO - Eu penso que a pergunta da Deputada Andreia e a da Deputado Bel têm uma sintonia — não sei se estou interpretando errado —, porque a Deputada Andreia cita o caso de Tailândia, mas diz como é que o Ministério Público acompanha isso, como é que faz isso, e a Deputada Bel Mesquita pergunta como utilizar o Ministério Público, como acionar os serviços do Ministério Público com o objeto, me parece, da CPI.

Eu acho que nunca é demais dizer um pouquinho como que é funciona o Ministério Público. O Ministério Público Estadual tem na sua estrutura os promotores e os procuradores de justiça. Os promotores se dividem em entrâncias, dependendo do tamanho do município. Em municípios de menor porte, menor movimento forense, primeira entrância; municípios de maior porte, maior movimento, segunda; primeira e segunda no interior, a terceira entrância é a Capital, e depois o acesso a procurador.

Então, veja só: nós promotores atuamos junto às varas, junto aos juízes. Os procuradores atuam junto às câmaras, aos tribunais, ao nível de segundo grau, com os desembargadores.

Quando nós assumimos uma função, nós somos designados para X promotoria. Então, por exemplo, o caso de Tailândia. Existe um promotor lá designado, que é titular daquela promotoria. São 2 promotorias, a doutora está me corrigindo aqui. Então, tem 2 promotores de Justiça. E nessas comarcas que só tem 2 promotores, os 2 fazem tudo, eles dividem tudo. Dividem tudo.

Então, no caso concreto lá, quando chegar ao conhecimento do Ministério Público essa situação, um dos promotores vai acompanhar, porque ele tem, o Ministério Público tem o chamado princípio do promotor natural. Ou seja, aquele promotor que está legalmente designado, investido naquele cargo. É ele que tem a atribuição de atuar e tomar as medidas dentro da sua atribuição dentro daquele processo. Então, no caso de Tailândia, um dos promotores certamente está acompanhando essa situação.



A Deputada Bel me coloca: como o Ministério Público pode ser parceiro, vamos dizer assim, dentro das suas atribuições? A nível do Ministério Público Estadual, nós temos... E quase todos os Ministérios Públicos Estaduais no Brasil dispõem na sua estrutura dos grupos de repressão a crimes organizados. São Paulo tem o GNCOG; Pará tem o GEPROC, que é o Grupo de Repressão às Organizações Criminosas, que é composto por promotores que têm toda uma articulação de inteligência com os setores da segurança pública do Estado e trabalha com a inteligência.

Então, essas situações que tem ali alguma vinculação com organizações criminosas, que é o caso do desaparecimento de pessoas, é o caso, por exemplo, da violência e exploração sexual, o tráfico, esse grupo, junto com o promotor de justiça lá do município, tem uma atuação no sentido de buscar com mais celeridade, até com mais qualidade, vamos dizer assim, a atuação do Ministério Público.

A nível nacional, o Ministério Público tem as suas organizações. A CPI, a meu ver, como é a nível nacional, pode se valer também dessas estruturas do Ministério Público a nível nacional.

Então, nós temos o nosso Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, que é o CNPG. Ele congrega todos os procuradores-gerais dos Estados. Eles se reúnem periodicamente. Esse Conselho Nacional estabelece políticas e ações do Ministério Público para serem desenvolvidas a nível nacional.

Dentro do CNPG, o Conselho Nacional, nós temos o Grupo Nacional de Direitos Humanos. Dentro do Grupo Nacional, nós temos 4 Comissões. Nós temos a comissão que é de combate ao patrimônio público e à improbidade; a COPEIJ, que é da educação, infância e juventude; a de direitos humanos; e tem a outra, que não estou lembrando agora. São 4 Comissões.

Então, o CNPG pode ser pela Comissão Parlamentar de Inquérito acionado no sentido de estabelecer nacionalmente aquelas ações que a CPI, nas suas conclusões, entender que é uma ação que pode ser desenvolvida a nível nacional. Um exemplo de uma ação nacional que os Ministérios Públicos desenvolveram foi a questão da implantação e a implementação dos Conselhos de Direito e Conselhos Tutelares.



A partir da definição dessa ação, todos os Ministérios Públicos brasileiros instauraram procedimentos. E aqui no Pará, a Presidente do Conselho está aqui e sabe que nós avançamos muito na criação desses conselhos. Eu acredito que hoje já estamos praticamente com todos os municípios com os conselhos criados. A nossa grande dificuldade aqui, no que diz respeito aos conselhos, é com relação ao funcionamento.

Eu acho que a CPI pode nos ajudar na criação da nossa escola de conselho no Estado. Nós estamos há 3 anos — não é, Nazaré? — tentando implantar a escola de conselhos, que tem de ser formação continuada. No caso do Conselho Tutelar, a cada 3 anos, há movimentação, porque o mandato é estabelecido por 3 anos. E nós temos muita dificuldade, porque são pessoas da comunidade, que desconhecem, muitas das vezes, essa sistemática toda e, a meu ver, o Conselho Tutelar é e deve ser a porta de entrada do sistema de garantia, porque ele atende e vê as dificuldades, faz os encaminhamentos necessários.

Não sei se respondi.

Com relação à Deputada Nilmar, se os conselheiros, os agentes de proteção poderiam ser os responsáveis por receber esses registros e fazer o acompanhamento, eu penso que não. Porque eles têm uma atribuição que é a de fiscalizar, específica. Então, penso que eles não seriam essa representação que iria receber esses procedimentos.

Penso que, talvez, uma estrutura que a CPI poderia buscar e melhorar é a questão do Disque Nacional, porque o Disque 100, como funciona? Ele tem essa numeração, ele recebe telefonemas do Brasil inteiro e, como disse o nosso colega ali, vem tudo, vem até maus tratos de idoso, tudo é denunciado, às vezes chega até com repetições de denúncias. Eu até já sugeri que buscasse implementar um sistema que pudesse breicar essas denúncias repetitivas, repetidas. Eu acho que, talvez, com a experiência do Disque 100, que ainda está funcionando em caráter de papel, porque as denúncias são feitas ao telefone, a equipe lá recebe e manda por meio físico para os centros de apoio do Ministério Público no Estado. Aí, recebemos, às vezes, com 10, 15 dias. Quando é o caso assim que eles avaliam que são situações muito graves, eles mandam por *fax*, mas a grande maioria chega via Correios. E chega aqui no Centro de Apoio da Infância. Aí o Centro de Apoio vai



fazer uma análise de prévia para ver, primeiro, se se trata de município do Estado, qual é a situação, para poder encaminhar. Então, acaba uma demora muito grande na notícia dessa violação.

Então, eu penso que a CPI poderia, buscando essa experiência já do Disque 100, tente, a partir daí, desenvolver um sistema que pudesse chegar de imediato na rede. Eu sei que não é fácil. Aqui no Pará, eu sei também que não é fácil, porque nós sabemos que as Comarcas nem todas estão informatizadas, temos dificuldade de sinal de Internet, mas eu acho que tudo é possível. Hoje a tecnologia já nos dá essa possibilidade de usar outros sinais, a própria EMBRATEL. Então, eu penso que, a partir do Disque 100, poderíamos talvez ter o início de um sistema que pudesse chegar no sistema de garantia como um todo, ao mesmo tempo — chega no Conselho Tutelar, chega na polícia, chega no Ministério Público, chega em todo o mundo. Então, a sugestão seria essa.

O Deputado Geraldo fala das ações civis, dos TACs, e esse relacionamento com o Judiciário. Tanto o Judiciário como o Ministério Público enfrentam grandes dificuldades em todas as áreas, e na área da infância e juventude não é diferente. Nós carecemos de Promotorias de Justiça da Infância e Juventude Especializadas e carecemos de Varas da Infância e Juventude Especializadas. Nós só temos Vara Especializada na área da infância em Belém. Nós temos, por exemplo, outros municípios que têm, mas aí são as prioridades, aí estão a infância e juventude, deficiente e idoso e portadores de alguma necessidade especial. Então, não é Vara Especializada, porque atende essas outras especialidades.

Então, eu acho que uma recomendação... Eu acho que pleito junto a nossa Procuradoria-Geral, junto ao Governo do Estado, no sentido de que efetivamente tenhamos, pelo menos nos municípios polos, as Varas Especializadas da Infância e Juventude e as Promotorias Especializadas. E não só isso: que as Varas sejam dotadas de corpo técnico. Porque o que acontece hoje é como eu digo sempre: comparando com o cargo do profissional da medicina, é aquele clínico geral, que recebe, faz tudo. E é um pouco o que acontece aqui. O juiz é da infância, é do crime, é do meio ambiente, é de tudo. Então, acaba realmente tendo uma dificuldade muito grande. Então, a sugestão, realmente, é a criação dessas Varas Especializadas.



Por conta disso, Deputada, sentimos uma grande dificuldade, sim, na tramitação e no julgamento dessas ações civis na execução dos Termos de Ajustamento de Conduta que são feitos pelos promotores, porque como não são Varas Especializadas, eles vão...apena em tudo. Então, o que chega ali é que o advogado está mais cobrando. E uma outra coisa que eu acho importante: no Ministério Público, já temos os centros de apoio, que de alguma forma centralizam e tentam unificar ações, tentam incentivar os colegas nesse sentido. No Tribunal não existe. Acho que o Tribunal de Justiça teria que criar uma estrutura como os Ministérios Públicos têm. Sei que a nossa Associação Nacional de Magistrados, Promotores e Defensores Públicos da Infância e Juventude, a ABMP, tem trabalhado no sentido de os tribunais criarem essas estruturas, centralizar algo no sentido de pensar em políticas, pensar em ações do Judiciário, no sentido de melhorar essa prestação jurisdicional à criança, ao adolescente e à família.

Então, temos, sim, algumas dificuldades, também por conta, como eu disse, de não termos essas Varas Especializadas pelo menos nos municípios polos. E, aí, qual é a orientação que nós sempre damos pelos centros de apoio operacional? Evitar ao máximo o ajuizamento de ações, sempre tentar esgotar ao máximo a solução daquela demanda, a solução daquele conflito de forma administrativa, porque ali, através da celebração dos TACs... E são muitos, Deputado, muitos TACs. A página do Ministério Público é www.mp.pa.gov.br. Tem uma parte no meio da página que tem os destaques. Lá, diariamente aparecem as informações das ações que os promotores estão desenvolvendo no Estado todo. Atualmente é alimentado assim quase que em tempo real. Porque como nós temos hoje um processo de avaliação por promoção que é por merecimento, por critérios objetivos, então os promotores...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Alô.

A SRA. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO - Eu vou encerrar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Por favor. Nós temos ainda mais 3 pessoas para serem ouvidas.

A SRA. MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO - Eu vou encerrar. Então, quando nós hoje somos avaliados por critérios objetivos nas



promoções e nas remoções que nós concorremos, então, há todo o interesse de que se tenha realmente uma alta produtividade para se ter condições de concorrer em igualdade de condições com os outros colegas.

Não sei se respondi, mas continuo aqui à disposição.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sim, com certeza, mas a única dúvida que ficou para mim é se... Pelo que estou percebendo, há um defeito que vai desde a origem das ações preventivas até uma sentença judicial, no caso da criança e do adolescente. Existe, fora o trabalho hercúleo que eles estão fazendo de natureza individual, voluntariosa, por natureza até ideológica, que os senhores vêm fazendo, o sistema não funciona, parece-me, em parte alguma. Pelo que a senhora acabou de colocar para mim, não há nem as Varas da Infância necessárias aqui, as Promotorias da Infância necessárias não existem e até os Termos de Ajustamento de Conduta estão sendo desrespeitados, e não existe uma sentença condenatória que advenha desse Termo de Ajustamento de Conduta que não foi cumprido.

É isso que eu entendi?

O SR. MAURÍCIO GUERREIRO - É. A grosso modo, é. Claro que temos exceções. Quanto aos TACs, aos Termos de Ajustamento de Conduta, nós podemos dizer o seguinte — pelo menos vou falar da nossa experiência na Promotoria da Infância, da Capital. Nós temos um trabalho realmente minucioso de tentar sempre, com a administração pública, seja ela qual for, a via do diálogo, da reunião, enfim, do diálogo exaustivo, tentando entender o administrador público na sua dificuldade, mas, ao mesmo tempo, nunca deixando de estar olhando para o direito da criança e da juventude, que é o primeiro plano. Inclusive quando eu fiz aquela colocação que a Deputada Bel, quando Prefeita teve aquela dificuldade, eu tenho certeza de que teve. Mas é porque, no caso concreto aqui, nós tínhamos outras saídas. Quando eu disse, no caso concreto em que atuei, nós poderíamos ter tido por parte do Governo do Estado outras saídas, no sentido de garantir esse direito, por exemplo, num concurso em nível nacional. Se você não tem aqui, localmente, mão de obra especializada, abre em nível nacional. Quer dizer, por que não se faz isso?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. MAURÍCIO GUERREIRO - Não, assim não. Estou dizendo aqui em Belém, o caso concreto que eu discutia na ação civil, porque foi feito um... Foi aqui, local.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Concurso público é nacional. De maneira nenhuma nós podemos fazer...

O SR. MAURÍCIO GUERREIRO - Mas eu estou dizendo que o que foi colocado é que não tinha mão de obra no Estado. E até nos espantou. A Procuradoria do Estado falava isso. E o que dissemos foi o seguinte: *“Olha, existe, no caso concreto, uma decisão judicial.”* Com relação à decisão, pasmem, até por questão de bom senso, a multa diária que foi colocada era de 5 mil/dia pelo não cumprimento.

Quer dizer, em algum momento, o Estado vai estar estrangulado com esses precatórios todos. Acho que é preciso haver articulação do conjunto político, no sentido de se entender que existe uma decisão judicial, que é garantia de vida de crianças, que não pode simplesmente ficar sem cumprimento.

Entendo sua observação sobre o que foi dito lá, mas aqui não teve nem a discussão, foi a negativa pela negativa — no caso em que atuei, vamos deixar bem claro.

Quanto à sua pergunta de como o Ministério Público pode ajudar na questão do desaparecimento, eu queria dar uma sugestão, que me veio ainda há pouco. Estava aqui pensando e veio. Foi dito aqui por alguém há algum tempo, não sei se foi pela Dra. Socorro, que, quando há o desaparecimento, ele é comunicado e registrado, e muitos são encontrados e retornam para sua família. Foi citado o caso de um menino que foi tirado do pai e colocado para a tia, mas depois estava lá novamente. Esse é um caso típico. Se o Ministério Público fosse acionado, nem caberia a criança sair. Temos uma ação em que pedimos a retirada do agressor do lar. O pai é quem tem de sair, não é a criança que tem de sair .

Então, sugiro que, em todo e qualquer registro de desaparecimento que houver, a Polícia faça o que lhe cabe e encaminhe aquela família para que o Ministério Público possa dar o aporte dentro daquilo que é atribuição constitucional dele. Cada um dentro da sua atribuição.



Portanto, no desaparecimento, podemos ter mil aspectos, até questões, por exemplo, do *bullying*, que tanto está se falando nas escolas. As crianças que são, por outros adolescentes ou crianças, vilipendiadas em seus direitos e que, em algum momento, não encontram amparo familiar, simplesmente saem de casa porque aquilo é um sofrimento grande para elas.

Nós temos como atuar, então, a minha sugestão é que possa, seja qual for a porta de entrada... Porque a criança está na situação do art. 98 do Estatuto, a chamada situação de risco, o que autoriza o Ministério Público a atuar. Então, a minha sugestão é que seja encaminhado.

Quanto aos termos de ajustamento de conduta, Deputado, eles têm sido feitos, sim — na Vara da Infância aqui de Belém, porque só posso falar dessa minha parte. Os que não estão sendo cumpridos, estamos executando o termo. E aqui queria dar a César o que é de César: nós nunca tivemos, como ultimamente, uma relação tão boa com o Judiciário em nível de primeiro grau, vamos deixar claro. Ou seja, o Juiz de Infância nunca esteve tão afinado com a Promotoria da Infância. As demandas que trazemos têm sido acatadas e deferidas, e tem sido dada liminar para garantir o direito. O que ocorre? O Poder Público recorre e, em nível de segundo grau, a questão fica empacada. Então, é um “ganhou mas não levou” — sabem como é? É mais ou menos assim. Nós aqui em Belém, os promotores, já pedimos a prisão do Prefeito por descumprimento de ordem judicial por 2 vezes — decretada! — e o Tribunal dá *habeas corpus*. Na terceira vez, o próprio Juiz de Infância disse: *“Olha, eu queria pedir para vocês. Eu não tenho mais condições de estar decretando prisão de Prefeito e o Tribunal não estar concedendo.”* Quer dizer, tem de respeitar a decisão do Tribunal, os desembargadores pensam de forma diferente. Mas se cria um conflito, e muito perigoso para a democracia — eu penso. Muito perigoso para a democracia porque há decisões que passaram pelo crivo do termo de ajustamento de uma ação civil, foi dada liminar ao recurso, mas não é cumprido.

O que houve agora recentemente, na semana passada, em Belém, num caso em que entramos, com ação civil pública já de muito tempo, termo de ajustamento, execução do termo não cumprida? Pedimos ao colega Franklin e ele pediu que... Na



questão de crianças que não podem tomar outro tipo de leite porque têm alergia alimentar e morrem, pedimos o quê? Bloqueio de verba de repasse...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Doutor, vou pedir que possamos nos restringir ao tema porque tenho...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sra. Presidenta, peço autorização a V.Exa., porque eu e a Deputada Andreia Zito estamos com o nosso voo marcado para as 16h35min, e nós precisaríamos nos deslocar para o aeroporto, mas acho que os outros Parlamentares que vão um pouco mais tarde darão prosseguimento.

Eu queria só fazer um registro aqui a V.Exa. no sentido de que, não tão somente no início das nossas reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, fosse lido a questão do protocolo, mas também que fosse lido o art. 58, no seu § 3º, que são as atribuições das Comissões Parlamentares de Inquérito para que não ocorra quaisquer incidentes de natureza de percurso. Eu só queria que fosse lido também para que todos tomassem conhecimento de como é o funcionamento de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, preceituada na Constituição Federal.

Muito obrigado. Eu queria agradecer aos senhores e às senhoras pela gentileza de estarem conosco aqui debatendo esse assunto tão importante, não só para o Estado do Pará, mas para todo o Brasil. E pedir a autorização também de V.Sa. para que possa me ausentar da reunião.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Sra. Presidente, eu também gostaria que ficasse registrada uma pergunta que eu fiz, até prefiro que o Secretário Adjunto de Segurança Pública aqui responda para justamente ficar registrado. Como o senhor vê a importância da participação da Polícia Federal nos casos que têm acontecido no Pará? Se é positivo, se o senhor considera positivo. Apenas isso mesmo.

Agora, eu gostaria que ficasse registrado realmente, porque eu tenho que ir embora. Eu peço desde já desculpas pela retirada e agradeço aqui pelo depoimento de cada um de vocês, que, sem dúvida alguma, será muito importante para o relatório da nossa CPI. E parabenizar mais uma vez a nossa Presidente que tem atuado com muita riqueza, muito vigor, e, sem dúvida alguma, se importando principalmente com o Estado do Pará.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Deputada Andreia Zito, que faça uma boa viagem de volta. Muito obrigada pela participação aqui.

Nós continuaremos mais um pouco, porque eu tenho muita necessidade de ouvir os representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança, do Conselho Estadual e o depoimento das mães. Eu sei que todo mundo está aqui ...

O SR. MAURÍCIO GUERREIRO - Me permita, eu só queria responder de forma objetiva para a Deputada Nilmar, que me fez uma pergunta e eu não pude responder.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Deixa eu só terminar aqui minhas despedidas e falar que nós estamos continuando, com um pouquinho mais de paciência do Marcelo, e nós já vamos continuar.

Sim, por favor.

O SR. MAURÍCIO GUERREIRO - Foi perguntado pela Deputada Nilmar que sugestões, na questão da comunicação. Assim, me vem à mente — essa é uma coisa de grande debate de nível nacional —, mas me vem à mente 2. Por exemplo, o que se chama de garantia mínima de conteúdo. Por exemplo, na produção televisiva. Que fosse feita uma garantia mínima de conteúdo de cunho educativo, esclarecedor dos direitos. Isso seria uma outra.

E uma outra muito mais simplória é garantir horário obrigatório de publicação gratuita de fotos de desaparecidos. Assim, em horários... não 5 horas da madrugada, é claro. Em horário nobre, inclusive. Em sessões rápidas, porque a gente sabe que televisão é uma coisa muito cara, mas a sugestão seria essa.

E, terminando, eu pediria — se a senhora não me levasse a mal — que eu pudesse me retirar, porque eu estou com a minha avó muito mal. Recebi uma mensagem. Já tem 95 anos e é minha mãe, praticamente. Se a senhora me permitir, eu gostaria que a senhora aceitasse a solicitação. E quero me deixar à disposição, como Promotor da Infância, a qualquer momento, para qualquer contato formal ou informal, para esclarecimento de qualquer dúvida e cooperação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigado, Dr. Maurício.

Eu quero dizer que tudo o que foi dito e o que será dito está sendo gravado, taquigrafado, e isso faz parte de todo o nosso processo. Então, mesmo aqueles que



os demais Deputados que tiveram que se retirar não tenham ouvido, estará registrado dentro da nossa CPI.

O SR. MAURÍCIO GUERREIRO - A senhora me permite?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Está liberado.

Obrigada.

O SR. JOSÉ FERREIRA SALES - Gostaria de completar o questionamento da Deputada que se ausentou, no sentido de dizer que a colaboração da Polícia Federal, o estreitamento dessas ações é uma realidade. E, em razão da estrutura de Inteligência da Polícia Federal, conhecida, e a *expertise* de combate a outros crimes, essa também tem sido uma marca. E, evidentemente, por uma questão legal, às vezes repassa, interage com a Polícia Civil, que também, no Estado, junto com o Ministério Público, desenvolve atividades de inteligências consideráveis. Então, não só neste caso, como em outros crimes, cuja repressão se faz necessária em caráter interestadual e de maneira sistemática e uniforme, a colaboração da Polícia Federal é bem-vinda e tem sido sentida com maestria nesse Estado.

Me permita, Sra. Presidente, eu também gostaria de fazer uma observação a respeito das asserções do Deputado, quando falou dos dados: que nós tínhamos 2.011 registros, 1.957 casos solucionados ou esclarecidos, e ainda um passivo de 54.

Eu gostaria de fazer ver ao Deputado Chamariz que são dados, são registros. Não temos a pretensão de que todos os dados tenham sido levados a registro pelas famílias. Entendeu? Mas os dados que nós temos estão registrados, não só dos registrados, como os localizados. Relativamente aos dados suscitados ou apresentados pela imprensa, pelo SBT, eu não tenho conhecimento e não quero questionar a idoneidade deles. Mas, se eles são tão generosos e tão claros, que venham, sejam comunicados à polícia e nós investigaremos, entendeu? São tão generosos, pelo menos. Todo dia, ou diariamente, ou semanalmente, pode ser que eles tenham esses dados a comunicar para a polícia, ou para o Ministério Público, ou para o Conselho Tutelar. Que tragam o nome do desaparecido, com seus familiares, que o fato será investigado. Mas, repito: os nossos são dados.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Doutor, eu aproveito aqui a oportunidade que foi... O senhor colocou aí os dados. Eu entendo, eu até



deixei bem claro que, na realidade, nós não temos dados claros. Isso não é só aqui no Pará, não, é em todo o Brasil, ninguém consegue. Na realidade, isso é fato.

Aqui mesmo nós já podemos até olhar aqui, como ela falou, todos os dias desaparecem. Chegou aqui nas minhas mãos: uma jovem, Camila Carolina Souza da Silva, 13 anos, desaparecida em 7/3/2010, agora, recente.

Então, são dados que precisamos averiguar e ter mais ciência. Por isso que eu fiz esse apelo e continuo fazendo o mesmo apelo, porque, na realidade, precisamos realmente, imediatamente, de uma delegacia especializada nesse caso. Ficaremos realmente de resolver a situação. Eu sei que não é fácil, talvez vai encontrar algumas dificuldades. Sempre acontece isso, geralmente. Mas, se realmente as autoridades disponibilizarem recursos e condições, com certeza vai acontecer, como aconteceu. Sabe por que aconteceu lá em Curitiba? Simples: porque o que aconteceu foi um fato com uma pessoa de um poder aquisitivo alto.

Então, o que acontece? Aqui, não. Aqui, por enquanto, também... Estou falando aqui, mas falo também em outros Estados. No meu Estado, Alagoas, também é a mesma coisa, não muda nada. Eu acho que precisamos fazer uma diferença: mudar realmente essa situação.

O SR. JOSÉ FERREIRA SALES - Deputado, me permita. Eu sonho com o momento em que esse caso seja tratado como especial. Nós temos um combate sistemático organizado, com o apoio maciço do Governo Federal, para a erradicação do trabalho escravo no Estado, e tem dado resultado.

Nós temos a Força Nacional quase que em caráter permanente no Estado, apoiando as ações de combate ao desmatamento, aos crimes ambientais. Quem sabe, nós teremos uma força-tarefa do Governo Federal, do Governo Estadual e a ação do Ministério Público e dos Municípios também no enfrentamento dessa questão, a questão de tornar prioridade.

Daí eu digo: louvo a atuação da CPI, no sentido de suscitar essa questão, de fazer acontecer e com a colaboração da imprensa, que tem um importante papel nisso aí, das Igrejas, para tornar o caso, para ver para todo mundo que realmente é especial. A situação, talvez, do registro na delegacia, de que não tenha a informação que a Deputada tanto gostaria, é que lá não foi tratado como um caso especial, seguramente. Lá, foi deixado para o delegado que conheceu tratar. E, se nós



tivéssemos realmente a sensibilidade de ver que não é um caso de rotina, que não pode esperar a volta do delegado da folga, nós teríamos, sim, a informação.

Notei, Deputada, quando do nosso pedido de desculpa, que faltou realmente informação. A senhora terminou não conseguindo a informação que precisava e que merecia.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu vou ser mais rápida agora, porque os Deputados também terão que sair daqui a pouco, mas nós não podemos deixar de ouvir a Dra. Maria de Nazaré Sá de Oliveira e o Dr. Marcelo Bastos, e também a Sra. Rita de Jesus Pereira Chagas, que é mãe de uma menina desaparecida, a Maísa Chagas Cruz, de 14 anos.

E eu vou iniciar esse processo dessa terceira turma, digamos assim, pela Sra. Rita. Eu peço, então, que ela leia o seu compromisso com esta CPI. Por favor.

A SRA. RITA DE JESUS PEREIRA CHAGAS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada.

A Dra. Maria de Nazaré Sá de Oliveira, que é Presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Pará.

A SRA. MARIA DE NAZARÉ SÁ DE OLIVEIRA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - E o Dr. Marcelo Bastos, Presidente em Exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. MARCELO BASTOS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada.

Então, eu passo a palavra à Sra. Rita de Jesus Pereira Chagas.

A SRA. RITA DE JESUS PEREIRA CHAGAS - Obrigada a todas as autoridades pela oportunidade.

Excelências, eu sou mãe da Maísa, que desapareceu no dia 24, após uma festinha, uma confraternização na Pratinha II, no bairro onde nós morávamos. E foi o seguinte, para amenizar mais: esse sujeito, esse elemento, de nome André, foi morar próximo à minha casa, e uns 6 meses, 6, 7 meses, ele passou a viver com a



mãe dele e a avó dele, próximo à minha casa. Então, ele se fez passar por uma pessoa de bem, uma pessoa de boa índole, fez amizade com a comunidade, se deu com a gente, porque nós vivemos numa comunidade muito carente.

Então, esse rapaz se faz passar por um.... Inclusive, na minha casa, nós fazíamos reunião de evangélicos, porque eu sou da Igreja da Paz. Estou afastada, mas nós sempre fazíamos oração em casa. E esse rapaz se infiltrou no meio dos evangélicos, e fez uma amizade lá conosco. Então, a minha filha, a Maísa, nem morava comigo. Ela morava com o pai dela. Aos finais de semana, é que ela ia lá para casa, comigo.

E a verdade é que eu não sei se por trás, escondido, ela já vinha aliciando a minha filha. Eu não sei. Eu nunca tive conhecimento que ele tivesse alguma relação amorosa com a Maísa. Até porque a Maísa é uma menina muito calma, muito familiar. É uma menina muito estudiosa, inclusive ela passou para o primeiro ano, com 14 anos. A minha filha não foi nem um dia para o colégio, por causa desse acontecimento. Mas ela sempre foi uma menina muito familiar.

Então, o que acontece? No dia 24 de dezembro, eles foram convidados para uma confraternização da Igreja da Paz, e a minha filha foi no meio, ela, umas adolescentes e esse rapaz. Na volta dessa confraternização, pela Rodovia Artur Bernardes, que estava em construção, está ainda em construção, é uma área muito escura, o que ele fez na dobrada da passagem, onde ficava a igreja, logo dobrando o canto da Rodovia Artur Bernardes, esse homem pegou um telefone público e disse por 2 vezes: *“Tá na mão, tá na mão.”* Ele disse e repetiu a frase 2 vezes.

Em seguida, a Jéssica disse que passou um carro todo peliculado preto, que abriu a porta, tinha um casal dentro, uma mulher loira e o motorista no táxi, ele pegou no braço da menina e disse: *“Vamos embora, Maísa!”* Aí, ela virou e disse: *“Jéssica, Jéssica, diz para mamãe que eu vou ligar para dizer ao menos que eu estou viva”.*

Daí por diante foi aquele desespero, né? Eu estou sentada na frente esperando a minha filha, porque ela saiu de casa bem, me beijando e me abraçando. *“Mãe, tu não vai?”* Eu disse: *“Não, filhinha, a mãe não vai, porque a mamãe tá cansada. A mãe tem que trabalhar hoje ainda.”* Porque eu sou autônoma, eu tenho uma taberninha e eu vivo só, eu sou separada do pai dela, mas nós somos



muito amigos, sempre fomos muito companheiros. Sempre demos para Maísa, como pobre e humilde, mas uma boa criação. A gente vive para ela. Tudo o que a gente conseguir é para ela, porque é a nossa única filha, entendeu?

Então, a partir daí, tá. Aí eu esperei ela chegar, elas chegarem, né? O Mauro, o rapaz que estava sentado aqui atrás, meu filho, já foi embora, ficou na frente, porque ele tinha ido passar também véspera de Natal comigo. Ficamos esperando lá na frente, só nós 2. Quando eu vejo, a Jéssica vem correndo, com o sapato na mão: *“Dona Rita, Dona Rita!” “O que foi, Jéssica? Cadê a Maísa?”* Ela disse: *“Olha, o André puxou ela e levou no carro, foi embora para o rumo de Icoaraci”*. Eu disse: *“Meu Deus, Jéssica, pelo amor de Deus.”* Aí, ela disse: *“Dona Rita...” “Me diz o que foi que ela disse. O que foi que aconteceu, Jéssica?”* Ela disse: *“Olha, a gente vinha passando e o carro passou e ele disse no telefone ‘tá na mão.’”* Aí, nós ficamos esperando: *“Embora, irmão André.”* Que ele se fazia passar por evangélico, ele orava meio-dia com a gente, 6 horas da tarde, ele estava, sabe... Era uma pessoa que, poxa, meu vizinho, pessoa bem próxima, né? E aconteceu isso. Aí, tá.

Quando foi no outro dia, meu Natal foi desespero mesmo. Eu fui lá para porta da casa da mãe dele chorar. Ela era minha vizinha, né? *“Dona Maria, pelo amor de Deus. Eu quero a minha filha. Diz para o André trazer a minha filha, pelo amor de Deus. Cadê ela?”* Ela disse: *“Ah, eu não sei, eu não sei da tua filha.”* Eu disse: *“Sabe sim, Dona Maria. Pelo amor de Deus, eu quero a minha filha. Cadê a minha filha?”* E comecei a chorar, chorar, chorar, comecei a pressionar ela. Aí, ele apareceu com a menina. Mas eu percebi, então, que a minha filha parece que estava drogada, ou dopada, alguma coisa parecida, porque ela sentou pálida, e ele tomou aquele domínio assim, ficou perto dela, olhando para mim sério e disse: *“Ela não vai contigo”*. E a mãe dele dizia: *“Sobe, Maísa, vai lá para o quarto. Vai para lá. Vai para lá.”* Eu dizia: *“Dona Maria, não faz isso. Eu quero a minha filha, eu quero a minha filha.”* *“Não! Vai, sobe, sobe.”* A velhinha, mãe dele e ela. *“Vai, Maísa, vai para o quarto. Vai lá pra cima, vai lá pra cima”*. Eu lhe juro perante o céu, não tenho porque mentir. Aí, eu fiquei desesperada: *“Meu Deus, o que eu faço? Meu Deus, o que eu faço?”* E lá é difícil o acesso de polícia, é tudo difícil. É porque é final de rua, era feriado, a senhora entende como é. E eu, desesperada: *“Meu Deus, o que eu faço? Aí, ia passando o senhor e uma mocinha: “Oh, senhor, pelo amor de Deus,*



aciona o 190 que está acontecendo um problema aqui". Só que, quando eles vieram, ele saiu puxando ela, puxando, puxando pela outra rua e não tinha ninguém. E ele saiu com ela correndo pela outra rua.

Aí, tudo bem, eu fiquei desesperada e depois eu procurei logo a delegacia. Registrei o caso na delegacia de Icoaraci, muito nervosa, e eles colocando sempre palavras na minha boca, dizendo: *"Mas ela queria, né? Ela namorava com ele"*.

Eu disse: *"Não, não acontecia isso. Foi um rapto, pelo amor de Deus"*. Eu sei que, conclusão: eu, muito nervosa, e eles acabaram na primeira vez colocando como namoro. E isso tudo impediu de eu conseguir localizar logo a minha filha, como até hoje eu não consegui, né? E aí, foi aquele desespero, eu corri para o DATA. Conversei com a Dra. Maciel. Chorando muito e desesperada, como até hoje eu estou, a Dra. Maciel pegou na minha mão, orou comigo, me tratou muito bem, por sinal, na primeira vez. E eu fui e prestei depoimento.

Aí, a mãe dele começou a aparecer no DATA, e eu comecei a investigar por fora logo, comecei a me desesperar, procurei saber a casa da mãe dele, para onde eles tinham ido, que é para Limoeiro, no Jurunas. E, então, eu fui descobrindo que ele era um homem altamente perigoso, batia na mãe dele, era drogado, tatuado, é marginal, é uma pessoa terrível, entendeu?

Aí, eu comecei ir para o DATA e falar para ela, mas ninguém acreditou em mim. Só viam o lado dele, todo tipo da mãe dele, da mãe dele, dizendo que era boazinha, dizendo que o filho dela era bom, que a minha filha queria, porque a minha filha estava gestante, isso e aquilo, e eu disse: *"Doutora, pelo amor de Deus, esse homem é horrível. A minha filha está sendo pressionada psicologicamente, quem sabe até ela não está apanhando."* Mas ela não acreditou em nenhum momento em mim, sempre acolhendo as palavras da mãe dele até hoje.

Aí, eu andando, nas andanças da rua, desesperada como eu estava, eu localizei a família do padrasto dele, que ele matou ano passado. Aí, eu localizei essa senhora. Aliás, eu já tinha localizado dias, mas, anteontem, que eu tive a ideia de dizer para ela: *"Dona Solange..."* Ela estava aqui, ela já foi embora. *"Dona Solange, vê lá com a delegada do DATA, diga a ela que esse homem é perigoso, para me ajudarem, pelo amor de Deus, que eu não tenho mais força, não tenho mais recurso,*



não tenho mais nada, estou desesperada.” Eu conheci todas as periferias de Belém, quase todas, andando de bairro em bairro, desesperadamente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dona Rita, a senhora sabe, a senhora tem ideia de onde está sua menina?

A SRA. RITA DE JESUS PEREIRA CHAGAS - A doutora sabe, porque ela disse ontem para ela. E por que ela não falou para a família, doutora, excelência? Por que ela não falou para a família, vendo que eu, com certeza, estava angustiada? Ontem, ela disse para ela: *“Eu sei onde a filha dela está, mas eu não posso falar.”* Por quê? Por quê? Sabendo que nós estávamos desesperados. É a minha única filha. Por que não falou? Por que ficou calada? E por que me tratou tão mal na última vez que eu estive lá? Eu nunca mais fui no DATA. Quem está indo no DATA, doutora, é o meu marido, para pegar cartaz, porque eu não tive, porque ela me tratou tão mal, tão mal, ela me expulsou do DATA. Cheguei a ficar envergonhada, sabe, de tanto ela gritar comigo, me humilhou: *“A senhora está nos coagindo, a senhora devia tratar melhor sua filha, assim ela sabe que nós temos muito caso.”*

“Doutora, pelo amor de Deus, não faça isso, eu estou sofrendo demais.” Saí de lá, chorando, tremendo. Aí, ela pegou um escrivão lá e disse: *“Leva, leva ela lá na casa dela, ela não se conforma.* Eu disse: *“Doutora, estão falando...”* Porque a mãe dele costuma esconder ele. Em todos os crimes que ele faz, a vizinhança, todas as pessoas, ela própria, a Solange, que já conviveu com ele, sabe disso, estava aqui, só que ela foi embora. Sabe que... É o único filho, ainda é adotivo. Ele está acostumado a fazer os crimes, a cometer os crimes dele e ela esconder, pagar advogado de defesa. Em todas as delegacias, é conhecido por Carequinha ou Crime, na mão da polícia, mas não tem nenhuma queixa assim registrada, porque ela vai logo em seguida e... Entende?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dona Rita, daqui a pouco eu vou voltar a ouvir a doutora que é responsável pelo DATA.

A SRA. RITA DE JESUS PEREIRA CHAGAS - Certo. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Talvez, daí, nós possamos esclarecer algumas coisas. Por enquanto, eu só quero fazer uma pergunta, antes, para a doutora: existe algum órgão que possa dar o atendimento psicológico a esta família, a esta mãe, doutora?



A SRA. MARIA DO PÉRPETUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - Em relação à parte psicológica, nós inclusive conversamos com ela, porque ela estava muito nervosa, como está ainda agora, para conversar. Mesmo porque a delegacia vinculada, neste caso a delegacia, a seccional de Icoaraci, inclusive o Ministério Público já solicitou a instauração de procedimento para o delegado Bragmar.

Eu já estou, inclusive, de conversa com o delegado Bragmar, e realmente eu falei ontem. A informação que chegou para nós de onde ela possivelmente possa estar, mas, reservadamente, a gente pode dizer os porquês. Certamente, se ela souber, pode atrapalhar as nossas investigações. Então, tem momentos que realmente a gente não pode colocar francamente, por causa que ela é uma pessoa muito nervosa. Mas nós temos, sim, psicólogas e assistentes sociais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - E ela está sendo, a família está sendo amparada, assistida?

A SRA. MARIA DO PÉRPETUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - É como eu estou lhe dizendo. Só que agora ela está, o acompanhamento está sendo pelo delegado Bragmar, na seccional de Icoaraci, mas nós dispomos, sim, para ela, mas como ela reside em Icoaraci e aí...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Então, ela não está sendo assistida?

A SRA. MARIA DO PÉRPETUO SOCORRO BARATA DO AMARAL MACIEL - Não, aí vai depender dela, porque aí tem que ter a vontade dela de querer. E até em relação à Camila também, nós temos já, ela saiu de casa com uma colega dia 9 e ela está com um grupo de amigos. Inclusive o próprio investigador Peixoto já foi com a família até lá, viu, Deputada, já foi lá, assim como o investigador Peixoto, diuturnamente, sempre foi com essa senhora lá na casa dessa família. Agora, não podemos obrigar ninguém a dizer onde está. Nós temos que fazer as investigações, e as investigações, com certeza, continuam.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Passo a palavra, então, à Dra. Maria Nazaré Sá de Oliveira, para o seu depoimento.

A SRA. MARIA NAZARÉ SÁ DE OLIVEIRA - Acho que é importante, primeiro, dizer o que é o Conselho Estadual. O Conselho Estadual é um órgão



formulador da política pública de garantia dos direitos da criança, conforme o Estatuto, é composto de 10 órgãos governamentais e estaduais, estão todos os Secretários Estaduais, e 10 entidades da sociedade civil, que são eleitas em um processo de assembleia, do qual o mandato a cada 2 anos é exercido 2 anos pelo Governo e 2 anos pela sociedade civil. Este mandato que termina este ano está sendo exercido pela sociedade civil.

A entidade que eu represento é o Instituto Universidade Popular — UNIPOP. Então, no Conselho Estadual, nosso trabalho é formular políticas de garantias dos direitos e, formulando as políticas de garantias dos direitos, a gente tem uma rede de articulação com o Ministério Público, com o juizado, com a DATA, está o Secretário de Segurança lá, o Secretário de Justiça, de Saúde, todos os Secretários, inclusive representantes dessa Casa aqui, da Assembleia Legislativa, que há um bom tempo não comparecem nas reuniões.

O que é importante a gente dizer é que o Conselho Estadual, quer dizer, se dependesse de leis e de resoluções, estava muito bem na foto. Mas, o que a gente percebe é que nesse mandato que, infelizmente, coube ao UNIPOP ficar à frente, tem sido um desafio permanente fazer funcionar o Conselho.

O Conselho acompanha a atuação dos Conselheiros Tutelares em todo o Estado. Ele é o responsável por garantir a capacitação dos Conselheiros. Ele tem a responsabilidade de administrar um fundo estadual que pode implementar programas para, por exemplo, atacar de frente esse problema, porque esse problema de crianças desaparecidas é a pontinha do *iceberg* que está aparecendo.

Mas, por exemplo, eu tenho legitimidade para dizer que já fui a 139 municípios do meu Estado e a gente chega em Santana do Araguaia, a gente chega em Oriximiná, a gente recebe denúncia de crianças que desapareceram que não foi nem registrada, porque nem registro de nascimento tinham. Fomos a alguns municípios em que a gente percebe que, às vezes, o próprio Conselheiro Tutelar facilita, porque não conhece direito da lei. Então, a criança nasce e a mãe diz assim: *“Olha, eu quero dar essa criança. Vai lá pedir uma declaração do Conselho Tutelar de que eu posso dar.”* E já dá e a criança foi para São Paulo. E eu fui numa visita e disse: *“Gente, vocês não podem fazer isso.”* Mas fazem por quê? Porque não tem



promotor, não tem juiz, delegado de carreira nem sempre está lá, que conhece melhor o Estatuto, e o Conselho Tutelar não tem capacitação.

No nosso Estado, há 3 anos não tem capacitação de Conselheiros Tutelares, porque não tem dinheiro para a capacitação, e também porque o convênio que ia ser feito com a Secretaria Especial de Direitos Humanos, via universidade, também a universidade, quando viu que não poderia receber os funcionários de lá, porque já eram funcionários públicos, disse: *“Também nós não vamos trabalhar.”* Então, estamos numa situação assim.

Eu quero dizer o seguinte: que é muito importante também que esta CPI identifique as propostas que saíram das conferências municipais, das conferências estaduais e agora se consolidam num plano nacional de garantia, no qual está focada muito essa questão do enfrentamento ao desaparecimento de crianças, que, no Estado do Pará, ainda é muito abafado, como era também a questão do enfrentamento da violência sexual.

Quer dizer, quando se cria uma CPI, quando a moça me ligou, eu disse: *“Aí, que bom.”* Porque eu sou do Marajó, eu tenho pessoas da minha família que já fugiram, foram embora, foram na balsa, lá para o Laranjal do Jari, que ninguém sabia. Depois de 6 meses voltaram. Então, essa questão não é tão simples.

E aí eu acho que a CPI tem que promover discussões de por que acontece a fuga, por que desaparecem as crianças, tem que ter motivos, e também como é que a nossa rede de proteção funciona, porque, vocês viram aqui, que a maioria do que foi apresentando é na Capital. Vá para o interior distante; você não vê funcionário.

No Marajó, eu conversei com a Dra. Socorro um tempo atrás, umas crianças saíram de Bagre no barco tranquilamente, sozinhas, pararam em Curralinho, que é um porto, passaram para um outro barco, que já ia para Manaus, e ninguém viu. Depois de 5 dias, a mãe desesperada no Conselho Tutelar, e o Conselho Tutelar não tem telefone, não tem fax, não tem Internet, não tem dinheiro para se locomover e faz o quê?

Então, se nós não conseguirmos aparelhar o funcionamento do Conselho Tutelar — e aí depende muito do que a CPI coloque, porque ela tem que fazer um mapa do funcionamento do Conselho Tutelar, e nós temos uma ferramenta que a Secretaria Especial de Direitos Humanos está garantindo, que se chama Sistema de



Informação para a Infância e Adolescência, o SIPIA, que deve ser instalado em todos os Conselhos Tutelares para registrar todas as violações de direitos. Me pergunte se, no Pará, já está funcionando o SIPIA?

Eu, como Presidente do Conselho Estadual, tenho vergonha de dizer que começou, precariamente, na capital, porque na capital nem todos os Conselhos Tutelares têm computador que suporte o sistema. Na capital — está aqui o meu colega do Conselho Municipal. E a gente foi discutir no Conselho e disseram: “*Não tem verba*”. Então, verba significa vontade política, porque tem um outro município que está dizendo: “*Nós queremos implantar, nós temos recursos*”. Tem muito menos orçamento previsto do que Belém, mas Belém não tem computador. Então, se o SIPIA...

Eu quero sugerir que se faça uma discussão, uma intermediação para garantir o funcionamento do SIPIA, já é meia porta. E uma outra coisa também é o acompanhamento das famílias. Estamos discutindo o Plano de Convivência Familiar e Comunitária, porque as famílias, numa hora dessas, não sabem a quem recorrer. Às vezes, ligam para o 190. Eu digo que a minha casa é o Conselho Tutelar zero, porque todo mundo liga para mim no final de semana, porque não acham outro número. Aí eu ligo para o 190: “*Olha, uma criança desapareceu agora.*” “*Quer que vá agora? Vai esperar segunda-feira?*”

Então, é muito complicado isso. Então, fortalecer para que aconteçam realmente condições mínimas para o Conselho Tutelar funcionar é uma questão. E uma outra questão também são os benditos CRAS funcionarem. Os Centros de Referência da Assistência Social, em Belém, não estão funcionando.

Então, quando você pergunta: “*Qual é a retaguarda que tem para esta mulher aqui?*”. Nenhuma. Aonde que ela vai? O único ponto em que se ouve o choro das mães aqui com mais atenção e carinho é o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, já congestionado de demanda, porque pega as crianças ameaçadas de morte, pega os adolescentes autores de ato infracional.

Então, os Centros de Referência da Assistência Social e o Centro de Referência Especializado, que são recursos do Ministério do Desenvolvimento Social para funcionar, funcionam precariamente no nosso Estado, ou não funcionam.



Então, é impossível. Uma mãe dessas, fragilizada, sofrendo, vai conversar com quem?

Por aí, eu queria colocar e dizer que nós estamos lá com o Ministério Público, com a Associação de Conselheiros Tutelares, tentando uma audiência com a Secretária de Estado e Desenvolvimento Social, para ver se o Estado entra com uma parte de recursos para implementar o programa de capacitação, porque a maioria das pessoas não conhece o Estatuto, interpretam errado e atrapalham a garantia dos direitos. E aí a mídia, então, é mestra nisso.

Eu acho que ficamos por aí. E quero dizer que uma outra questão também muito forte que a gente tem discutido, que também está parada aqui no Estado, é o registro das crianças. A maioria das crianças da ponta da zona rural nem existe, não é registrada. Então, se elas não são registradas, elas somem, voltam, somem e ninguém nem sabe.

E uma coisa que a gente identificou muito agora nas conferências: por exemplo, o aluno vem da zona rural estudar na sede do município. Lá, ele se deslumbra com a sede. Às vezes ele volta, às vezes ele não volta, ele já fica na cidade. Nós vimos situação de criança que vem no caminhão de carvão, que vem no barco, vem embora, porque não quer ficar mais vivendo naquela família.

E também quero ressaltar atenção para essa região de praias. No Município de Marapanim, nós recebemos agora umas denúncias de que as crianças estão fugindo de lá, estão vindo embora de Marudá. Violência sexual e a questão também de que o veranista chega lá e diz: *“Vamos embora morar comigo, lá eu vou te garantir casa, comida”*. E vêm embora, e as mães nem sabem onde elas estão.

Eu acho que esta CPI tem um papel muito importante, vou levar para pautar no Conselho Estadual. Não é fácil; não é fácil garantir *quorum* naquele Conselho. Fiz uma carta agora bem do meu perfil mesmo, chamando à responsabilidade aos órgãos do Governo e dizendo: : *“Olha, desse jeito a gente não vai garantir direito nenhum”*.

Por aqui eu fico.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Me dói ouvir isso, me dói ouvir isso. Isso, eu posso falar uma coisa: dos Estados em que nós estivemos, eu acho que é o único que não tem classe funcionando realmente... Alguns Estados



têm precariedade de ação do CRAS no interior, mas a capital sempre tem. Mas eu não desisto nunca. E acredito que é na situação mais difícil que nós temos as maiores e melhores oportunidades de melhorar.

Passo, então, a palavra para o Dr. Marcelo Bastos, Presidente em exercício do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O SR. MARCELOS BASTOS - Exma. Deputada Bel Mesquita, no qual eu cumprimento a Mesa e a todos...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dr. Marcelo, o senhor me dá licença só um pouquinho?

O SR. MARCELO BASTOS - Claro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Porque eu fiz uma coisa, eu quero anunciar que o Deputado Arnaldo Jordy esteve aqui presente. Ele presidiu a CPI da Exploração Sexual e Pedofilia no Estado. Foi um grande trabalho e eu não poderia deixar de anunciar que ele esteve aqui presente. Desculpe-me, mas eu não queria terminar esta reunião sem noticiar que ele esteve aqui.

Por favor, doutor.

O SR. MARCELO BASTOS - Boa tarde a todos.

O Conselho Municipal funciona basicamente nos moldes do Conselho Estadual, só que voltado para o Município de Belém. Nós tivemos um pouco mais de sorte com relação a *quorum*, aonde, tanto as governamentais como as não governamentais, são basicamente bem representadas. Temos 12 participantes, sendo 6 governamentais e 6 não governamentais, onde a grande maioria, graças a Deus, participa e participa de forma bem ativa.

Eu concordo com a Nazaré quando ela fala que o ponto primordial no combate ao desaparecimento vem dos conselheiros tutelares. E, para isso, é necessário uma capacitação. Nós, do Conselho Municipal, a gente tenta — já faz, eu acho, que uns 3 anos. Eu acho até que a Nazaré já participou de alguns deles, da capacitação dos nossos conselheiros tutelares, mas é muito difícil, porque muitos deles, com todo o recurso dado, às vezes não participam das capacitações. E olha que eles recebem um valor equivalente à dedicação exclusiva, Deputada. E eles não vão para a capacitação botando mil problemas, inclusive estudiantis, porque, para eles, eles não veem esta importância, esta magnitude. E situações, como os



desaparecimentos, os abusos sexuais a crianças e adolescentes, a prostituição infantil, o tráfico de crianças e adolescentes, que também tem em Belém, são discutidos e eles não estão lá para discutir, inclusive como proceder. E isso me preocupa muito. Tem o problema da retaguarda, como ela falou, dos CRAS. Também tem o problema das famílias. Na conversa que estava tendo aqui, eu acho importantíssimo um trabalho, que vai desde o Governo Federal, passando pelo Estadual e passando pelo Municipal, de reestruturação do núcleo familiar, que eu acho que está muito desgastado e esquecido.

O Maurício, que há pouco nos fazia companhia, ele citou educação. E o primeiro ponto nefrágico de educação de uma criança é a família. Se a gente esquecer a família, a gente está esquecendo tudo. Então, doutora, eu acho e quero manter a ideia de que inclusive os fundos de criança e adolescência, seja estadual, seja municipal, também versem não só para capacitações de tutelares, mas de trabalhar também na estruturação desse núcleo familiar, utilizando as entidades não-governamentais para fazer esse trabalho, porque, melhor do que elas, que vivem na pele, não tem.

Eu gostaria de terminar minha fala — eu sou um pouquinho rapidinho, ao contrário dos outros —, dizendo que não tem dor pior do que aquela de uma pessoa que não sabe o que vai fazer, daquilo que ela não sabe o que aconteceu. Se uma pessoa, quando é acusada de uma coisa que não fez, já fica desesperada, imagine uma pessoa que não sabe onde é que está o seu ente querido. Que dor é essa, que eu não quero ter?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigado, Dr. Marcelo.

Eu acho que nós temos um quadro aqui no Pará que não difere muito do resto do Brasil, mas nós temos alguns pontos muito sérios. Eu vou passar para o meu colega — você tem pergunta a fazer? Vou passar ao meu colega Antônio Carlos Chamariz, para o questionamento dele.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Dra. Socorro Maciel, não é isso? Eu até entendo um pouco a mãe e até por ela se expressar da maneira que ela se expressou aqui, até porque, na minha fala, a senhora percebeu naquela hora quando eu falei que eu procurei terra nos pés só e ouvi que o meu filho desapareceu um instante. Imagine uma mãe que está há dias sem ver a filha, o



desespero dela. Então, essa pessoa, ela precisa realmente de um tratamento especial.

Como o nosso colega Geraldo Pudim e a nossa Deputada Bel expressaram aqui, precisa de um psicólogo, precisa de uma pessoa que possa dar um tratamento especial. E eu não sei também, doutora, o que é que está faltando para que a filha dela possa ser realmente ouvida, inclusive a mãe saber o paradeiro, porque é doloroso. A senhora, eu tenho certeza que a senhora, como delegada, sabe muito bem casos e casos que a senhora acompanha. Mas se a gente parar para analisar e se colocar no lugar dessas pessoas, eu tenho certeza de que a coisa fica diferente, porque, tenho certeza, se desaparecer um filho meu, pelo amor de Deus. Eu acredito também da mesma forma com a senhora. Então, a gente tem que parar para analisar o desespero dessa mãe, a agonia que essa mãe se encontra.

Ela precisa, sim, realmente de um tratamento especial. E, para nós, que estamos de fora, eu acho que temos que ter mais, assim, consciência de trazer para essa mãe um carinho, uma palavra de consolação. Eu acho que é por aí. Não discussão, porque isso aí só vai gerar mais aperreio, mais uma situação difícil para a mãe.

Eu queria apenas só passar esse relato e agradecer, fazer já os meus agradecimentos finais e dizer, Sra. Presidente, que a senhora está numa situação delicada. O seu Estado realmente é um pouco complicado, mas nada impossível, principalmente da envergadura que é a sua pessoa, determinada e tem lutado por esse Estado e pelo Brasil. E eu tenho certeza que vai continuar lutando. E, um dia, a gente vai ter um Brasil melhor. Eu queria apenas agradecer a todos em nome de Jesus.

A SRA. DEPUTADA NILMAR RUIZ - Bom, primeiro, queria falar, Bel, da importância desta CPI e parabenizá-la pelo trabalho como Presidente e a Andréa, que já saiu, mas trouxe esta discussão para o Brasil. Queria falar da importância, em especial desta audiência pública no Estado da nossa Presidente. Ela mostra a sua preocupação com o seu Estado. Todo esse trabalho que vem fazendo naquela Casa no que se refere às questões sociais e à educação, de uma forma geral, tem sempre como foco melhorar a condição de vida daqui do povo do Pará.



Vejo que foi um dia — não podemos dizer nem uma manhã, porque começamos cedo, mas já estamos no meio da tarde — muito produtivo. Tivemos como escutar vários depoimentos, aprender muito também com as nossas perguntas, com o que aqui foi colocado.

Eu acredito que esta nossa audiência pública vai enriquecer muito o trabalho final no que se refere não só ao relatório da CPI, mas também, como tem colocado a Presidenta, nas outras audiências públicas em que pude estar presente, esta CPI não vai apenas apontar, mas sugerir. E vejo que esta reunião de hoje, esta audiência pública, vai ser muito importante no sentido de enriquecer as sugestões que esta CPI vai apresentar para mudar a realidade do nosso País.

Não podemos conviver com mães, com famílias, sofrendo a cada dia por não saber do paradeiro dos seus filhos. Como disse o Deputado Chamariz, eu, que sou mãe de 4 filhos e avó de 6 netos, já passei por situação de filho e de neto desaparecerem por 5 minutos. E a vontade que se tem é de arrancar fora o coração. Agora, imaginem anos, dias e meses sem saber se o seu filho está vivo ou se está morto.

Tivemos a oportunidade, na CPI, na Câmara, de escutar o depoimento de uma mãe que pedia a Deus, todos os dias, para receber a notícia de que a filha estava morta, porque era preferível a certeza da filha morta do que a insegurança do que a filha poderia estar sofrendo a cada minuto da sua existência.

Essas palavras, para mim, marcaram muito e acho que devem servir, da mesma forma do depoimento da mãe, para dar mais vontade, mais coragem para trabalhar muito e propor mudanças neste País.

Quero agradecer e quero dizer que o Estado do Pará tem o privilégio de ter Bel Mesquita Deputada Federal, que vem lutando, lutando, para fazer as transformações de que o seu Estado precisa. E eu sei que a Deputada trabalha para o Brasil inteiro, mas em especial para o seu Estado do Pará.

Parabéns, Bel, pelo trabalho. Eu fico muito feliz de poder compartilhar deste momento.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Agradeço aos meus companheiros que já precisaram se retirar e aos que ainda estão aqui — o Deputado



Chamariz, um grande companheiro de Alagoas. Estaremos lá; na próxima semana, Chamariz, eu vou lá. Pode ter certeza de que estarei lá contigo. Agradeço à Deputada Nilmar Ruiz, que tem experiência como Prefeita de Palmas e, agora, como Deputada Federal.

E eu quero dizer a vocês que o meu agradecimento se estende a todos. Quero voltar a agradecer ao Presidente desta Casa, Deputado Domingos Juvenil, a todos os funcionários desta Casa que nos atenderam com a maior alegria. Quero agradecer à Polícia Civil, que também nos atendeu, assim como à Polícia Federal, que está aqui fazendo a nossa segurança, a cobertura. Fico feliz por ainda não termos entrado nessa situação de precisar realmente de ser protegidos. E quero agradecer, muito, a todos os convidados que vieram e permaneceram até este horário.

Quero dizer que, para mim, estar em Belém não é tão difícil, mas tirar os Deputados de outros Estados para vir aqui nos atender... Realmente é um privilégio ter podido contar com este pessoal, com essa turma que veio. Mas eu posso adiantar uma coisa: não consegui ir ao fim de tudo, não consegui ir ao cerne das questões porque precisaríamos de mais tempo, talvez uma situação melhor de conversa, mas posso dizer para vocês uma coisa. O nosso Estado tem grandes riquezas, pelos seus rios, pelo seu minério, mas a maior riqueza que temos aqui é a gente que vive neste Estado.

Nasci em São Paulo, mas sou paraense por opção, por adoção e vejo neste Estado o grande desafio da minha vida. Sou psicóloga social, trabalhei na FEBEM durante quase 8 anos, daí a minha devoção, digamos assim, com crianças e adolescentes. Sei o que é trabalhar numa instituição, sei o que é trabalhar fora da instituição porque trabalhei muito com desenvolvimento comunitário ainda em São Paulo, mas posso dizer que não entendia como é que eu saí de tudo o que eu tinha em São Paulo e vim morar em Parauapebas, quando não era cidade ainda não. Foi aqui que eu descobri o que era viver sem energia elétrica, foi aqui que eu descobri como era cozinhar com carvão, como era querer chegar a um lugar e não ter condução para chegar. E nas estradas, na época em que cheguei aqui, as pontes estavam todas incendiadas porque os garimpeiros tinham posto fogo nas pontes, que eram de madeira e ligavam Parauapebas a Marabá.



Mas posso dizer que hoje tenho a consciência de que tenho uma coisa muito séria a fazer por este Estado, pelas crianças e adolescentes do Brasil inteiro. E só podemos fazer isso com a união de todos nós, com a participação de todos nós, políticos, a sociedade organizada, os órgãos competentes nesta situação toda, os órgãos de segurança pública e os órgãos de saúde, porque precisamos muito deles em termos dos conselhos tutelares.

Podem ter certeza de que esta CPI tem um longo caminho. Propor pode até ser fácil, mas colocar em prática talvez seja o meu compromisso com este Estado, colocar realmente em ação aquilo que todos nós sabemos que é importante e necessário. Mesmo os órgãos que não estão dentro do nosso conceito de bonito na foto, mas eu tenho absoluta certeza de quem está dentro desses órgãos sabe como seria bom poder chegar ao ideal que nós queremos. Quero dizer a todos que estamos aqui para lutar por isso juntos e nós vamos conseguir.

Muito obrigada a todos. Muito obrigada, meus colegas. E podem ter certeza de que estaremos mais juntos para ouvir ainda mais sobre esta situação.

Antes de qualquer coisa quero encerrar. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião para o dia 23 de março de 2010, às 14h, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza.

Estão todos convidados também.

Está encerrada a presente reunião.